

ORGS:
LEANDRO CABRAL DE ALMEIDA
NATHALIA DE CARVALHO TERRA

RESSURGÊNCIA DA EXTREMA-DIREITA NO **BRASIL RECENTE**

 EDITORA
**BORDÔ
GRENA**

**RESSURGÊNCIA DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL
RECENTE**

Comissão Editorial

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS*)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB*)

Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)

Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE*)

Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)

Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)

Me. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA*)

Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA*)

Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)

Dr. Washington Drummond (UNEB*)

Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR*)

*Vínculo Institucional (docentes)

Leandro Cabral de Almeida
Nathalia de Carvalho Terra
ORGANIZADORES

**RESSURGÊNCIA DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL
RECENTE**



Catu, BA

2024

© 2024 by Editora Bordô-Grená
Copyright do Texto © 2024 Os autores
Copyright da Edição © 2024 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

Editora Bordô-Grená
<https://www.editorabordogrena.com>
bordogrena@editorabordogrena.com

Projeto gráfico: Editora Bordô-Grená
Capa: Keila Lima de Assis
Edição: Editora Bordô-Grená
Revisão textual: Editora Bordô-Grená

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez - CRB-1/3129

Ressurgência da extrema-direita no Brasil recente
[livro eletrônico] / organização Leandro Cabral
de Almeida, Nathalia de Carvalho Terra. --
Catu, BA : Bordô-Grená, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-80422-41-8

1. Brasil - Política e governo 2. Cidadania
3. Democracia - Brasil 4. Direita e esquerda
(Ciência política) - Brasil - História 5. Ideologia -
Aspectos sociais I. Almeida, Leandro Cabral de.
II. Terra, Nathalia de Carvalho.

24-206445

CDD-324.1

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	8
DISCURSOS DE INTOLERÂNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: REJEIÇÃO, INTERDIÇÃO E RIDICULARIZAÇÃO A CORPOS GORDOS E TRANS <i>Heriton Vinícios Serrão Silva e Nísia Martins do Rosário</i>	17
A PEDAGOGIA BOLSONARISTA: OS ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022) <i>Graciella Fabrício da Silva</i>	47
“PASSANDO A BOIADA, MUDANDO TODO O REGRAMENTO E SIMPLIFICANDO NORMAS”: UM OLHAR SOBRE O PROJETO DE SIMPLIFICAÇÃO DE NORMAS INFRALEGAIS E EXPOSIÇÃO A RISCO AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO, À LUZ DA CRIMINOLOGIA VERDE <i>Amanda Rangel Bittencourt e Marcello Amorim Vieira</i>	61
O LUGAR DAS DIREITAS NA BIBLIOGRAFIA DA “CRISE DA DEMOCRACIA”: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS <i>Rafael Polari de Alverga Kritski</i>	82
RESSURGÊNCIA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL DO TEMPO PRESENTE: MARCOS TEMPORAIS, ATORES, IDEOLOGIAS E INIMIGOS POLÍTICOS <i>Leandro Cabral de Almeida e Nathalia de Carvalho Terra</i>	108
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	
SOBRE OS ORGANIZADORES	

APRESENTAÇÃO

A ascensão da extrema direita é um fenômeno político global. Diferente do período pós-segunda guerra mundial, atualmente, partidos, movimentos, grupos, atores políticos e concepções da direita ultraradical estão se consolidando e sendo normalizadas nos sistemas políticos de diversos países do mundo. Ainda que não haja consenso entre os especialistas sobre como isso deve ser nomeado, não há dúvidas de que seja uma ameaça real aos sistemas democráticos ocidentais consolidados na segunda metade do século XX. Nas duas últimas décadas, a extrema direita conseguiu constituir uma significativa base eleitoral, obtendo resultados expressivos em eleições majoritárias em importantes países europeus, mas também nos EUA, na América Latina, no Oriente Médio, entre outros. É crescente a participação de partidos de extrema direita em coalizões com partidos da direita tradicional, o que muitas vezes tem dificultado, inclusive, a distinção entre ambas. Da mesma forma, emergem nos parlamentos nacionais e ascendem a cargos importantes na estrutura do Estado. Suas ideias são debatidas nos veículos da mídia hegemônica e as propostas que defendem são adotadas também por partidos do *establishment*. As ameaças que se impõem aos regimes democráticos são provenientes de líderes autoritários eleitos, que fazem uso da posição política alcançada para atacar as instituições, aparelhando tribunais e agências do Estado, alterando regras eleitorais, cerceando a imprensa, admitindo posições negacionistas em questões ambientais e de saúde pública, como na pandemia de Covid-19. Ademais, perseguem opositores políticos,

intelectuais, jornalistas, professores, investindo contra direitos e garantias de minorias sociais, difundindo uma perspectiva política maniqueísta e belicosa baseada na desumanização do *outro* (seus opositores políticos e críticos). Uma marca distintiva desse novo momento, entretanto, é que esses avanços autoritários ocorrem com aparência de legalidade, como se as instituições estivessem funcionando e isso bastaria para garantir a democracia.

O início do século XXI descortinou uma era de crises estruturais que impactaram profundamente as democracias liberais: os ataques terroristas de setembro de 2001, a crise econômica de 2008 e a questão dos refugiados, que se agravou em 2015, são suas manifestações. Ainda que de forma heterogênea, o cenário político internacional e as conjunturas dos países foram abalados pela mobilização de discursos e políticas autoritárias, atacando os imigrantes, sobretudo os provenientes de países pós-coloniais, mas também se voltando contra os direitos de minorias sociais. Nesse contexto, a extrema direita angariou apoio político a partir de uma retórica radical e demagógica dirigida a potencializar o ressentimento, a insegurança e a indignação com a corrupção e os efeitos da crise. Aproveitando a agenda cultural imposta pelo neoliberalismo, se apropriaram de seus princípios e os associaram com o patriotismo, militarismo, nativismo, xenofobia, islamofobia, elitismo, para atacar o Estado de bem-estar social e suas políticas, por supostamente beneficiarem minorias sociais em detrimento do “povo” – nos contornos do que compreendem como o “povo legítimo”. Contudo, tal retórica é acompanhada de teorias conspiracionistas que apontam

para as “elites globalistas”, os comunistas, a mídia tradicional, políticos do *establishment*, tratados como inimigos políticos e responsáveis pela ruína que ameaça os valores tradicionais, as famílias e as liberdades. Incidindo nocivamente sobre o cenário político dos países pela propagação de concepções e práticas antidemocráticas, tais atitudes impõem violência política, perseguição e ataques a direitos e garantias consolidadas. É provável que estejamos em um contexto sem precedentes. Não obstante a extrema direita ter uma longa história no Ocidente, ela jamais aliou reacionarismo, totalitarismo e neoliberalismo: essas ideologias estão sendo testadas em uma forma híbrida inédita. A valorização de um passado mítico e falacioso, com configurações morais fundamentalistas e violentas, unida a um discurso meritocrático vazio tem produzido os maiores perigos para as democracias atuais. Não há como a democracia negociar com essa direita.

No Brasil, a ressurgência da extrema direita é um fenômeno que vincula o passado ao presente, sobretudo no imbricamento entre a ofensiva da dominação burguesa e a mobilização de perspectivas políticas conservadoras, reacionárias e autoritárias. Ainda que a ascensão de uma direita radicalizada tenha se tornado evidente no contexto das manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, culminando no confirmado golpe jurídico-parlamentar-midiático, a compreensão desse processo exige que se atente ao movimento de reorganização das classes dominantes e das direitas desde a redemocratização. Processo marcado pela criação de aparelhos

privados de hegemonia dispostos a difundir concepções conservadoras, reacionárias, antidemocráticas, intolerantes, racistas, elitistas, meritocráticas, ultraliberais, armamentistas, fundamentalistas, entre outras. Trata-se de uma estratégia político-ideológica para a criação de um consenso em torno dos interesses das classes dominantes, do reajuste de suas bases de dominação de classe e incidência sobre o Estado. Portanto, tal campanha possibilitou a fratura do consenso em relação às instituições democráticas, o avanço de projetos que atacavam direitos sociais, a criminalização da política e a proliferação do antipetismo, mas também a ressonância ao bolsonarismo, expressão mais significativa da extrema direita brasileira.

O presente livro é o resultado de um esforço coletivo para a compreensão do processo de crises das democracias liberais e ascensão da extrema direita, considerando as especificidades do caso brasileiro. Ainda que integre o contexto de crise global do capitalismo e de erosão dos regimes liberal-democráticos, tal processo é analisado com vistas a contribuir para os estudos sobre as singularidades da crise da democracia na periferia capitalista.

No capítulo de abertura, *Discursos de intolerância e produção de subjetividades: rejeição, interdição e ridicularização a corpos gordos e trans*, de Heriton Vinícius S. Silva e Nísia Martins do Rosário, encontramos uma análise das dinâmicas de controle que atravessam os discursos políticos conservadores emanados por representantes da extrema direita, considerando especificamente a forma como reproduzem a desumanização de pessoas gordas e trans, impondo um

processo de rejeição, interdição e ridicularização com o objetivo de exercer a regulação e o controle de seus corpos. Mobilizando a análise de discursos de políticos eleitos e relacionando-a aos estudos sobre subjetividades, poder disciplinar, biopoder e mídia, os autores destacam os mecanismos que possibilitam que discursos se manifestem como instrumentos de poder, na medida em que atuam sobre as subjetividades, constituindo práticas sociais que integram a tessitura de uma visão de mundo. Portanto, a proliferação de discursos de ódio, intolerantes, preconceituosos, racistas, que atacam a população LGBTQIA+, com teor violento e autoritário, acompanham a ressurgência da extrema direita no Brasil e no mundo, integrando uma estratégia de comunicação que visa a deterioração dos laços sociais e a desdemocratização da realidade política.

No segundo capítulo, *A pedagogia bolsonarista - os ataques à educação pública durante o governo Bolsonaro (2019-2022)*, Graciella Fabrício da Silva apresenta uma análise do processo de avanço das ações de grupos conservadores ligados às direitas (e extrema direita) sobre a gestão de políticas educacionais no Brasil, incorrendo na imposição de perspectivas privatistas, afeitas aos interesses dos grupos empresariais, interessados em influenciar na reorganização curricular de modo a compatibilizá-la com as transformações mais recentes no mundo do trabalho produzidas pela nova reestruturação produtiva. Busca-se, portanto, adequar a oferta de uma educação voltada para a formação de mão-de-obra barata, esvaziando o caráter formativo, crítico e humano da educação, priorizando a lógica neoliberal, de precarização e

superexploração do trabalho. Por outro lado, o avanço da extrema direita revela também um movimento de cerceamento da liberdade de cátedra, pelos ataques ao trabalho docente, mobilizados, sobretudo por grupos religiosos impulsionados pela crença em teorias conspiratórias que apontam os professores como doutrinadores de esquerda e agitadores de uma suposta ideologia de gênero. Assim, além de precarizar estruturalmente a educação, tal avanço neoconservador proposto pelas direitas radicais, sejam religiosos, militares ou grupos empresariais, incide diretamente na realidade escolar através de tentativas de impor uma pauta intolerante, antidemocrática e conveniente aos interesses dos grandes grupos empresariais, mas também de religiosos, militares e os setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira.

O capítulo três, *“Passando a boiada, mudando todo o regramento e simplificando normas”: um olhar sobre o projeto de simplificação de normas infralegais e exposição a risco ambiental no Governo Bolsonaro, à luz da Criminologia Verde*, de Amanda Rangel Bittencourt e Marcello Amorim Vieira, apresenta uma importante contribuição sobre os desafios que cercam a questão ambiental no Brasil recente, a partir de uma discussão acerca da plataforma ambiental neoextrativista e autoritária promovida pelo governo de Jair Messias Bolsonaro. Mobilizando como referenciais teóricos os estudos sobre criminologia verde e à crítica à colonialidade, situando-as a partir do Sul Global, os autores empreendem uma análise das normas infralegais e da exposição ao risco ambiental, mapeando e criticando a política assumida

pela extrema direita nacional no meio ambiente, a partir da intersecção entre o Direito e os conflitos socioambientais.

O quarto capítulo, de Rafael Polari de A. Kritski, intitulado *O lugar das direitas na bibliografia da “crise da democracia”: considerações críticas*, propõe uma análise das principais referências bibliográficas acerca da crise das democracias, caracterizando tais processos e delimitando o quadro teórico-metodológico empregado pelos autores em questão. Por outro lado, o estudo coloca em destaque não apenas as concepções de democracia que são mobilizadas e a definição dos atores políticos que emergem desse contexto de crise das democracias liberais, como as direitas e a extrema direita, mas empreende uma discussão sobre as singularidades dos processos políticos de cada país, de modo a elucidar os limites e contribuições que tais obras, majoritariamente produzidas por cientistas políticos anglófonos, podem oferecer aos estudos sobre as crises da democracia e a emergência da extrema direita nos países do sul global.

Encerrando a obra, o quinto capítulo, *Ressurgência da extrema direita no Brasil do tempo presente: marcos temporais, atores, ideologias e inimigos políticos*, os autores e organizadores deste trabalho coletivo, Leandro Cabral de Almeida e Nathalia de Carvalho Terra, apresentam um estudo que se detém brevemente sobre o quadro político global das extremas direitas, mas que se concentra no processo histórico de ressurgência da extrema direita no Brasil, colocando em destaque a reorganização das classes dominantes, das direitas e extrema direita, desde o período da redemocratização. O objetivo é elucidar as formas

como setores das classes dominantes se mobilizaram para a delimitação de um conjunto de ações político-ideológicas baseadas no emprego de aparelhos privados de hegemonia orientados a difundir concepções conservadoras, reacionárias, autoritárias, alinhadas às propostas de reformas neoliberais e aos interesses empresariais sobre a gestão do Estado, propalando concepções liberal-conservadoras, negacionistas, revisionistas, fake news e teorias da conspiração. Assim, ao analisar discursos de militares, religiosos e representantes do empresariado, os autores salientam aspectos das ideologias políticas, da constituição discursiva dos “inimigos políticos” mobilizados pela extrema direita, mas também concepções e práticas políticas que vinculam o passado e o presente, no fomento a uma cultura política intolerante, violenta e antidemocrática.

Considerando que as teorias sobre a desdemocratização global refletem certo anglo-eurocentrismo, com tal obra, espera-se contribuir para a delimitação de uma teoria política sobre as crises da democracia e a ascensão da extrema direita que contemple as especificidades dos países da periferia do capitalismo, em suas formas autocráticas. Há 60 anos do golpe de 1964, a mobilização recente da extrema direita no Brasil demonstra que os apelos autoritários e golpistas, assim como a aversão a ampliação da democracia de nossa sociedade, continuam angariando apoiadores, constituindo forças políticas que operam pelo retrocesso e seguem ameaçando a democracia brasileira. Com essa perspectiva, o conhecimento histórico e político mostram-se

instrumentos fundamentais para as lutas de resistência e defesa de uma sociedade mais justa, plural e acolhedora.

Luís Falcão

(Professor do Departamento de Ciência Política e
do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal Fluminense)

Leandro Cabral de Almeida

(Professor de História do Instituto de Educação Prof. Ismael
Coutinho/Seeduc-RJ e
Pesquisador do Laboratório de Estudos Republicanos e
do Laboratório de Ensino de História
da Universidade Federal Fluminense)

CAPÍTULO 1

DISCURSOS DE INTOLERÂNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: REJEIÇÃO, INTERDIÇÃO E RIDICULARIZAÇÃO A CORPOS GORDOS E TRANS

Heriton Vinícios Serrão Silva

Nísia Martins do Rosário

INTRODUÇÃO

A produção de subjetividade capitalística/individualista (Guattari e Rolnik, 1996), o poder disciplinar (Foucault, 1979 e 1987) e o biopoder (Foucault, 1990) são conceitos fundamentais para compreendermos as dinâmicas de controle que atravessam os discursos dos políticos aliados ao conservadorismo e ao liberalismo, sobretudo os de extrema-direita. Não tão distante do que acontece em outros países em democratização, no Brasil os políticos desse espectro assumem um discurso conservador, violento e debochado, que, dentre outras coisas, rejeita, interdita e ridiculariza àqueles que não aderem as normas que seguem e pregam, como é o caso dos corpos gordos, trans, homossexuais, feministas, negros etc.

A virada conversadora, promovida pela eleição do ex-presidente da república e de um conjunto de políticos ligados à extrema direita, possibilitou a circulação de discursos de intolerância/ódio sobre grupos minoritários, caracterizando, assim, o início do desmantelamento do tecido de proteção social brasileiro ou, como afirma Coelho (2020), o

início de um processo de “desdemocratização” no país, já que tais discursos são legitimados e propagados entre mídias e pessoas.

Nikolas Ferreira é o deputado federal mais votado do Brasil, eleito em 2022 por meio do apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro. Jovem, com 27 anos, é filiado ao partido liberal (PL) e destaca-se pelo seu discurso agressivo, conservador e, as vezes, sátiro e debochado. Ele se identifica como “cristão de direita, armamentista, defensor da família” e adota pautas conservadoras, contrárias ao aborto, à legalização das drogas e ao que chama de “ideologia de gênero” (Rolke, 2022, p.1). De acordo com dados e consultas, percebemos o parlamentar um dos principais representantes da extrema direita no Brasil.

Imbuídos por essas inquietações e dados, fizemos uma pesquisa cartográfica (Deleuze e Guattari, 2006)¹ entre os meses de janeiro e junho de 2023 e, para este artigo, identificamos dois discursos do deputado de extrema-direita, em questão. A primeira delas é de cunho gordofóbico, postada na rede social X (antes Twitter) no dia 04 de janeiro, na qual o parlamentar zomba da condição corpórea de Thais Carla, uma famosa dançarina e influenciadora digital gorda. A segunda de cunho transfóbico, gravada e teletransmitida na Câmara dos Deputados no dia internacional da mulher, dia 08 de março, na qual o deputado usa seu lugar de fala para debochar e atacar as mulheres transgêneras, através de uma performance “pseudo-humorística”. O

¹ Este estudo será conduzido pela perspectiva teórico-metodológica cartográfica (Deleuze e Guattari, 2006; Kastrup, 2007) na qual, para construir a análise, mapearemos, classificaremos e debateremos aspectos verbais e imagéticos de tais enunciados na correlação com as teorias estudadas.

objetivo deste artigo é analisar as linhas de forças que permeiam esses discursos.

Na primeira seção discutiremos as teorias que atravessam os discursos propostos, isto é, subjetividade, poder disciplinar, biopoder, produção de subjetividades, mídia e discurso. Na segunda seção apresentaremos a metodologia, recortes e o contexto da pesquisa. E na terceira e última seção classificaremos e analisaremos os discursos sob a perspectiva das teorias escolhidas e de outros temas que surgiram durante a análise.

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS

Como critério de organização da reflexão teórica, dividimos esta seção em três partes, sendo que na primeira trataremos sobre subjetividade, corpo e poder, em seguida sobre produção de subjetividades e mídia e, por último, sobre discurso e poder.

Subjetividade, corpo e poder

A subjetividade é um tema relevante para o campo das ciências sociais, pois nos ajuda a compreender como as máquinas e instituições estruturam nossos modos de ser, viver e pensar, pois a nossa formação subjetiva é constituída socialmente, e não se trataria de uma categoria imanente ou a priori a nossa existência. A saber, tal perspectiva busca discutir as formas como os indivíduos experienciam o mundo e se constituem como sujeitos. Foucault afirma “meu objetivo tem sido criar

uma história dos diferentes modos pelos quais, na nossa cultura, os seres humanos são transformados em sujeitos” (1982, p. 208), para ele a subjetividade é uma forma social, cultural e histórica e são as relações de poder que a produz e/ou a origina. Em outras palavras, Foucault compreende que a subjetividade é um fenômeno sócio-histórico e, dentro de um panorama moderno e ocidental, está ligado a dois poderes os quais chama de poder disciplinar e biopoder.

O poder disciplinar “faz indivíduos; é a técnica de um poder que considera os indivíduos como objetos e instrumentos do seu exercício” (Foucault, 1979, p. 170), assim, as instituições (quartéis, fábricas, hospital, escola, igreja etc.) têm interesse em operar controle sobre os corpos individualmente para, assim, estabelecer uma governança social. O poder disciplinar funciona como uma técnica que objetiva tornar os indivíduos úteis às dinâmicas econômicas, formando sujeitos produtivos, exercendo um controle sobre o comportamento. O biopoder (Foucault, 1990) trata-se de uma ‘força’ que se apropria da vida humana, um poder de “promover a vida ou desautorizá-la” (p. 138). Ele é capaz de acessar o corpo porque funciona através de normas em vez de leis, porque é internalizado por sujeitos dentro de um princípio de liberdade. A ideia central do biopoder é que as instituições e práticas sociais modernas não se limitam apenas a exercer poder sobre indivíduos isolados, mas também visam regular e controlar populações inteiras, se concentrando nos aspectos da saúde, reprodução, sexualidade e outros fatores que influenciam a vida social.

Ao se entrelaçarem, o poder disciplinar e o biopoder, os corpos tornam-se alvos de regulação não apenas em termos de comportamento, mas também em relação a características físicas, saúde e reprodução. As normas corporais são estabelecidas e promovidas para criar uma população que se encaixe nos padrões desejados. Na sociedade disciplinar, as instituições moldam os corpos por meio de práticas que buscam controlar e normalizar. Isso pode envolver desde a imposição de normas estéticas até a regulação da alimentação e do exercício físico. A vigilância constante e a normalização dessas práticas disciplinares contribuem para a padronização dos corpos, criando uma conformidade aos ideais culturais e sociais predominantes.

Quanto a sexualidade, Foucault (1990, p. 26) afirma que “entre o Estado e o indivíduo, o sexo tornou-se um problema, e não menos do que uma questão pública”. O filósofo compreende que a sexualidade existe no ponto onde o corpo e a população se encontram, pois, além de tudo, se concentra no controle da procriação, da patologização de certas formas de sexualidade e a criação de normas sociais em torno do que é considerado aceitável em termos de identidade sexual e práticas sexuais, dessa forma, trata-se de uma questão vinculada à disciplina e a regulamentação.

Com base nas análises foucaultianas sobre o poder e sua interação com o corpo, Rosário e Damasceno (2014) e Pilger (2021) indicam que as estratégias de normatização podem ser implementadas tanto por meio do estímulo quanto da repressão dos corpos, sendo esta última mais proeminente. A repressão visa disciplinar, tornando o corpo

mais facilmente identificável pelos outros e por si mesmo. Nesse sentido, “no corpo prescrito não é possível realizar interferências criativas, não há espaço para a criação quando ele deve seguir padrões e performances já definidas e legitimadas, fazendo com que os sujeitos invistam sua energia para se manter dentro dos modelos padronizados” (Pilger, 2021, p. 88). Assim, “abre-se espaço, então, para uma indústria do corpo: a matéria física precisa entrar numa linha de produção que inclui ginástica, regimes alimentares, tratamentos estéticos, tratamentos de saúde, consumo da moda e de bens” (Rosário e Damasceno, 2014, p. 71). Dessa forma, corpos “fora do padrão”, como os gordos e trans², sofrem pela repressão da normatização capitalista. Sendo estranhos, incomodam, perturbam e provocam àqueles que se encontram no centro das relações produtivas.

A produção de subjetividades capitalísticas e a mídia

Guattari e Rolnik (1996), também baseados em Foucault, percebem a existência de uma produção de subjetividade capitalística. Em tal processo de produção, participam múltiplos componentes, agenciamentos de vários elementos presentes nos mais variados domínios de produção possíveis, isto é, práticas, discursos, linguagens, valores, ideias e sentidos. Eles afirmam:

O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um “être-là”, algo do

² Tal qual os corpos homossexuais, bissexuais, travestis, drags, assim como, os corpos negros, indígenas etc. que se desviam dos traços brancos, héteros, magros... considerados hegemônicos, isto é, corpos que aderem a normatização do poder hegemônico.

domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida (...). Esquemáticamente falando, eu diria que, assim como se fabrica leite em forma de leite condensado, com todas as moléculas que lhe são acrescentadas, injeta-se representações nas mães, nas crianças – como parte do processo de produção subjetiva. (Guattari e Rolnik, 1996, p. 25)

Nikolas Rose (2001), em sua “genealogia da subjetivação” concorda com Guattari e Rolnik (1996) ao afirmar que a nossa estrutura cognitiva, personalidade, identidade, caráter etc. são ‘invenções’ materializadas nas linguagens para atribuir ao ser humano uma dimensão de interioridade, mas que na verdade constituem uma exterioridade. Assevera que os dispositivos de ‘produção de sentido’ (grades de visualização, vocabulários, normas e sistemas de julgamento) não são produzidos pela experiência, mas produzem a experiência.

Numa perspectiva contemporânea, a mídia é um dos principais dispositivos de poder e sujeição que produzem e reproduzem subjetividades. Guattari e Rolnik (1996) consentem que a produção de subjetividades na modernidade tem ‘a cultura de massa’ como grande agenciadora de indivíduos cada vez mais padronizados, assim, produzindo subjetividades “homogeneizadas”. Guattari e Rolnik (1996) elaboram suas pesquisas sobre subjetividade antes do apogeu da internet, que passa a ser amplamente propagada a partir do ano 2000. Porém conseguem perceber que a tevê e o rádio já tinham grande repercussão na vida das pessoas, por meio da publicidade e de outros meios estratégicos de produção e reprodução de sentidos. Com a internet, os processos de subjetivação, atravessados pela mídia, são

ampliados devido aos inúmeros dispositivos conectados à rede, pois mais da metade do planeta, 5,3 bilhões de pessoas, têm acesso à internet e 4.7 bilhões são usuários assíduos das mídias sociais.³

Através das tecnologias de comunicação e informação o estudo sobre a produção de subjetividades se torna muito mais complexo e profundo, pois as redes sociais, sites, blogs, portais etc., permitem que o usuário, participe da criação e do compartilhamento de conteúdo, além de consumi-lo. Porém, a democratização dos meios de comunicação⁴ quando associada a um descontrole na produção de conteúdo na internet e uma educação deficitária, é possível que os corpos sejam mais sucessíveis às subjetivações capitalísticas, sendo atravessados por diversas vozes agenciadoras de comportamento. O advento da desinformação, por meio da *fake News*, é um exemplo importante desta conjuntura.

Discurso e poder

Soares e Miranda (2009) avançam este debate ao admitirem que a produção de subjetividade também é produzida e reproduzida por grupos e pessoas. Compreendem que “todos os seres humanos, adultos, crianças, idosos, homens e mulheres, assim como todos os grupos sociais, sejam eles grupos de oração, amigos conversando ou

³ Crescimento da internet desacelera e 2,7 bilhões ficam fora da rede. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/09/1801381#:~:text=Ao%20todo%2C%20existem%205%2C3,da%20pandemia%20de%20Covid%2D19>. Acesso em: 20/02/2023.

⁴ Entendemos que, embora haja uma democratização dos ambientes virtuais, nem todo o globo tem acesso à internet e seus softwares e hardwares por questões de cobertura e monetização.

megacorporações bancárias e midiáticas, produzem processos de subjetividade (ou subjetivações)” (p. 416). Dessa forma, a produção de subjetividades capitalística penetra silenciosamente o ceio social e suas regras, ideologias, normas etc., são absorvidas pelo indivíduo e reproduzidos por ele, através das relações de poder.

Desse modo, o discurso é fundamental na produção de subjetividades, pois o seu conteúdo provoca afetações e possibilita mudanças nos modos pelos quais enxergamos a nós mesmos e ao mundo. Foucault (2013) argumenta que o discurso é uma forma de poder, sendo assim, é um dispositivo atuante na modulação de subjetividades, pois em seu viés político e social produz efeitos de verdade e de poder, que podem valorizar formas distintas de observar, compreender e viver no mundo. Para o autor, o discurso e o poder estão intensamente atravessados: o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce e o discurso é uma forma de garanti-lo. Assim, àqueles que detém um ‘poder discursivo’ (pai, mãe, padre, pastor, igreja, políticos etc.) são capazes de traduzir os sistemas de dominação.

O discurso não é apenas um conjunto de palavras e signos, mas uma prática social que produz efeitos na realidade, formando mentes, produzindo modos de ser e de existir. Os políticos eleitos podem ser considerados produtores de discursos de poder e sua inserção midiática torna esse processo mais potente na medida em que usam o seu cargo e a sua visibilidade para afetar o público por meio da visão de mundo que defendem. Além disso, Foucault (2013) compreende que existe uma sequência de procedimentos exercidos pelos grupos doutrinários por

meio do discurso, que, por exemplo: tende a difundir-se; partilha de um só e mesmo conjunto de discursos; reconhecimento das mesmas verdades e aceitação de certas regras; inscreve-se em um certo horizonte teórico; liga os indivíduos a certo tipo de enunciação e lhe proíbe outras e dupla sujeição (dos sujeitos que falam e dos discursos ao grupo).

Nessa via, o direcionamento dos discursos produzidos por políticos tem a força de influência sobre os modos de pensar e sobre as subjetivações. Os discursos de ódio, que têm se intensificado nos últimos anos, disseminam raiva, rancor e repulsa naqueles que se sentem contemplados e/ou convencidos com tais conteúdos e, assim, sentem-se autorizados a reproduzi-los gerando tumulto e intolerância. Compreendemos que muitos discursos de intolerância/ódio podem ser confundidos como liberdade de expressão ou são mascarados por meio de ‘memes’, ‘deboche’ e de outras técnicas e/ou estratégias discursivas como as *fakes news* (Solano, 2018).

QUEM DISCURSA E O QUE DISCURSA: TEXTOS E CONTEXTOS METODOLÓGICOS

Nikolas Ferreira e o contexto político contemporâneo brasileiro

A partir de 1988, deu-se início a chamada “transição democrática”, após a ditadura civil-militar no Brasil, porém, como afirma Machado e Freixo (2019), ao longo de quatro décadas, apesar de muitos avanços, a democracia do país está longe de ser consolidada. A

começar por junho de 2013⁵, podemos perceber movimentos de polarizações políticas que ganharam corpo por meio da mídia, possibilitando, dentre outras coisas, o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), que para muitos pesquisadores como Bastos (2017) e Rubim e Argolo (2018) tratou-se de um golpe político promovido por grupos ligados a extrema-direita, e, não obstante, o início de um processo de “desdemocratização” no país como afirma Coelho (2020). Além disso, podemos identificar que as eleições de 2018 e de 2022 impactaram o desenvolvimento democrático no país, por meio de *fake news* e de outras estratégias de subjetivação, com o objetivo de confundir o eleitorado (Silva, 2021).

A aliança entre políticos, empresários e outras lideranças - conservadores, neoliberais e fundamentalistas religiosos -, possibilitaram a eleição de um presidente de extrema-direita, Jair Bolsonaro, e de um conjunto de políticos do mesmo espectro como o deputado Nikolas Ferreira (PL). O discurso conservador e de intolerância, “caracterizado por um tom fortemente emocional” (Fechine, 2022), foi preponderante para a nomeação desses políticos. Os movimentos pentecostais da igreja evangélica e católica tiveram grande participação nisso, fundamentados com a perspectiva de que a política de esquerda destruiria o legado cristão (Fechine, 2022) de uma país cuja população é a segunda mais cristã do mundo.

⁵ Data que marca o início de um conjunto de manifestações populares, ocorridas simultaneamente em mais de quinhentas cidades do Brasil. Podendo ser considerada como a primeira insurreição ou levante popular de proporções nacionais, tendo a mídia digital como principal aliada.

O deputado Nikolas Ferreira iniciou sua trajetória política como vereador da capital do Estado de Minas Gerais - Belo Horizonte - em 2020, sendo o segundo parlamentar mais votado na história da capital mineira⁶. Nas eleições gerais de 2022, por meio do forte apoio do presidente em exercício, Jair Bolsonaro, e de grupos evangélicos conservadores, o parlamentar foi eleito com mais de 1,47 milhão de votos, tendo sido o candidato mais votado do país. O seu discurso agressivo, rigidamente conservador e fundamentalista religioso foi o seu carro-forte, “fruto talvez de sua formação religiosa evangélica, dado que seu pai é pastor na localidade onde cresceu”, como afirmam Sawaia, Albuquerque e Busarello (2023). Além disso, como identificaremos posteriormente, seus discursos também são atravessados por traços de sarcasmo e deboche, como estratégia de engajamento social/digital.

Os discursos que o deputado em questão utiliza em suas redes sociais e em seus depoimentos na Câmara, comumente têm como pautas o antifeminismo e a intolerância sobre corpos gordos e LGBTs. Vale salientar que na rede social *Instagram* ele possui mais de 9,4 milhões de seguidores⁷ e na rede social *X* (antigo Twitter) mais de 2,9 milhões⁸. Os recortes que escolhemos para analisar (discursos

⁶ Tal Estado é considerado um dos maiores colégios eleitorais do país, possuindo mais de 16 milhões de eleitores.

⁷ Ver em: <https://www.instagram.com/nikolasferreiradm/>. Acesso em: 17/12/2023.

⁸ Ver em: https://twitter.com/nikolas_dm. Acesso em: 17/12/2023.

gordofóbico e transfóbicos do parlamentar), são exemplos notórios da pauta conservadora de muitos outros políticos ligados ao bolsonarismo⁹.

O rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento

Escolhemos como metodologia as quatro variedades do funcionamento da atenção do cartógrafo propostas por Kastrup (2007): o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento¹⁰. É um esquema que propõe o mapeamento do enunciado por meio das afetações, agenciamentos, diagramas de relações, jogos de enunciações, traços de objetivação e subjetivação que os atravessam¹¹.

Assim, o primeiro passo foi um rastreio visando detectar e coletar as declarações do deputado Nikolas Ferreira em espaços midiáticos por meio de sites de busca, numa perspectiva de atenção flutuante que levou ao arquivamento do material encontrado sem um exame aprofundado. A busca se deu de forma exploratória na interrelação com o objetivo da pesquisa, tendo como meta uma percepção háptica (e não ótica). Em

⁹ É importante compreender, entretanto, que a transfobia e a gordofobia são formas de discriminação que atravessam todo o espectro político, assim como o racismo e sexismo, e não somente o conservadorismo – apesar de que podemos identificar maior incidência dessas discriminações nesta corrente de pensamento político.

¹⁰ A cartografia é um método de pesquisa pós-estruturalista proposto por Deleuze e Guattari (2006), que vem sendo utilizado em pesquisas de campo voltadas para o estudo da subjetividade. Em tal metodologia o pesquisador busca mapear exatamente o que é móvel, o “entre”, o acontecimento. É uma pesquisa que não exige um método pronto, mas se constrói por meio da atenção do pesquisador e dos atravessamentos diversos, construindo o caminho de acordo com o caminhar e os processos, atentando aos afetos, fluxos e repercussões encontradas nessa encruzilhada. Os quatro passos da atenção do cartógrafo proposto por Kastrup (2007), são formas horizontais de pesquisa que guiam o pesquisador desde o primeiro mapeamento, até análise de dados.

¹¹ A pesquisa empírica, que culminou na escolha desses recortes, aconteceu durante a primeira metade do primeiro semestre de 2023 (janeiro a março), e foi levado em conta a repercussão e visibilidade dos anunciados.

momentos seguintes, foi importante se deixar afetar pelos materiais, a partir do toque, por meio das forças que se manifestavam nos arquivos coletados e que capturaram a atenção. Na continuidade do processo veio o pouso, uma parada para um olhar mais de perto configurando um zoom, conforme metaforiza Kastrup (2007). Esse olhar, no entanto, se materializa por meio de vários pontos de vista e de diferentes intensidades constituindo diversos tipos de focos e mudanças no modo de atenção. A partir do pouso, para este artigo, selecionamos duas manifestações do deputado para fazer o reconhecimento atento – as quais foram apresentadas anteriormente e acreditamos que são significativas e traduzem, pelo menos em parte, a natureza do seu discurso. O reconhecimento atento busca ampliar ainda mais a atenção e colocar em movimento uma recongnição do objeto de estudo. Para tanto, procuramos evidenciar as potências que se manifestam nas falas e imagens do parlamentar e que se configuram como linhas de força, bem como exploramos pistas que nos indicam os sentidos e os poderes inscritos no discurso em análise.

Recortes

Abaixo apresentamos o primeiro recorte: uma imagem coletada da rede social X, em que o deputado Nikolas faz críticas ao corpo da artista e influenciadora digital Thais Carla no dia 4 de janeiro de 2023. Thais Carla é uma mulher gorda, possui 31 anos, é dançarina e influenciadora digital. No *Instagram* ela possui mais de 3 milhões de seguidores e os conteúdos que produz e compartilha, tratam sobre o

orgulho que possui pelo seu corpo, defendendo que as pessoas devem se amar como são, independente dos padrões sociais. Nessa rede social a dançarina apresenta a rotina de cuidados que tem com o seu corpo, por meio da dança e da musculação. Em vídeo publicado nessa rede social no dia 10 de abril de 2023, ela afirma: “romantização da obesidade não existe, isso é preconceito das pessoas que não aceitam que pessoas gordas sejam felizes. Meu trabalho aqui é a cultura do amor-próprio, o importante é você se sentir linda da sua forma”¹². Segue o primeiro recorte:

Figura 1: Print da postagem do deputado Nikolas Ferreira na rede social X



Fonte: https://twitter.com/nikolas_dm/status/1622012020584226817

¹² Ver em: <https://www.instagram.com/p/Cq37TzkJmqG/>. Acesso em: 25/05/2023.

As fotos compartilhadas pelo deputado Nikolas na rede social X correspondem a um ensaio fotográfico que a influenciadora Thais Carla fez em comemoração à proximidade do carnaval e pela sua gravidez¹³, vestida como uma globeleza¹⁴. Assim como as globelezas, ela está seminua com adesivos e traços coloridos espalhados pelo seu corpo e escondendo suas partes íntimas, os traços coloridos se ampliam para o fundo da imagem. As fotografias sugerem passos de samba, acompanhadas de um grande sorriso da bailarina. Vemos que o deputado compartilha as fotos do ensaio seguidas da frase “tiraram a beleza e ficou somente o globo”, isto é, declara que a dançarina não possui beleza e a compara a algo ‘redondo e volumoso’, o globo terrestre, que também faz menção ao nome da emissora, a rede Globo de televisão.

O segundo recorte está em um pronunciamento do Nikolas Ferreira na câmara dos deputados no Dia Internacional da Mulher (08/03/2023), em que usa seu espaço de fala para “homenagear” as mulheres cisgêneras “por meio de uma crítica às mulheres transsexuais. No início de sua fala, usa uma peruca e se intitula como “deputada Nikole” (figura 2). Vale salientar que na câmara dos deputados há duas parlamentares transgêneras, Duda Salabert e Erika Hilton, e tal

¹³ Vem em: <https://bebemamae.com/mamae/thais-carla-surge-de-globeleza-aos-oito-meses-de-gravidez>. Acesso em: 16/12/2023.

¹⁴ A globeleza foi uma personagem instituída pelo canal brasileiro de televisão Rede Globo (1993 a 2022) e que, durante quase 30 anos, apresentou mulheres negras e seminuas dançando samba ao som de músicas carnavalescas. O objetivo da vinheta era anunciar a proximidade do carnaval e os preparativos para a cobertura dos desfiles de samba das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A “propaganda” foi descontinuada devido a sua forte política de sexualização dos corpos femininos e negros no país, sendo visto como um conteúdo racista e misógeno, em que mulheres negras eram anunciadas como “produto cultural e sexual”.

discurso podem ter relação a tais parlamentares¹⁵. Segue parte principal da fala¹⁶:

Boa tarde a todos! Hoje, o Dia Internacional das Mulheres. A esquerda diz que eu não poderia falar porque não estava em meu local de fala, então resolvi esse problema aqui (o deputado pega uma peruca loura, de cabelos compridos e coloca sobre a sua cabeça). Hoje eu me sinto mulher, deputada Nikole e tenho algo muito interessante para falar: às mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres. E (...) você poderia me perguntar: qual o perigo disso, deputada Nikole? (...) Porque eles estão querendo colocar uma imposição de uma realidade que não é a realidade. Eu, por exemplo, posso ir para a cadeia, (...) caso seja condenado por transfobia. E por quê? Por que eu xinguei? Por que eu pedi para matar? (...) ou seja, na verdade uma imposição: ou você concorda com o que eles estão dizendo ou você é um transfóbico, homofóbico e preconceituoso. E aqui eu não estou defendendo o meu 'umbigo', a minha liberdade. Eu estou aqui para dizer que estou defendendo a sua liberdade. A liberdade, por exemplo, de um pai recusar um homem de dois metros de altura, um 'marmanjo', entrar no banheiro da sua filha, sem ser considerado um transfóbico. Liberdade das mulheres, por exemplo, que estão perdendo seus espaços nos esportes. Estão perdendo seus espaços até mesmo em concurso de beleza, senhores. E pensa só isso, uma pessoa que se sente simplesmente algo e impõe isso pra você. A Apple, por exemplo, hoje está homenageando no dia das mulheres um homem que se sente uma mulher que, inclusive, é um ativista da obesidade. A Hershey's, por exemplo, também colocou um homem que se sente uma mulher na propaganda das mulheres.

¹⁵ O deputado Nikolas protagonizou outros episódios de transfobia, sendo obrigado pela Justiça de Minas Gerais a pagar indenização de R\$ 80 mil à parlamentar Duda Salabert. Ver em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-e-condenado-a-pagar-r-80-mil-por-danos-morais-para-duda-salabert/>. Acesso em: 16/12/2023.

¹⁶ A fala do deputado contém 3 minutos, dispensamos algumas partes devido a extensão que poderia comprometer os limites propostos para o artigo.

Então aqui eu vou tirar, por que sou gênero fluido (retira a peruca da cabeça) aí eu volto aqui para o Nikolas homem (...).¹⁷

Figura 2: Deputado Nikolas Ferreira em discurso no dia da mulher



Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/>

AS LINHAS DE FORÇA DOS DISCURSOS

Por meio do exercício metodológico, então, pudemos identificar três possíveis linhas de força: intolerância pelo diferente; escárnio e deboche; “liberdade de expressão” e influência digital.

Intolerância sobre o diferente

No primeiro recorte, o deputado Nikolas Ferreira zomba da dançarina Thaís Carla pela sua performance como glocabeza, admitindo

¹⁷ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZePHDgwfPMI>. Acesso: 10/05/2023.

que seu corpo teria mais semelhança com o globo que com a personagem a qual performava, já que, originalmente, as globelezas seguiam um padrão de beleza mercadológico, isto é, eram mulheres magras e malhadas. Sem esforços, percebemos a incidência de intolerância sobre o corpo gordo, intensificada por ironia preconceituosa, que despreza o que não se submete e não se ajusta aos padrões estéticos dominantes no mundo ocidental, como subjetiva o capitalismo. De tal modo percebemos o segundo recorte, em que a discriminação se desloca para/sobre os corpos das mulheres transgêneras. Para tanto, separamos algumas frases que identificam essa análise.

Em primeiro momento, ele afirma ao se referir às mulheres trans: “homens que se sentem mulheres”, “uma realidade que não é realidade”, “uma imposição”. A frase “homens que se sentem mulheres” foi repetida três vezes. Nos leva a entender, por um lado, que o deputado se apropria de expressões dos pesquisadores de grupos minoritários com o termo “lugar de fala” (ao se vestir como mulher e se intitular como “Nikole”) e dos investigadores de gênero ao adotar a perspectiva de entendimento de trans pelo “sentir-se mulher”. Por outro lado, na relação com o restante de sua fala, faz refletir que ele não aceita, não admite e/ou não acredita na transexualidade, isto é, não tolera que pessoas sigam caminhos diferentes de suas sexualidades biológicas. Afirma que os homens estariam criando uma fantasia (irrealidade) e obrigando as outras pessoas a aceitá-la: “uma imposição de uma

realidade que não é realidade”. Ele também repete a palavra “imposição” três vezes nesse discurso.

Em ambas as manifestações, a intolerância é caracterizada pela falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar as diferenças, o que fica claro no modo como trata as duas temáticas (corpos gordos e trans). Ela pode se desdobrar sob uma condição cultural, religiosa, sexual, econômica e, inclusive, política, como discute Foucault ao tratar sobre poder disciplinar (1978, 1979) e biopoder (1990). Está ligada a uma relutância ao diferente, por meio da ‘irritabilidade’ e/ou desprezo com o que não se adequa a certos padrões e crenças sociais (os quais ele acredita).

No segundo recorte também podemos observar a intolerância sobre o corpo gordo, quando o parlamentar cita a empresa de tecnologia Apple criticando-a por ter feito uma propaganda para o dia da mulher com uma mulher trans e ‘gorda’. Como afirma: “A Apple, por exemplo, hoje está homenageando no dia das mulheres um homem que se sente uma mulher que, inclusive, é um ‘ativista da obesidade’”.

Escárnio e deboche

No primeiro recorte, em que o parlamentar compara o corpo da influenciadora Thais Carla a um globo terrestre, tal metáfora agrega uma perspectiva de humor, deboche e escárnio ao discurso. Tal cenário também é percebido em uma publicação que ele fez em sequência e que retoma, ironicamente, a expressão “lugar de fala” ao mimetizar-se como gordo. Segue a imagem:

Figura 3: Postagem subsequente de Nikolas Ferreira no Twitter



Fonte: https://twitter.com/nikolas_dm/status/1622012020584226817

Além desta, o escárnio/deboche também é percebido no segundo recorte quando o deputado se autoapresenta como “deputada Nikole” (figura 2). Ele busca ridicularizar ao performar uma transexualidade (assim como está fazendo na figura 3, performando uma pessoa gorda). Tal atravessamento pode ser visto como um disfarce do discurso de ódio, que se impõe pelo seu privilégio de fala de parlamentar e de formador de opinião. Solano (2018, p. 20) afirma:

O discurso de ódio é apresentado, na maioria das ocasiões, como a figura do meme, da frase irreverente, da piada que as pessoas não entendem como algo agressivo, violento a ser rejeitado. Pelo contrário, é exagero e histeria dos grupos que se dizem atacados. A banalização do ódio. Onde muitos de nós enxergamos discurso de

ódio, enxerga-se, simplesmente, uma forma politicamente incorreta, bruta, folclórica de dizer as coisas.

Solano compreende que o uso do humor pode ser uma máscara ao discurso de ódio na medida em que substitui palavras agressivas e violentas por comparações e metáforas, mas que ridicularizam aqueles que não compartilham da mesma visão de mundo e incitam ódio sobre essas pessoas.

Fechine (2022, p. 11) corrobora com Solano quando afirma que vivemos no Brasil a ‘era do deboche’, caracterizando-a como uma marca do bolsonarismo:

Vivemos na era do deboche. O debate público é hoje marcado pelo escárnio provocatório. Nas conversas sobre temas e problemas de interesse comum domina a derrisão, o riso zombeteiro, um humor que usa do ultraje e do exagero para ridicularizar e irritar o interlocutor, principalmente aquele que não compartilha das mesmas visões de mundo. Isso se deve em boa parte ao ambiente onde essa discussão acontece: as mídias sociais digitais, nas quais prevalece a lógica da “lacrção”. Nas interações online, em particular aquelas que giram em torno de questões políticas, não se busca o diálogo, mas sim “arrasar”, “mandar bem” com frases de efeito direcionadas contra o adversário, visto como alguém que é preciso aniquilar para ganhar fama e visibilidade.

A autora nos ajuda a refletir que, para grande parte dos políticos apoiadores do bolsonarismo, dentre os quais está o deputado Nikolas Ferreira, o uso do escárnio e do deboche é uma forma de gerar visibilidade e, assim, propagar e legitimar o discurso que defendem. Talvez, se não houvesse essa estratégia, tais episódios não teriam auferido tanta visibilidade. Tal estratégia também se torna importante para maquiar o discurso diante da lei, pois para a constituição brasileira

a transfobia é crime. A gordofobia ainda não é crime, mas pode ser enquadrada por injúria e danos morais. Sobre isso, para esses políticos a intolerância e o discurso de ódio se trataria de “liberdade de expressão” e se utilizam da ironia, da ‘lacrção¹⁸’ e do pseudo-humor para maquiar a intolerância e o discurso de ódio.

Assim, o escárnio e o deboche, violências simbólicas, seriam modos de subjetivação que interditam e ridicularizam o corpo não hegemônico. Esses processos de subjetivação, traçados pela discriminação recreativa, mascarados de liberdade humorística, são constantemente acionados por grupos dominantes contra os corpos subalternizados para reiterar as relações de poder. Tal estratégia garante um tom de superioridade entre raças e gêneros, valorizando os sujeitos “lacradores” e objetivando os sujeitos, sendo desprezados pela piada de humilhação.

“Liberdade de expressão” e influência digital

No segundo recorte podemos perceber a palavra liberdade sendo repetida quatro vezes. O parlamentar afirma que está discursando em defesa “da liberdade de um pai que não aceita que uma mulher trans (a qual chama de ‘marmanjo¹⁹’) use o mesmo banheiro que a sua filha”. Também “da liberdade de uma mulher que está perdendo espaço nos esportes e em concursos de beleza para homens que se sentem

¹⁸ É um termo popular que caracteriza a ação de se sair bem ou melhor que o outro em tal situação; de ser bem-sucedido na fala; de obter sucesso, vitória e grande empatia pública.

¹⁹ Homem adulto que não age com maturidade.

mulheres”. Percebemos que para o emissor do discurso de intolerância a inaceitação da diferença é justificada pela “liberdade de expressão” ou um direito à liberdade de escolha de interditar o outro. Há uma clara distorção articulada a esse enunciado ao traduzir a liberdade pelo direito de burlar os princípios legais e de promover a discriminação e o preconceito.

Além disso, na declaração “aqui eu não estou defendendo o meu ‘umbigo’, a minha liberdade, eu estou aqui para dizer que estou defendendo a sua liberdade”, percebemos que Nikolas muda o direcionamento do seu discurso da assembleia (vocês) para um único receptor (você), ao afirmar “sua” liberdade. Podemos aferir que tal receptor não está presente ali naquele espaço e tempo, mas que estará ouvindo e/ou assistindo tal discurso posteriormente por meio de alguma mídia (sites, redes sociais, tv etc.). Compreendemos esse recurso como uma estratégia de comunicação que busca produzir afetações e identificação com o receptor por meio de uma linguagem direcionada. Além disso, o deputado cita as palavras “pai”, “filha”, “mulher” etc. como forma de se aproximar do receptor, buscando empatia e reconhecimento.

Tais atravessamentos nos fazem lembrar de Karhawi (2019, p. 48) no tocante aos seus estudos sobre os influenciadores digitais. Para ela “os influenciadores têm algum poder no processo de decisão de ‘compra’ de um sujeito; poder de colocar discussões em circulação; poder de influenciar em decisões em relação ao estilo de vida, gostos e bens culturais daqueles que estão em sua rede”. O deputado mais votado do

Brasil nas últimas eleições pode ser enquadrado no âmbito de influenciador, uma vez que seu discurso tem força frente aos seus eleitores e público em geral, pelas redes sociais e outros canais de comunicação.

Ainda com base em Karhawi (2019), compreendemos que o parlamentar pode ser visto como um “formador de opinião vertical”. Para a autora, um formador de opinião vertical constrói o seu discurso com o objetivo de “incutir na massa’ ideias, valores e informações que o conjunto da população absorveria sem maiores críticas ou decodificações” (p. 52). Sob a perspectiva da subjetivação, tratar-se-ia de uma produção de subjetividades homogênea (Guattari e Rolnik, 1996).

Por meio da reflexão sobre produção de subjetividades, o influenciador é considerado com um produtor/reprodutor de subjetividades, na medida em que possui essa relação de poder com o seu público, podendo contribuir para promoção de algumas subjetividades (subjetividades hegemônicas, homogêneas, capitalísticas) e a interdição de modos heterogêneos de ser e viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas apresentadas podem ser ratificadas quando observamos os dados apresentados pela ONG Safernet²⁰, que constatou que nas eleições de 2018 e 2022 houve registro de aumento significativo

²⁰ “A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 20 de dezembro de 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil”. Palavras da ONG.

no número de denúncias de discurso de ódio²¹ e intolerância na internet que foram estimulados pelas campanhas eleitorais e *fake news* produzidas e reproduzidas pela extrema direita brasileira. A ONG afirma:

Dos sete crimes que envolvem discurso de ódio denunciados à Central Nacional de Denúncias da Safernet, seis tiveram mais denúncias nos anos de eleições que em anos anteriores. Os indicadores do hotline da Safernet, que recebe denúncias de 10 crimes contra os direitos humanos praticados com o uso da internet, mostram que houve mais denúncias de racismo, lgbtphobia, xenofobia, neonazismo, misoginia e apologia a crimes contra a vida em 2020 e em 2018 em relação aos anos que antecederam as últimas eleições municipais e presidenciais. (Safernet, 2023, s/p)

Safernet nos faz meditar como os processos de subjetivação, por meio do discurso, vem a afetar a massa. E por meio do controle e do poder incita movimentos homogêneos de intolerância e violência. A sociedade disciplinar e poder (Foucault, 1979, 1987), produção de subjetividades (Guattari e Rolnik, 1996; Soares; Miranda, 2009) são conceitos que bem traduzem os processos discursivos contemporâneos que têm potência para criar sujeitos padronizados, massificados, mas, sobretudo, normatizados, por meio da homogeneização dos modos de ser e de viver como forma de controle/disciplinamento social, mantendo a ordem e retroalimentando o poder.

²¹ Vale salvasguardar que o discurso de ódio se trata de um fenômeno que no Brasil está associado à ampliação da cidadania que ocorreu após a redemocratização. Para que esse processo ocorresse, foi imprescindível que a comunidade política brasileira reconhecesse que todos (inclusive as minorias sociais mais vulnerabilizadas da nossa sociedade) fossem reconhecidos como sujeitos de direitos. Dessa forma, grupos hegemônicos, insatisfeitos pelo igualitarismo, produzem tais discursos.

As linhas de força que se mostraram no discurso analisado (intolerância pelo diferente; escárnio e deboche; “liberdade de expressão” e influência digital), não podem ser identificadas como algo próprio do Brasil ou correspondente a um momento único da história. Mas que já circularam em outros momentos em nosso país e no mundo.

A abordagem desses temas é importante na medida em que problematiza o social e o comunicacional nos fazendo meditar sobre como o discurso de ódio/intolerância pode sujeitar e provocar mal-estar, sofrimento e até morte àqueles que são alvo da intransigência. Está muito claro que as opressões, interdições e rejeições que se manifestam nos discursos de intolerância não se restringem a corpos gordos e trans, atingem muitos outros grupos minoritários. Essa perspectiva tem sido acentuada pelos jogos de sentidos entre grupos políticos no mundo, a qual tem fomentado oposições drásticas, intransigências, preconceito e perseguições que se materializam, cada vez com mais força, nos discursos daqueles que se sentem autorizados e são legitimados para a disseminação do ódio. O mais grave de tudo isso é o fato de que esses enunciados vêm, na maioria das vezes, revestidos por distorções semióticas, falsas verdades e performances de credibilidade que pervertem as lógicas discursivas. Do mesmo modo, é importante tomar esses eventos como produtos sociopolíticos de um contexto neoliberal-conservador de corrosão dos aparatos democráticos, onde o discurso de ódio contra corpos subalternizados se transforma em um meio de angariar capital eleitoral, e não um simples atentado à moralidade progressista.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, P. P. Z. Censão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista De Economia Contemporânea*, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 16/05/2023.
- COELHO, Maria T. R. *Dependência, neoliberalismo e desdemocratização brasileira*. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de mestra em Ciência Política. UnB, Brasília. 2020.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34/1995, 4ª reimpressão, 2006.
- FECHINE, Yvana. *Um bufão no poder: ensaios sociossemióticos*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2022. 188p.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Machado, R. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michael. "The Subject and Power". In: DREYFUS, H.& RABINOW, P. (eds). *Michael Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago, II: University of Chicago Press, 1982.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michael. *The History of Sexuality – Vol. I: An Introduction*. Nova York: Vintage, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* São Paulo: Loyola, 2013.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- KARHAWI, Issaaf. *Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão*. Comunicare, São Paulo, 2017. v. 17.

- KASTRUP, Virgínia. *O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo*. Psicol. Soc. 2007.
- MACHADO, Rosana P.; FREIXO, Adriano (orgs.). *Brasil em transe: nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- ROLKE, Gabriela. *Quem é Nikolas Ferreira, jovem mineiro bolsonarista, conservador e negacionista na pandemia*. Revista eletrônica Isto É. Publicado dia 07 de outubro de 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-estrela-do-conservadorismo/>. Acesso em: 17/12/2023.
- ROSÁRIO, Nísia Martins do; DAMASCENO, Alex. *A Prescrição do Corpo Televisivo: Interdição, Autoria, Repetição e Trans-aparência*. Revista Comunicação Midiática (online), Bauru/Sp, n. 2, v. 9, p. 68-81, mai./ago., 2014.
- ROVENA PILGER, Caroline. *As gordas saem do armário... e entram no closet: interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento na configuração das mulheres gordas pela revista Donna*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora. Porto Alegre: 2021.
- ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 34-57, jan./jun. 2001.
- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. *O Golpe na perspectiva de Gênero* (Organizadoras). Salvador: Eduf ba, 2018. 186 p. (Coleção Cult).
- SAFERNET. **Crimes de ódio têm crescimento de até 650% no primeiro semestre de 2022**. 2023. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/crimes-de-odio-tem-crescimento-de-ate-650-no-primeiro-semester-de-2022>. Acesso em: 12/05/2023.
- SAWAIA, Bader; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia. (organizadores). *Afeto e autoritarismo, expressões psicossociais da*

política brasileira - 1. ed.- Taubaté, SP: Letra Selvagem; Manaus, AM : Edua/AM, 2023. 344 p.

SILVA, Rannielle A. da Silva. *Discursos de ódio nas redes sociais Instagram e Twitter, nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Teresina, 2021.

SOARES, Leonardo; MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividade: o que significa? *Revista Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro: UERJ, ano 9, n. 2, pag. 408-424, 2009.

SOLANO, Esther. *Crise da democracia e extremismos de direita*. Análise Friedrich Ebert Stiftung, v. 42, n. 1, p.1-27, maio 2018.

CAPÍTULO 2

A PEDAGOGIA BOLSONARISTA: OS ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

Graciella Fabrício da Silva

Durante o governo neofacista de Jair Bolsonaro, a educação pública brasileira se tornou alvo de diversos ataques, ao mesmo tempo em que foi transformada em palco de uma guerra cultural contra inimigos fantasiosos, como um comunismo inexistente. Por meio de métodos agressivos, que incluíam a intimidação de professores em sala de aula por estudantes orientados pela cartilha do tipo “Escola sem partido”, a escola pública foi espoliada e violentada.

DO GOLPE DE 2016 AO GOVERNO BOLSONARO

Desde os anos 1990, a educação pública brasileira é alvo de investidas do capital, com a dupla finalidade de exploração para ampliação de lucros (por meio de parcerias público-privadas e criação de *vouchers*, por exemplo) e de manutenção da hegemonia burguesa, através da formação de trabalhadores adaptados às necessidades impostas pela reestruturação produtiva após a crise do modelo fordista-taylorista (ou seja, de trabalhadores flexíveis, preparados para um mercado de trabalho precarizado, com cada vez menos direitos).

O processo, iniciado globalmente ainda nos anos 1970, ganhou novos contornos no Brasil após o golpe contra Dilma Rousseff, em

2016. A deposição da primeira mulher presidenta da história brasileira marcou a ascensão de grupos conservadores e de extrema-direita ao poder, responsáveis pela amplificação da precarização da educação pública, alvo de ataques ideológicos e estruturais.

A educação foi uma das áreas que mais sofreu intervenção durante o governo golpista de Michel Temer. Durante esse período (2016-2018), foi realizada a contrarreforma do Ensino Médio, por meio da MP 746, de 22 de setembro de 2016. Em fevereiro de 2017, o Senado Federal aprovou o projeto do governo federal e, por meio da Lei n. 13.415, a contrarreforma foi instituída. O projeto nasceu de forma antidemocrática. De origem empresarial, o governo Temer não ouviu estudantes, professores, pesquisadores e sindicatos da educação durante o processo de aprovação da contrarreforma do ensino médio. A expressão máxima do caráter antidemocrático da contrarreforma foi a repressão e a perseguição sofridas pelos estudantes das mais de mil escolas e universidades públicas ocupadas em todo o Brasil contra a proposta de modificação do ensino médio.

A oposição dos estudantes se justificava: além de excluir a classe trabalhadora de sua formulação, a contrarreforma educacional de Temer se assemelhava à proposta de profissionalização obrigatória dos filhos e das filhas da classe trabalhadora da ditadura empresarial-militar (1964-1985). Segundo a contrarreforma empresarial da educação instituída pelo governo Temer, essa profissionalização ocorreria por meio de cinco itinerários formativos (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens, Matemática e Formação Técnica e Profissional), os quais

seriam supostamente escolhidos pelos estudantes, segundo suas habilidades e interesses. As disciplinas (sem base científica) dos referidos itinerários poderiam ser ministradas por professores com “notório saber” na área de atuação.

Além disso, a formação geral básica foi drasticamente reduzida. Passando a se basear nas habilidades e competências estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ela teve sua carga horária anual drasticamente reduzida de 2.400 para 1.800 horas. Dessa forma, o chamado Novo Ensino Médio estabeleceu uma outra alteração curricular importante ao definir como obrigatórias apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática ao longo de todo o ensino médio. O espaço na carga horária até então ocupada pelas disciplinas básicas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Física, Química, Biologia, Artes, Educação Física e Espanhol) passava a ser destinado às “disciplinas” dos itinerários formativos, cuja carga horária poderia ser expandida para até 1.400 horas. O objetivo dessa expansão da carga horária seria a implementação do ensino em tempo integral.

Essa mudança profunda no ensino médio promovida pelo governo Temer tinha o objetivo de formar trabalhadores para um mercado de trabalho cada vez mais precarizado. Não por acaso, a criação do NEM ocorreu de forma quase simultânea à aprovação da contrarreforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017). Como afirmam Gawryszewski *et. al.* (2023),

[...] O Estado tem intensificado sua atuação como promotor da acumulação capitalista, criando marcos legais que flexibilizam os direitos sociais e trabalhistas, intensificam a exploração do trabalho

e institucionalizam como um novo normal o trabalho precário de largas frações da classe trabalhadora. (GAWRYSZEWSKI *et. al.*, 2023, p. 78)

Nesse sentido, o NEM segue a cartilha da pedagogia do capital, na qual a escola “deixa de ter um caráter formativo voltado para a vida social e se torna a principal ferramenta formativa da futura força produtiva a ser incorporada futuramente pelo capital - é a deturpação do conceito de trabalho como princípio educativo” (GALDINO, 2023, p. 114). Desse modo, ele se encaixa em uma proposta de educação

[...] que busca formar trabalhadores adaptáveis às demandas do mercado, privilegiando a capacitação técnica em detrimento da formação. O objetivo é criar uma mão de obra flexível e facilmente descartável, atendendo às necessidades imediatas das empresas, sem preocupação com a formação integral dos indivíduos. (GALDINO, 2023, p. 115)

Essa reestruturação do ensino médio ocorreu em meio a uma escalada de ataques de natureza ideológica à educação e, sobretudo, aos professores por meio do conservador “movimento” Escola Sem Partido (ESP), que incentivava os estudantes a denunciarem os professores que fizessem “doutrinação ideológica” baseada no “marxismo cultural” em sala de aula.

Esses ataques estruturais e ideológicos à educação pública ocorridos durante o governo Temer foram o prenúncio do que ocorreria durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro.

EDUCAÇÃO PARA A PRECARIZAÇÃO: OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Em linhas gerais, pode-se afirmar que houve certa continuidade entre a política educacional elaborada durante o governo Temer e a política educacional levada a cabo durante o governo Bolsonaro. Em termos de financiamento, Jair Bolsonaro deu seguimento ao arrocho neoliberal no que diz respeito ao orçamento da educação. Uma das primeiras ações do governo Bolsonaro na educação foi o corte de verbas das universidades e dos institutos federais. Em abril de 2019, o orçamento das instituições federais de ensino foi reduzido em R\$ 5,839 bilhões, afetando o pagamento de serviços essenciais como energia elétrica e abastecimento de água. A ação desencadeou um levante nacional (o 15M), que reuniu milhares de manifestantes em todo o país contra os cortes.

Os cortes não pouparam nem o fornecimento de recursos para as escolas públicas durante o período da pandemia de covid-19, numa clara demonstração de darwinismo social (LEHER e SANTOS, 2023, p. 15). Em atuação notória para impedir o acesso das escolas a equipamentos tecnológicos durante o período em que as escolas ficaram fechadas para controlar a disseminação da doença,

[...] Em 2021, após ser derrotado no Congresso – que aprovou o uso de parte dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a educação, destinando 3,5 bilhões de reais para tal fim –, o governo foi ao Superior Tribunal Federal (STF) para impedir o uso dos recursos pela educação (Muniz, 2021), ao mesmo tempo que, ainda em 2021, bloqueou 1,2 bilhões de reais já presentes do orçamento do MEC e que poderiam ser utilizados na melhoria da infraestrutura das escolas.

Visto em conjunto, a queda foi de 7,3% entre 2021 e 2019 [*sic*], a menor aplicação nos últimos dez anos (Grisa, 2021). Ademais, o próprio parlamento flexibilizou a aplicação dos 25% das receitas de impostos nos estados e municípios nos anos de 2020 e 2021, acarretando perda orçamentária nos entes federativos. (LEHER E SANTOS, 2023, p. 16)

Ainda no que se refere ao darwinismo social na educação durante o governo de Jair Bolsonaro, sobretudo durante o período pandêmico, é necessário lembrar que o ex-presidente contrariou a orientação de pesquisadores e incentivou a circulação de pessoas nos momentos de maior contágio, assim como desestimulou o uso de equipamentos proteção, como as máscaras. Isso reverberou nas escolas a partir do momento em que empresários da educação, respaldados na postura do então chefe do executivo federal, começou a pressionar pela reabertura das escolas, apesar da orientação em contrário das autoridades de saúde a nível global e nacional e da inexistência de vacinas contra a covid-19 naquele momento.

O período da pandemia, aliás, foi um momento de aguçamento das contradições sociais e isso ficou visível na educação. Ao mesmo tempo em que o governo federal negava recursos para fornecer equipamentos tecnológicos para as escolas, cresceu o uso dessas ferramentas pelos sistemas de ensino para minimizar os impactos do fechamento das unidades de ensino naquele momento. Isso reforçou o histórico dualismo existente o sistema educacional brasileiro. Afinal, se nas escolas públicas predominou a exclusão digital, tal não foi a realidade na rede privada de ensino, especialmente nas escolas frequentadas pelos filhos da classe dominante.

Esse uso intensivo da tecnologia na educação durante a pandemia de covid-19 acelerou o processo de plataformização da educação, por meio do uso de plataformas de grandes empresas (como Google e Microsoft) para realização das atividades educacionais não somente nas escolas privadas, mas também nas redes públicas. Conforme explica Amanda Moreira da Silva (2020), esse uso intensivo das plataformas digitais nas redes de ensino contribuiu para a uberização do trabalho docente, que, ao menos desde os anos 1990, vive um processo de precarização – especialmente entre aqueles professores que não são concursados e não possuem estabilidade e acesso a uma gama de direitos trabalhistas. O custeio do material de trabalho pelo próprio docente; o monitoramento do trabalho realizado pelos professores nas plataformas não somente pelos gestores do sistema educacional, mas também *dentro* da casa dos estudantes pelos próprios discentes e por seus familiares; o maior dispêndio de tempo para preparo das aulas remotas; e a pressão para a adequação forçada dos profissionais à realidade digital junto ao desgaste emocional gerado pelo isolamento social em si são elementos que caracterizam a uberização do trabalho docente durante a pandemia (SILVA, 2020).

A pandemia de covid-19 foi instrumentalizada pela extrema-direita no poder para fazer avançar o projeto conservador na educação. Entre os itens constantes desse projeto, constava a educação domiciliar, que autorizaria as famílias a não matricularem as crianças e adolescentes nas escolas e a educá-las em casa, utilizando os materiais que achasse convenientes para promover o aprendizado.

A implementação do NEM durante o período 2019-2022 também é um outro indicativo dessa continuidade. Foi nele que foram instituídas as normativas direcionadas à execução da Lei n. 13.415. Em 2021, foram editadas as portarias 521 e 733, que, respectivamente, estabeleciam o cronograma de ações tendo por base o NEM e o Programa Itinerários Formativos, com a função de coordenar a implementação dos itinerários nos estados. O objetivo de ambas as iniciativas era o de ajustar toda a política de ensino médio ao NEM (incluindo os materiais didáticos e as avaliações institucionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb – e o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM), além de exercerem a função de coordenação de implementação da contrarreforma do ensino médio nos estados. Um bom exemplo prático do NEM é a grade curricular do estado do Rio de Janeiro, reproduzida abaixo juntamente à grade curricular estadual anterior ao NEM, para fins de comparação:

Tabela 1: Matriz curricular do ensino médio do estado do Rio de Janeiro antes do NEM

ÁREA DE CONHECIMENTO DISCIPLINAS	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL		
		SÉRIE		
		1ª	2ª	3ª
CIÊNCIAS DA NATUREZA	BIOLOGIA	2	2	2
	FÍSICA	2	2	2
	QUÍMICA	2	2	2
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	5	4	5
CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	2	2	2
	GEOGRAFIA	2	2	2
	HISTÓRIA	2	2	2
	SOCIOLOGIA	2	2	2
LINGUAGENS	ARTE	0	2	0
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	LÍNGUA PORTUGUESA/ LITERATURA	5	4	5
	LÍNGUA ESTRANGEIRA OBRIGATORIA	2	2	2
	LÍNGUA ESTRANGEIRA OPTATIVA	1	1	1
	ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	1	1
CARGA HORÁRIA TOTAL		30	30	30

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2022, p. 20.

Tabela 2: Matriz curricular do ensino médio do estado do Rio de Janeiro após o NEM

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL		
		SÉRIE		
		1ª	2ª	3ª
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA	2	2	0
	FÍSICA	2	2	0
	QUÍMICA	2	2	0
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	4	3	3
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	FILOSOFIA	2	0	0
	GEOGRAFIA	2	2	0
	HISTÓRIA	2	2	0
	SOCIOLOGIA	0	0	2
LÍNGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	ARTE	0	2	0
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2
	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	4	3	3
	LÍNGUA INGLESA	2	0	2
	CARGA HORÁRIA BNCC	24	18	12
ITINERÁRIO FORMATIVO	ELETIVA 1 - ENSINO RELIGIOSO / REFORÇO ESCOLAR	1	1	1
	ELETIVA 2 - ESTUDOS ORIENTADOS / LÍNGUA ESPANHOLA	1	1	1
	ELETIVA 3 - X / Y (CATÁLOGO)	2	2	2
	PROJETO DE VIDA	2	2	2
	COMPONENTE DE ÁREA 1	0	2	4
	COMPONENTE DE ÁREA 2	0	2	4
	COMPONENTE DE ÁREA 3	0	2	4
CARGA HORÁRIA ITINERÁRIO FORMATIVO	6	12	18	
CARGA HORÁRIA TOTAL	30	30	30	

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2022, p. 20-21.

Implementado no Rio de Janeiro durante o governo do bolsonarista Cláudio Castro por meio da Resolução nº 6.035, de 28 de janeiro de 2022, o NEM reduziu drasticamente a quantidade de disciplinas obrigatórias na formação básica dos estudantes. Como pode-se observar na Tabela 1, no modelo tradicional, os estudantes tinham um total de doze disciplinas obrigatórias no currículo (Língua Portuguesa, Matemática, Artes, Língua Estrangeira, História, Filosofia, Sociologia, Geografia, Física, Química, Biologia e Educação Física) ao longo das três séries do Ensino Médio. Com o NEM, a carga horária dessas disciplinas foi gradativamente reduzida série após série para dar espaço aos itinerários formativos, sendo que apenas Língua

Portuguesa e Matemática são oferecidas aos estudantes em todas as séries. Torna-se evidente, portanto, uma fragilização da formação humanística e científica dos estudantes por meio da retirada de disciplinas básicas fundamentais e o rebaixamento da formação dos estudantes por meio de disciplinas como “Projeto de Vida”, “O que rola por aí” e “Brigadeiro Caseiro”.

Além de ser alvo desses inúmeros ataques estruturais, durante o governo Bolsonaro, a educação foi transformada em palco de uma guerra cultural levada a cabo por pessoas adeptas ao ESP, militares e seguidores de Olavo de Carvalho, o intelectual orgânico da extrema-direita bolsonarista. Leher e Santos (2023) afirmam que cada um desses grupos possuía motivações diversas (restabelecimento de um padrão familiar e religioso supostamente sob ataque e em vias de desaparecimento; anticomunismo; combate ao “politicamente correto”). No entanto,

[...] todas essas vertentes [...] têm muitas afinidades, como os métodos de atuação política, baseados na pós-verdade, no irracionalismo, nas teorias conspiratórias, no radical anticientificismo e, sobretudo, na adesão ideológica ao neoliberalismo extremo. (LEHER E SANTOS, 2023, p. 12)

Os autores supracitados também indicam que essas ideologias eram originadas e propagadas por aparelhos privados de hegemonia (APHs) de extrema-direita como o Instituto Millenium, o Fórum da Liberdade, o Instituto Mises e o Movimento Brasil Livre. As ideologias difundidas por esses APHs possuíam diferenças significativas com APHs da direita liberal, como o Todos Pela Educação, a Fundação

Lemann e o Instituto Unibanco. Apesar disso, eles convergiam na adesão irrestrita ao programa ultraliberal comandado por Paulo Guedes (ministro da Economia durante todo o governo de Jair Bolsonaro), assim como em outros pontos, tais como “[...] o capital humano, a ideologia meritocrática, a desconsideração das desigualdades de classe dos estudantes que estão no sistema educacional, o afastamento da escola das lutas sociais e sindicais e a despolitização da formação docente [...]” (LEHER E SANTOS, 2023, p. 14).

Entretanto, apesar dessa aproximação no que tange ao ultraliberalismo, Leher e Santos sinalizam a existência de conflitos entre a extrema-direita e os setores liberais da classe dominante durante o período. Os autores afirmam que existia uma “permanente crise entre as expectativas do mercado e as políticas efetivamente implementadas por Bolsonaro” (2023, p. 33).

[...] Se os APHe [da burguesia não-extremista] avaliam que a educação laica e relativamente secular pode estar em harmonia com a formação de capital humano, a exemplo das competências socioemocionais e do “empoderamento” das mulheres, dos deficientes e LGBTs, isso não pode ser assimilado pelo governo. Os confrontos do TPE [Todos Pela Educação] com o governo expressam essas contradições no próprio campo neoliberal [...]. (LEHER E SANTOS, 2023, p. 33)

Devido a isso, a atuação da ala não-extremista da classe dominante brasileira no período foi marcada por conflitos com o MEC, chefiado por representantes do bolsonarismo voltados à utilização do ministério para a guerra cultural. Por isso, esse setor voltou-se aos estados e aos municípios, onde realizaram iniciativas para implementar

o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), da BNCC e da BNC-Formação e do NEM, “enfraquecendo a ação governamental do MEC” (LEHER E SANTOS, 2023, p. 14).

Assim, percebe-se que, apesar de exercer o controle direto sobre o MEC, a extrema-direita não logrou se tornar hegemônica e direcionar moral e intelectualmente a sociedade brasileira durante o governo Bolsonaro. Segundo Leher e Santos (2023), isso se deve ao fato de que aquilo que os autores denominam como “os três pilares” do projeto educacional bolsonarista (a combinação de doutrinas militares – expressas na criação das escolas cívico-militares –, pautas de costumes – manifesta no combate à inexistente “ideologia de gênero” – e teorias conspiratórias – como o “marxismo cultural” nas escolas),

[...] não estavam amalgamados em um *corpus* ideológico impulsionado por quadros intelectuais, movimentos de massa, igrejas, bancadas parlamentares e por APHe burgueses relevantes. Cada uma dessas tendências e forças vem defendendo suas próprias pautas, embora com alianças ocasionais com pautas afins: segmentos pentecostais trabalham a agenda de costumes e são anticomunistas; os militares são anticomunistas e combatem o politicamente correto, mas nem todo aparato militar é estritamente negacionista. [...] (LEHER E SANTOS, 2023, p. 32)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Bolsonaro aprofundou a crise da educação no Brasil, marcada pelo dualismo educacional e pelas nefastas consequências da aplicação das políticas neoliberais. O subfinanciamento – expresso no corte de verbas, por exemplo – e a implementação do Novo Ensino

Médio expressam uma parte dos ataques sofridos pela educação pública durante o período de 2019 a 2022. A profundidade da crise educacional agravada pela pedagogia bolsonarista se tornou ainda mais escancarada com a pandemia de covid-19, onde a ausência de recursos materiais e emocionais dificultou a promoção de uma educação integral a estudantes das escolas públicas, sobretudo aos das periferias brasileiras. O corpo docente das escolas também foi prejudicado, pois se viu forçado a se adaptar a uma realidade virtual em plataformas privadas, utilizando seus próprios recursos e sob forte vigilância. Assim, a pedagogia bolsonarista visava formar trabalhadores flexíveis, facilmente adaptável a um mercado de trabalho cada vez mais precarizado.

O aumento da vigilância do trabalho docente era algo que já vinha sendo estimulado pelo Escola Sem Partido, grande apoiador do governo Bolsonaro, e que incentiva os estudantes a denunciarem os professores que porventura praticassem “doutrinação ideológica” ou ensinassem “ideologia de gênero” em sala de aula.

Com o apoio do Escola sem Partido e de outros setores conservadores (como evangélicos e militares), o MEC foi transformado em palco da guerra cultural bolsonarista, o que foi motivo de conflitos com os aparelhos privados de hegemonia da fração não negacionista e mais liberal da classe dominante. Essa fração abriu do controle do ministério e se voltou ao assessoramento aos estados e aos municípios para a implementação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Curricular Comum.

O governo de Jair Bolsonaro deixou a educação respirando por aparelhos, necessitando de oxigênio. Por isso, é fundamental a reorganização da classe trabalhadora para a promoção de uma educação verdadeiramente integral, laica, gratuita, universal, científica e humanista que recupere o sentido da função educativa do trabalho, promova o senso crítico e que seja emancipadora.

REFERÊNCIAS

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Diário Oficial*, ano XLVIII, n. 23, Parte I, 4 de fevereiro de 2022. Pp. 17-42.
- GALDINO, Marcos. *O estudante da escola pública como protoproletariado: um olhar a partir das ocupações escolares (2015-2016)*. (Tese de doutorado). Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2023.
- GAWRYSZEWSKI, Bruno *et. al.* “Formação da classe trabalhadora”. In: LEHER, Roberto (org.). *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação*. São Paulo: Expressão Popular, 2023. Pp. 77-98.
- LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. “Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente”. In: LEHER, Roberto (org.). *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação*. São Paulo: Expressão Popular, 2023. Pp. 9-42.
- SILVA, A. “Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia”. *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 5, n. 9, p. 587-610, 11 dez. 2020.

CAPÍTULO 3

“PASSANDO A BOLADA, MUDANDO TODO O REGRAMENTO E SIMPLIFICANDO NORMAS”: UM OLHAR SOBRE O PROJETO DE SIMPLIFICAÇÃO DE NORMAS INFRALEGAIS E EXPOSIÇÃO A RISCO AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO, À LUZ DA CRIMINOLOGIA VERDE

Amanda Rangel Bittencourt

Marcello Amorim Vieira

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2018 e 2022, o Brasil experienciou as configurações políticas e regimentais legadas pela gestão de Jair Messias Bolsonaro, o que representou diversas alterações conjunturais a título de políticas públicas e de manutenção institucional. Desta maneira, o recorte proposto neste artigo objetiva analisar as ações de flexibilização de legislação ambiental durante o Governo Bolsonaro e as relações de poder expostas através das formas institucionais que tais alterações adquiriram. A proximidade entre os gestores da respectiva gestão e a bancada ruralista expõem um cenário onde políticas ambientais foram flexibilizadas em virtude do favorecimento de interesses do agronegócio, o que se mostra no escopo deste artigo e se justifica na seleção do material investigado, neste caso, a Instrução Normativa n° 9/2020 da Funai acerca do requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados, bem como

do trecho de uma fala do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em uma reunião ministerial ocorrida no dia 22 de Abril de 2020, que será utilizada como excerto para análise.

Nesse panorama, busca-se mapear este discurso no âmbito de um projeto político que perpassa a área ambiental e o mecanismo da IN 9/2020 como exemplo de flexibilização de normas infralegais que afetam diretamente o cenário de proteção ao meio ambiente. A análise pura dos elementos selecionados restaria infrutífera se não fosse acompanhada de base teórica que permitisse uma problematização de tais ações e medidas de responsabilização para tais atos, sendo também uma preocupação deste escrito debater estratégias analíticas para pensar a responsabilização por atos institucionais que exponham a risco o equilíbrio ambiental e a sociobiodiversidade.

Orienta-se tal discussão a partir da Criminologia Verde, existindo também um esforço em remontar o percurso epistemológico para que tal vertente da Criminologia Crítica chegasse a tal concepção, junto a tal base, há de se somar teorias e estudos que visam a transposição do paradigma legado pelo projeto da modernidade¹ (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Assim, propõe-se uma discussão voltada ao questionamento da responsabilidade institucional no apoio às garantias ambientais e ao equilíbrio climático, bem como, objetiva-se realizar um debate a partir do Sul Global, evidenciando o que há de

¹ Ao debater a chamada violência epistêmica, Castro-Gómez (2005) fala sobre o projeto da modernidade, a qual ele entende como sendo o projeto que coloca o modelo de racionalismo que remanesce do Século das Luzes como um padrão de concepção de conhecimento e epistemologia a ser replicado. No entanto, as teorias de matriz pós e decoloniais, buscam abordar questões centradas em países periféricos a partir de perspectivas que falem junto aos sujeitos nele localizados.

afinidade e particularidade no caso brasileiro, sob o recorte de gestão escolhido para consumir esta elucubração.

“PASSANDO A BOIADA, MUDANDO O REGRAMENTO E SIMPLIFICANDO NORMAS”: A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 9/2020 DA FUNAI SOBRE A DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES SOBRE PROPRIEDADE PRIVADA EM TERRAS INDÍGENAS NÃO HOMOLOGADAS

Durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro (2018 a 2022), viu-se manifestar uma série de medidas de oposição às pautas ambientalistas e referentes a povos e comunidades tradicionais. Desta forma, parte-se precedentemente às problematizações sobre como abordar a responsabilização por medidas que expõem o equilíbrio ambiental e climático a dano e crimes, quando tais medidas partem do âmbito institucional, no caso deste artigo, a discussão sobre Criminologia Verde e as dinâmicas de poder expostas na correlação de forças protagonizadas entre a referida gestão e o agronegócio. Pretende-se aqui, analisar alguns mecanismos emitidos por órgãos estatais e pronunciamentos oficiais que interferem diretamente na flexibilização do acesso a propriedades rurais, financiamentos e terras em disputa, visando-se problematizar tal exposição com base na emissão da Instrução Normativa n° 9, de 16 de abril de 2020 (IN 9/2020), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

No ano de 2019, o governo Bolsonaro já oferecia indícios práticos de que caminharia junto aos grandes produtores rurais e que facilitaria suas atividades a partir de medidas institucionais, como foi o

caso da Medida Provisória 884/2019 (MP 884/2019), que protelou o prazo de inscrição das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR foi instituído pela Lei 12.651/2012, intitulado Código Florestal de 2012, e se vincula ao Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (SINIMA), sendo “obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.” (BRASIL, 2012). Este mecanismo se dá através de informações declaradas por parte dos proprietários e averiguadas pelos órgãos ambientais do estado onde se localiza o imóvel rural e, entre outras finalidades, foi pensado pelo legislador como uma maneira de se mapear informações acerca da vegetação e de ordem ambiental, no entanto, o estabelecimento de um prazo para adesão visava uma celeridade na constituição de tal base de dados, mas sucessivas prorrogações do prazo impediram tal interesse do legislador, até que o prazo para inscrição foi estabelecido como indeterminado pela Lei 13.887/2019.

É a partir deste cenário que, no ano de 2020, é publicada a IN 9/2020 pela Funai, à época presidida Marcelo Augusto Xavier da Silva², a qual disciplinava aspectos relativos à Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados. O ponto que chama atenção nesta normativa é a insegurança jurídico-institucional a qual foram

² Que, por carreira, é técnico em Agropecuária e bacharel em Direito, atuando como Delegado da Polícia Federal. Em seu mandato, viu-se a nomeação de diversos nomes ligados aos ruralistas para cargos na Funai.

expostas terras indígenas em procedimento de identificação, delimitação e declaração, pois a IN 9/2016 só impede que seja reconhecida propriedade rural que esteja sobrepondo terras indígenas homologadas ou regularizadas, conforme texto integral:

Art. 1º. A emissão do documento denominado Declaração de Reconhecimento de Limites será processada de acordo com as normas estabelecidas na presente Instrução Normativa.

§ 1º. A Declaração de Reconhecimento de Limites se destina a fornecer aos proprietários ou possuidores privados a certificação de que os limites do seu imóvel respeitam os limites das terras indígenas homologadas, reservas indígenas e terras dominiais indígenas plenamente regularizadas.

§2º. Não cabe à FUNAI produzir documentos que restrinjam a posse de imóveis privados em face de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas ou constituição de reservas indígenas. (BRASIL, 2020)

Tais medidas de flexibilização não possuem impacto apenas sob a manutenção dos modos tradicionais de vida dos povos indígenas no Brasil, mas também colocam em questão a seara da preservação ambiental, o que se estrutura como escopo deste artigo. Para que tal relação seja melhor compreendida, traz-se em análise quantitativa um estudo com base no informativo *Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques – Una oportunidad para la acción climática en Latina América y el Caribe* (2021), produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), em que se atesta que

as florestas localizadas em territórios indígenas possuem papel crucial na estabilização do clima, pois elas armazenariam,

aproximadamente 34 bilhões de toneladas métricas de carbono (o equivalente a quase 30% do carbono em florestas tropicais da América Latina e 14% do carbono em florestas tropicais em escala mundial) (VIEIRA, 2023)

Diante do exposto, percebe-se que o caráter de risco revelado pela publicação da IN 9/2020 está circunscrito em uma constelação de interesses e alianças políticas que, anteriormente à concepção de sua responsabilização, deve ter nomeados os principais agentes e movimentos sistêmicos relativos a ela. Conforme transcrição abaixo, expõe-se a fala do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acerca das medidas de simplificação normativa que estavam projetadas para designação no ano de 2020:

A oportunidade que nós temos, que a imprensa tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro, nessas viagens que se referiu o Onyx [Lorenzoni], certamente cobrou dele, cobrou do Paulo, cobrou da Teresa, cobrou do Tarcísio, cobrou de todo mundo, da segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação. Grande parte dessa matéria, ela se dá em portarias e normas dos ministérios que aqui estão, inclusive, de Meio Ambiente e que são muito difíceis, e nesse aspecto acho que Meio Ambiente é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal, em termos de instrução normativa ou portaria, porque tudo que a gente faz 'é pau do Judiciário' no dia seguinte. Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade, no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada, e ir mudando todo o regramento, e simplificando normas, de IPHAN, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de Ministério disso, de Ministério daquilo...agora é hora de unir esforços para 'dar de baciada' na simplificação de regulatório que nós precisamos em todos os aspectos. (BBC NEWS BRASIL, 2020)

Tal discurso, simboliza o já elucidado projeto político em questão de maneira que se pode observar a dinâmica de valoração e mercantilização da natureza, bem como a relação que tal processo tem com a atuação de agentes institucionais, neste caso, a atuação de Ricardo Salles quando esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente. Contudo, o esforço relacional que aqui se desenha, não é, necessariamente entre o discurso e uma ação do próprio ex-ministro. Ao relacionar a fala proferida por Salles no dia 22 de Abril de 2020, com a IN 9/2020, que data do dia 16 de Abril do mesmo ano, demonstra-se que tais ações de flexibilização e simplificação infralegal não teve início após tal discurso, mas sim, que tal discurso cristaliza uma dinâmica que já vinha sendo implementada e que, portanto, estava inserida em uma cadeia de interesses priorizados pelo Governo Bolsonaro. Ao falar sobre processos de mercantilização e incorporação de recursos naturais, Hayter e Patchell (2015) afirmam a necessidade de renovação e expansão das fontes de riqueza, o que faz compreender a necessidade do agronegócio em expandir suas fronteiras e isto leva diretamente à necessidade de se debater o jogo político fundamental na sustentação do *modus operandi* dos grandes agricultores.

Nesse escrito, opta-se pelo uso do termo *modus operandi* para representar a relação dos representantes do agronegócio com as terras, no sentido de enfatizar que o atravessamento que estes sujeitos travam com as terras estão voltadas às contradições inscritas no âmbito do capitalismo. Assim, estrategicamente se expressa que a relação do agricultor com a terra é, em maior parte, condicionada pela visão do

primeiro sobre a segunda como um meio de produzir sua riqueza. Em contrapartida, ao se falar das sociabilidades indígenas, quilombolas e de demais comunidades tradicionais, bem como dos representantes da agricultura familiar, há de se elucidar tal relação sob a ótica do *modus vivendi*, tendo em vista que o atravessamento da relação entre a terra e estes grupos está diretamente atrelado à sociabilidade deles, isto é, não apenas a necessidades econômicas.

Um fator a ser considerado enquanto projeto e, simultaneamente, efeito da expansão do agronegócio e das atividades das grandes corporações é o fenômeno da invisibilização dos modos de vida. Tanto na instrução normativa em análise, quanto no discurso proferido por Salles na reunião ministerial, destaca-se o engatilhamento das políticas de simplificação e desregulamentação em momento em que elas não tenham grande visibilidade no circuito midiático. Em contrapartida, a possibilidade condicionada pela IN 9/2020, de reconhecer propriedades privadas, ainda que as mesmas sobreponham perímetro de terra indígena não homologada ou regularizada, revela um desinteresse e invisibilização dos modos de vida exercidos por povos indígenas, elemento de debate que se insere numa dinâmica macro tendo em vista que o modo de produção capitalista não apresenta significativas afinidades com o *modus vivendi* mencionado e suas variações, logo, os interesses entre estes dois polos serão divergentes.

No entanto, o que há de se pontuar é que a referida invisibilização dos modos de vida não está exclusivamente ligada à atividade das grandes corporações. Observando-se categoricamente um

processo social, coloca-se a *commodificação*³ (CASTREE, 2003) e o controle como meios de se monopolizar o acesso e uso de recursos naturais (OLIVEIRA; BÜHLER. 2016), a partir deles, observa-se que as sociabilidades são modificadas conforme os processos vão acontecendo, alterando-se representações sociais e gerando/intensificando conflitos. Cenários de desmonte de mecanismos institucionais para a proteção da Natureza e das comunidades tradicionais, além das metamorfoses relacionadas à expansão do agronegócio levam os sujeitos que se propõem a pensar tal temática às dúvidas relativas ao futuro destas disputas.

Diante do exposto, a abordagem das fontes aqui desenvolvida se dá por um ponto de vista que mais flerta com o questionamento do que com o estabelecimento de diretrizes conclusivas, postulado que há de ser reiterado no tópico acerca das tensões conceituais e epistemológicas na relação entre a Criminologia Verde e as responsabilizações pertinentes às dinâmicas trabalhadas. Reconhece-se que a força econômica que o grupo representado pelo *modus operandi* de trabalho na terra, além de sua presença em espaços de poder institucionalizados, em dimensão física ou discursiva, traz favorecimento no que tange aos ataques a indígenas e quilombolas, bem como reforçam pressões no

³ “Para mobilizar os recursos situados nas periferias da produção agrícola globalizada, é necessário passar por um processo de *commodificação* da natureza. Segundo Castree (2003), trata-se de um processo delimitado por alguns aspectos fundamentais: privatização, alienação, individualização, abstração, valorização, deslocamento. Observa-se, nesse sentido, uma dinâmica de apropriação privada dos recursos naturais, processo que, nessas regiões de fronteira agrícola, se dá de forma frequentemente fraudulenta e conflitiva. Aspectos da natureza que aparentemente seriam inalienáveis, como o clima, a chuva, o relevo, são incorporados ao mercado fundiário e, nesse processo, se transformam em mercadoria.” (OLIVEIRA; BÜHLER. 2016, p. 273)

sentido de obstar a aprovação de meios de fiscalização das atividades do agronegócio, alegando que tais instrumentos seriam vetores de atraso econômico para o Brasil. Assim, o *modus vivendi* vem sendo cada vez mais invisibilizado e a Natureza, cada vez mais, passa a bailar nos tempos regidos pela orquestra mercadológica.

CRIMINOLOGIA VERDE E O DELITO DO MAU DESENVOLVIMENTO

A criminologia crítica serviu de farol para o paradigma da criminologia ortodoxa/lombrosiana, onde a última buscava, por influência do positivismo, mostrar diagnósticos e soluções para casos isolados, culpabilizando o indivíduo e não o sistema social. A referida lógica declarava a raça como um fator importante para a caracterização de um criminoso, nesse sentido, “a inferioridade racial é a única inferioridade que a ideologia dominante podia aceitar para justificar as diferenças que originam a exploração.” (DEL OLMO, 1979, p. 32). Criminalizando não só pessoas, mas lugares também. Dessa forma, a criminologia crítica redireciona a sua lente com o objetivo de explorar os processos de criminalização e as violências produzidas pelas próprias agências responsáveis pelo controle penal (CARVALHO; WEIGERT, 2020, p. 1787). No entanto, com o passar do tempo, a criminologia crítica por si só já não conseguia dar conta de todas as demandas da contemporaneidade, desenvolvendo assim, suas vertentes, como por exemplo: criminologia feminista, criminologia *queer*, criminologia cultural, entre outras. A criminologia verde, que ainda tem seu conceito aberto e é vertente da criminologia crítica, seria a

responsável por instrumentalizar o saber da criminologia com foco nos danos ambientais causados pelo capitalismo, principalmente através de condutas praticadas por agentes poderosos. (BRISMAN; BUDÓ; GOYES; NATALI; RODRIGUEZ, 2020, p. 43).

Durante o Governo Bolsonaro, é certo que, diante todas as conquistas anteriores referentes à proteção ao meio ambiente, este acarretou uma visão oposta a tudo que tinha sido desenvolvido. Crise climática, negacionismo científico, catástrofes ambientais, desmonte de órgãos fiscalizadores no Brasil e outros fatores, foram algumas das circunstâncias presentes ou agravadas no governo de Jair Messias Bolsonaro, que em seus discursos já demonstrava o desinteresse na consciência ambiental, desmerecendo anos de busca pelo equilíbrio do meio ambiente (NASCIMENTO, 2023, p. 424). A criminologia é uma ferramenta de prevenção da conduta delitiva, assim, seu foco é nas problemáticas que a sociedade, em algum momento, exige que sejam resolvidas. Nesse sentido, questões ambientais começam a protagonizar no âmbito da criminologia, porque, “considerando que todas as condutas humanas geram uma repercussão no ambiente e seus recursos, é certo analisar quais condutas geram um dano ambiental propriamente dito e de que forma pode se prevenir a partir das contribuições das correntes criminológicas.” (JARQUE, 2020, p. 76).

A criminologia verde do Sul pode ser definida como: “estrutura conceitual subdisciplinar que estuda os danos aos ecossistemas, seres humanos decorrentes das interações entre os humanos e seu ambiente natural” (GOYES, 2022, p. 56; GOYES, 2018a). É importante situar

o tema, no sentido que, “a criminologia verde não é uma teoria unificada de causalidade, mas sim uma orientação que direciona o estudo dos atores, das motivações e das consequências das interações humanas prejudiciais com seu entorno natural.” (SOUTH, 2014; SOUTH BRISMAN, BEIRNE, 2013).

A criminologia verde do Sul é baseada na divisão Norte-Sul como uma categoria analítica central (GOYES, 2019). No caso, ainda é intacta a estrutura colonialista no que diz respeito aos casos de conflito e violência, havendo a manutenção da distribuição ilegal de capital político e poder (GOYES; FRANKO, 2019), no entanto, “mascarados” por legislações e por práticas ilegais já arraigadas. “Isso permite que os países do Norte construam instrumentos jurídicos internacionais que regulam a interação humana com a natureza (tanto recursos físicos quanto direitos de propriedade intelectual)” (GOYES, 2017; GOYES; SOUTH, 2016), com o objetivo de extrair recursos dos países do Sul, apesar do custo da destruição ambiental, e impor suas práticas ambientais ao Sul, em detrimento das práticas locais (GOYES, 2018b, 2019, 2020).

Inegavelmente, com a manutenção das dinâmicas coloniais em “países periféricos”, são preocupantes as más condições de vida de grande parcela da população da América Latina. A pesquisa de María Laura Böhm sobre o delito do “mau desenvolvimento”, tem o objetivo de “visibilizar, refletir e intervir a respeito dessas más condições, com a atenção voltada aos fatores e atores que geram ou, ao menos, colaboram para a geração da violação de direitos básicos da população latino-

americana” (BÖHM, 2022, p. 123). O conceito de delito do “mau desenvolvimento” pode ser definido como:

O conjunto de inter-relações e atividades no contexto de políticas e empreendimentos econômicos internacionais, transnacionais, regionais e nacionais que geram ou concretizam o risco de obstacularizar a satisfação de necessidades básicas coletivas e, assim, contribuir de forma direta ou indireta à produção de violência cultural, estrutural ou física que impede o desenvolvimento sustentável e integral de uma população em termos de paz econômica, cultural e legal. (Idem, p. 123)

O desmonte de políticas públicas e o movimento de simplificação de normas e diplomas infralegais, que expõem a risco o equilíbrio ambiental e climático, ocorridos no Governo Bolsonaro, podem ser analisados de forma crítica a partir da criminologia verde do Sul e do delito do mau desenvolvimento. Seguindo um comportamento sistêmico antigo, empresas transnacionais e grandes agricultores se beneficiam da desregulação infralegal, como é o caso trabalhado a partir da IN 9/2020 e do excerto da fala do ex-ministro Ricardo Salles, podendo gerar grandes danos e violações dos Direitos Humanos nas populações locais, e, assim, contribuem para o mau desenvolvimento na América Latina (BÖHM, 2022, p. 124). E, nesse sentido, os Direitos Humanos violados, em virtude de ações ostensivas na natureza possibilitadas pelo projeto de desregulação em pauta, inclui: “deslocamento de populações de maneira forçada, involuntária, ou por meios fraudulentos, a contaminação da água e do ar, o extermínio da flora e da fauna, a supressão de direitos trabalhistas, a expropriação de terras de povos tradicionais indígenas e o financiamento de grupos

armados envolvidos em crimes internacionais, etc.” (IDEM, 2022, p. 125).

O Ministério do Meio Ambiente, a Funai e o Governo Bolsonaro são instituições que não são percebidas como infratoras de forma imediata, principalmente quando aprovam e incentivam normativas para simplificar processos de identificação de propriedade privada e procedimentos ambientais complexos, e sob o “manto” da suposta legalidade, suas ações e objetivos podem ser encarados como parte de um fluxo institucional regular. As promessas de Jair Bolsonaro, durante sua campanha presidencial no ano de 2018, incluíam, entre muitas coisas, a garantia do fim ao ativismo ambiental e extinção do Ministério do Meio Ambiente, o que não aconteceu devido, entre outros fatores, à péssima repercussão internacional deste discurso. Como já dito, o delito do mau desenvolvimento, nesse caso, fica exposto, porque se reforça a invisibilização de certas populações e, muitas vezes, reforçando-se assim aspectos políticos antigos relacionados ao que se concebe como colonialidade⁴. Estas populações subalternizadas se tornam, assim, vítimas do delito, porque suas vozes e seu acesso a direitos são suprimidos e, além de vítimas, têm reforçada a sua invisibilidade aos olhos dos poderosos. A partir daí, com vítimas invisíveis e grandes interesses de atores econômicos, bem como

⁴ A colonialidade foi concebida como sendo um fenômeno histórico-cultural posterior, temporalmente, ao colonialismo mas que conserva legados e dinâmicas remanescentes deste. Esta expressão é central nos trabalhos do grupo Modernidade/Colonialidade, que inclui nomes como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, entre outros.

institucionais, em seus territórios, a violência a populações locais também passa a ser parte do “curso normal das coisas”.

Como já explicitado no primeiro tópico, as medidas de Bolsonaro junto com o Ministério do Meio Ambiente e a Funai, abriram margem para que infratores fossem beneficiados e o ciclo de violência fosse retroalimentado, mascarado e normalizado com o tempo. Concluindo que, a discussão precisa passar pela relação atual de sociedade-natureza, principalmente quando se fala de territórios, que desde nossos primórdios e colonização latino-americana, foi motivo de lutas soberanas e marginalizações de povos. Hodiernamente, quando há interesse econômico sobre territórios habitados por povos indígenas, por exemplo, as relações sociais acabam se perpetuando em tensão e ameaça, porque o referido interesse sobre aqueles territórios é uma demanda que representa uma ameaça diária para a vida das pessoas que ali habitam (BÖHM, 2022, p. 135). Nessa esteira, percebe-se que,

as vítimas da poluição, da morte e da contaminação causada por grandes corporações são desumanizadas não apenas em razão do capitalismo neoliberal que desorganiza o meio ambiente, mas também por serem pessoas negras, por serem indígenas e por residirem em locais onde o Estado não tem interesse em se fazer presente ou proteger (MELCHIORS, GLOECKNER, BUDÓ, p. 10, 2022)

Sendo assim, há uma modificação da relação sociedade-natureza para estes povos e uma incompatibilidade de cosmovisões, por uma necessidade de manutenção de vivências e como resultado de defesa de seu próprio espaço, e isso pode explicar as novas formas de resistência na América Latina, antes mesmo de Bolsonaro, e que se pode conceituar

como “giro ecoterritorial das resistências” (SVAMPA; VIALE, 2014). “É a necessidade de responsabilização como via para a paz territorial” (BÖHM, p, 137), tendo em vista que a questão fundiária é uma das grandes matrizes históricas de conflito no Brasil, a qual se perpetua até hoje. Para além da questão ambiental, tem-se a garantia de demarcação de terras como um dos principais vetores de direitos para povos indígenas no Brasil, cenário que beira à insegurança caso não seja garantido, como é o caso exposto pela IN 9/2020. Não só a responsabilização de agentes públicos e grandes agricultores, por exemplo, por seus atos de destruição e exposição da natureza à risco é importante, mas também é um grande avanço para a garantia plena da democracia no que diz respeito à paz de povos originários e outras minorias sociais afetadas pelo interesse econômico e político que motiva tais processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o silenciamento das vítimas de violência e de condutas que expõem o meio ambiente e vivências a dano, os saberes e modos de vida de grupos subalternizados neste processo acabam ficando sufocados e a tarefa de propor soluções adequadas fica mais árdua. A desigualdade é o combustível para essa dinâmica de devastação ambiental e interesses econômicos, “silenciando os berros emanados pelas populações atingidas com extrações, poluição e todas as formas de exploração”. (MELCHIORS; GLOECKNER; BUDÓ, p. 11, 2022) as ações do Governo Bolsonaro, tais soluções se tornaram mais difíceis, já que as

próprias legislações ambientais deixavam desprotegidos os mais vulneráveis e favoreciam os mais poderosos. Nesse sentido, observar as legislações ambientais e apurar as denúncias de empresas ou grupos que desrespeitam tanto tais legislações quanto os direitos humanos e responsabilizá-los efetivamente, já é um bom caminho para a possibilidade de garantia do bem-viver e da cidadania das populações atingidas.

Desta forma, o presente artigo visou demonstrar o paralelo entre discurso e materialidade política relacionando os sentidos presentes na fala de Ricardo Salles em reunião ministerial com ações governamentais em curso, neste trabalho, fala-se da IN 9/2020 da Funai. Vale destacar que, no ano de 2022, a Justiça Federal do Mato Grosso, através de liminar, suspendeu efeitos da IN 9/2020, demonstrando assim, alguma reação institucional frente à proposta inerente à normativa em questão, contudo, frisa-se que o escopo deste artigo não se restringiu à produção de efeitos jurídicos referentes a ela, mas sim, à análise dos interesses e jogos de poder que entornaram a redação desta instrução normativa, relacionando tal base com um projeto político anunciado.

O pensamento das questões enunciadas, em perspectiva ampla, aponta assim para um esforço discursivo no intuito de pensar questões relativas ao Sul Global a partir de suas próprias soluções em potencial. Portanto, a Criminologia Verde elucidou que a conexão entre projetos políticos que expõem a risco o meio ambiente, atores econômicos e instituições (sejam elas públicas ou não), andam lado a lado em tais processos, o que exige a problematização de uma nova dinâmica de

responsabilização, bem como aponta para a, ainda precária, segurança jurídica de grupos subalternizados, os quais são indicados como os principais afetados pelas medidas discorridas neste escrito.

REFERÊNCIAS

- AILÉN JARQUE, Melisa. Qué es la criminología verde?. Archivos de Criminología, Criminalística y Seguridad Privada, [Argentina], v. 16, 2021.
- BBC NEWS BRASIL. *Ricardo Salles na reunião: com imprensa focada na Covid-19, é hora de 'ir passando a boiada'*. Youtube, 23 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BWDemNNMbeU>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- BÖHM, María Laura, O Delito do Mau Desenvolvimento. In: BUDÓ, Marília de Nardin; GOYES, David Rodríguez; LONRENZO, Natali; SOLUND, Ragnhild e BRISMAN, Avi. *Introdução à Criminologia Verde: Perspectivas Críticas, Decoloniais e do Sul* [Introduction to Green Criminology: Critical, Decolonial and Southern Perspectives], 1. ed. - São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022.
- BRASIL. Lei nº 12.651/2012, de 25 de Maio de 2012. *Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 9, de 16 de Abril de 2020. *Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020.

- BRISMAN, Avi. et al. Introdução: Rumo à consolidação de uma criminologia verde do Sul. In: *Introdução à criminologia verde: Perspectivas críticas, decoloniais e do Sul*. Tirant Brasil, 2022. p. 14-53.
- BRISMAN, Avi.; SOUTH, Nigel (2013a) Resource wealth, power, crime and conflict. In Walters R., Westerhuis D and Wyatt T. (eds) *Debates in Green Criminology: Power, Justice and Environmental Harm*. pp. 57-71. London: Palgrave.
- BRISMAN, Avi.; SOUTH, Nigel. (2013b) For a green-cultural criminology. *Crime, Media, Culture, [EUA]* , pp. 115-135.
- CASTREE, Noel. Commodifying what nature?. *Progress in Human Geography*, Caribe, v. 27, n. 3. p. 273-297, 2003.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In.: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber. eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- DEL OLMO, Rosa. (1979), *Desarrollo histórico de la criminología en América Latina*. Caracas, Universidad Central de Venezuela.
- FAO; FILAC. *Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques*. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe. Santiago. FAO. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb2953es>.
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel. Land-grabs, Biopiracy and the Inversion of Justice in Colombia, *The British Journal of Criminology*, Oxford, volume 56, Issue 3, 2016, pp. 558-577. Disponível em: <http://doi.org/10.1093/bjc/azv082>
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel. Corporate lobbying and criminalization. *Crime, law & social change*, v. 69, p. 401-419, 2017.
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel. Green Criminology as Decolonial Tool: Stereoscope of Environmental Harm. In:

- CARRINGTON, K.; HOGG, R.; SCOTT, J.; SOZZO, M. *The Palgrave Handbook of Criminology and the Global South* (pp. 323-346). London: Palgrave, 2018a.
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel. 'Tactics Rebounding in the Colombian Defence of Free Seeds. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 7, n.1, 2018b.
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel. *Southern Green Criminology. A Science to End Ecological Discrimination*. Bingley, UK: Emerald, 2019.
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel; FRANKO, Katja. Global ecological destruction. In: *Globalization & Crime*. New-castle-upon-Tyne: Sage, 2019.
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel; SOUTH, Niel. Between 'conservation' and 'development'. The construction of 'protected nature' and the environmental disenfranchisement of indigenus communities. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 8, n. 3, p. 84-104, 2019.
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel. 'Little development, few economic opportunities and many difficulties': climate change from a local perspective. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 9, n. 2, 2020.
- GOYES, David Rodríguez; SOUTH, Nigel. Criminologia Verde do Sul In: Marília de Nardin Budó... [et al] *Introdução a criminologia verde: críticas e perspectivas críticas, decoloniais e do Sul*. 1. ed. - São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022
- HAYTER, Roger; PATCHELL, Jerry. Resource geography. In: Wright, J. D. (Coord.). *International encyclopedia of the social & behavioral sciences*. 2ª ed. Oxford: Elsevier, 2015. v. 20. p. 568-575.
- VIEIRA, Marcello Amorim. A política indigenista brasileira entre o aldeamento e a commodificação. *Le Monde Diplomatique Brasil*,

2023. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-politica-indigenista-brasileira-entre-o-aldeamento-e-a-commodificacao/>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, Valter Lúcio de; BÜHLER, Ève Anne. Técnica e natureza no desenvolvimento do “agronegócio”. *Caderno CRH [online]*. 2016, v. 29, n. 77. p. 261-280.

OLIVEIRA NASCIMENTO, Rayssa Kelly de; et al. Crimes Ambientais Durante o Governo Bolsonaro 2018-2022. ID on line. *Revista de Psicologia*, v. 17, n. 66, p. 423-442, 2023.

MELCHORS, Rafaela Bogado; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen; DE NARDIN BUDÓ, Marília. “O RIO É DOCE E A VALE, AMARGA”: O ECOCÍDIO CAUSADO POR GRANDES CORPORAÇÕES E AS VOZES SILENCIADAS In: Anais do 1º Seminário de Ciências Criminas e Literatura da PUCRS: pensar nas vozes silenciadas/ Jádía Larissa Timm dos Santos, Tamires de Oliveira Garcia, Rosália Maria Carvalho Mourão organizadoras. - Dados eletrônicos - Porto Alegre, EDIPUCRS, 2022.

SVAMPA, Maristella; VIELA, Enrique. *Maldesarollo: La Argentina del extractivismos y el despojo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2014.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil; CARVALHO, Salo de. Criminologia Feminista com Criminologia Crítica: Perspectivas teóricas e teses convergentes. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, p. 1783-1814, 2020.

CAPÍTULO 4

O LUGAR DAS DIREITAS NA BIBLIOGRAFIA DA “CRISE DA DEMOCRACIA”: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Rafael Polari de Alverga Kritski

Fenômenos como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e a campanha – e posterior resultado – da votação sobre o *Brexit* no Reino Unido causaram alvoroço entre pesquisadores célebres da ciência política do Norte Global, particularmente entre os anglófonos. Esses eventos fissuraram um suposto consenso, construído nas décadas finais do século XX, em torno das democracias liberais como forma de organização da vida política, sobretudo no ocidente. Assim, rapidamente, o diagnóstico de uma crise das democracias se espalhou.

Essa conjuntura impulsionou a publicação de muitos livros que tratam do tema por parte de autores consagrados na área. Essas obras se tornaram *best-sellers* a nível internacional, dominando também a parcela do mercado editorial brasileiro dedicada às ciências sociais. Além disso, mesmo que fossem destinadas a um público mais amplo, por conta de sua presença no debate público, também foram incorporadas em ementas de disciplinas de graduação e pós-graduação em ciência política.

Essa gama de livros conformou uma bibliografia de *criseologia* (CHALOUB, 2021, p. 22): assim como a *transitologia* nas décadas de 1970-1980, tem como pressuposto uma concepção minimalista de

democracia competitiva pautada por indivíduos e grupos racionais, utilizada para analisar a dita crise atual das democracias. O mote dessas obras, de maneira geral, é tentar compreender como lideranças *outsiders* aos sistemas políticos em questão conseguiram se infiltrar legal e legitimamente em sua estrutura para corroê-las por dentro. Esse processo de destruição dos princípios que sustentam os sistemas políticos em questão por líderes populistas configuraria a crise das democracias anunciada pelos autores. Portanto, apesar de se debruçarem sobre a degradação institucional desses países do norte global, há um lugar privilegiado para a caracterização dos atores envolvidos.

A hipótese que guia esse texto é de que, nessa bibliografia, a caracterização dos atores políticos que emergem no contexto de crise das democracias é problemática. Considero que, para além de lacunas que são consequências do próprio escopo das obras, que se detêm principalmente sobre os Estados Unidos e Europa ocidental, opções teóricas e metodológicas dos autores dirigem os trabalhos para direções que não elucidam algumas das principais características dessas lideranças, seus partidos e movimentos.

Este capítulo se insere neste livro, pois, desde que essas obras foram publicadas, seus autores são vistos como guias para se pensar nossa crise e a ascensão da extrema-direita brasileira. Portanto, refletir sobre a caracterização da extrema-direita nessas obras é também responder a uma questão que é aberta pelo escopo deste livro: em que

medida essa bibliografia é útil para se pensar a extrema-direita brasileira contemporânea, reunida sob o signo do bolsonarismo?

Para sustentar essa hipótese e tentar responder essa pergunta, esse texto se guiará em duas seções. A primeira tratará da caracterização da crise da democracia nos livros selecionados: essa síntese é importante para nossos objetivos, pois permite a construção do quadro teórico e metodológico dessas obras – e, particularmente, a sintetização da concepção de democracia nessas obras. A segunda apresentará as definições dos atores emergentes na crise das democracias nesses livros, mesmo quando rasas. Nas considerações finais, apontaremos as limitações dessa bibliografia em algumas dimensões e os problemas de seu uso para se pensar o caso brasileiro.

DEMOCRACIAS EM CRISE: QUE DEMOCRACIA E QUE CRISE?

Entre os muitos livros que surgiram nesse escopo, *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), foi e ainda é o de maior circulação¹. Apesar de ser um livro de intervenção política, que se inicia com um apelo aos cidadãos a defenderem a democracia e se encerra com proposições político-práticas para os partidos democrata e republicano lidarem com a crise, tornou-se referência. Seja no debate público, em que Levitsky se destacou, sendo constantemente convidado para entrevistas nos meios de comunicação brasileiros, seja no debate acadêmico, estando presente em disciplinas de graduação e pós-graduação que tratam do tema.

¹ Como ilustração, quando do envio desse texto, em março de 2024, o livro ainda figura como 1º mais vendido na seção “política, prática política e ciências sociais” da amazon no Brasil.

Levitsky e Ziblatt defendem a hipótese de que “democracias funcionam melhor – e sobrevivem mais tempo – onde as constituições são reforçadas por normas democráticas não escritas” (*Ibidem*, p. 19-20). Segundo os autores, o sistema político dos Estados Unidos é um caso desses, sendo sustentado por algumas regras informais. Eles destacam duas: a tolerância mútua, que seria o princípio de que os adversários têm a possibilidade de existir, competir eleitoralmente e governar em caso de vitória; e a reserva institucional, ideia de que algumas ações legais, caso firmam as leis em seu espírito, num vocabulário tributário a Montesquieu, não devem ser praticadas.

Para Levitsky e Ziblatt, Trump não causou a erosão democrática no país, mas a acelerou. Sua ascensão seria fruto do enfraquecimento de normas democráticas, ocorrido por conta de uma polarização sectária extrema (*Ibidem*, p. 20) a partir da reação às lutas por igualdade racial e cultural. Num contexto como esse, partidos e líderes partidários seriam os guardiões da democracia para evitar o surgimento de políticos autoritários (*Ibidem*, p. 34).

No caso estadunidense, Trump teria atuado contra as regras citadas anteriormente desde sua campanha e os líderes partidários teriam sido permissivos com ele. Os autores consideram ter havido uma abdicação coletiva, fenômeno de transferência de autoridade para o líder antidemocrático, cuja origem residiria na crença de que figuras autoritárias podem ser domesticadas ou na preferência pela agenda autoritária em relação àquelas dos políticos tradicionais (*Ibidem*, p. 71).

No livro, não há uma definição de democracia formalizada, mas é possível extraí-la da obra. Para os autores, a democracia não está vinculada ao exercício de poder por parte do *demos*, mas, sim, à mera representação institucional. Os sistemas partidários no geral e o estadunidense em particular, com seus filtros de participação, seriam seu eixo de sustentação, pois garantiriam a mediação institucional do conflito político. Evidentemente, essa concepção de democracia é passível de sumária problematização, posto que esteriliza a política em si mesma.

Para evitar a emergência de novas lideranças autoritárias, a proposição de Levitsky e Ziblatt é de que o sistema partidário estadunidense reafirme seus mecanismos de contenção. Ferramentas que, como reconhecido pelos autores (*Ibidem*, p. 122-123), foram gestadas para impedir a entrada da população negra na política. Ou seja, a saída seria a reconstrução dos filtros de modo mais eficaz: para evitar os populistas demagógicos, cuja caracterização será detalhada na seção seguinte, a institucionalidade deveria fortalecer sua dimensão demofóbica, conservando o *status quo* das elites políticas e vedando os partidos a novos atores.

Ainda, para esses autores, esse encaminhamento deveria ser uma lição universal a ser adotada por outros países que convivem com as lideranças consideradas autoritárias pelos autores. Neste sentido, concordo com a crítica de Felipe Antunes de Oliveira a esta literatura:

As consequências da ‘multiplicidade societal’ – isto é, o fato de que sociedades estão em interação constante, determinando mutuamente mudanças na dinâmica da sociedade de classes – não

são sistematicamente incorporadas nas análises políticas. Isso leva a explicações necessariamente parciais, incapazes de conectar a problemática ascensão da extrema-direita mundo afora. O problema não é a escolha do objeto *per se*, tendo em vista que Brexit e a eleição de Donald Trump são importantes peças desse quebra-cabeça. *O problema aparece quando autores pulam para conclusões teóricas gerais sobre ‘democracia’ baseadas exclusivamente em análises de contextos políticos específicos.* (OLIVEIRA, 2020, p. 3, tradução minha, grifo meu)

Ou seja, na obra de Levitsky e Ziblatt há uma extrapolação do ambiente político estadunidense para o mundo. É evidente que há uma crise das democracias em geral, assim como a emergência de novas configurações da direita global, mesmo que, para os dois, a orientação ideológica seja secundária, como veremos na segunda seção. Todavia, não há um exercício de estabelecer conexões político-ideológicas e/ou estratégicas entre esses novos atores, mas, sim, uma caricaturização de outros países – em especial do Sul Global – e uma repetição intelectual da recorrente ideia estadunidense de se levar a democracia nos moldes daquele país para outras nações.

Outra enunciação da crise da democracia aparece no livro *Como as democracias chegam ao fim*, do britânico David Runciman (2017). O autor, diferentemente de Levitsky e Ziblatt, que enxergam a crise num sentido negativo, não vê a crise atual como terminal para as democracias liberais, mas sim como uma crise que pode acarretar futuramente novos modelos de organização política – isto é, numa chave positiva. Ou seja, se para os estadunidenses a “salvação” passa pelo retorno à estruturação do sistema político como estabelecido até então,

para Runciman a democracia como é hoje deve ser superada e, então, o autor se dedica a projetar este futuro.

Runciman publicou seu livro antes de Levitsky e Ziblatt. Ainda assim, é possível tecer uma disputa linguística em torno dos sentidos do fim da era das democracias. O britânico visualiza uma morte processual da democracia, como seus pares, mas reconhece o limite do uso da gramática da vida humana em comparação com um sistema político. Para ele, a democracia tem a capacidade de, a partir de mudanças técnicas, se manter em atividade suspensa por tempo indeterminado, adiando seu fim indefinidamente (*Ibidem*, p. 195). Por isso, ele se opõe à sacralização da democracia em si mesma:

Não temos alternativas melhores no momento, mas isso não significa que nenhuma seja possível. Se continuarmos a insistir que a democracia é sacrossanta — em especial, se insistirmos em pensar que seguir em frente, eleição a eleição, irá fazê-la recobrar a centelha da vida —, acabaremos por perder de vista qualquer finalidade. Só estaremos repetindo gestos vazios. (RUNCIMAN, 2017, p. 195)

Ou seja, Runciman se preocupa com a perpetuação do uso dos mecanismos corriqueiros das democracias do século XX como remédio para a crise. Aqui, nota-se a diferença para Levitsky e Ziblatt. Ainda, quando o autor afirma não ver ponto final determinado nas democracias, ele também está reconhecendo a multiplicidade das experiências democráticas, que não caminham num sentido único.

Em 2018, o livro *Ruptura: a crise da democracia liberal*, do sociólogo espanhol Manuel Castells, foi publicado no Brasil. A questão da obra é a identificação de uma ruptura entre atores governantes e

governados, marcada pela desconfiança nas instituições e deslegitimação da representação política. Para ele, há um colapso gradual de um modelo político de representação e governança estabelecido no século XX: uma crise de legitimidade política, posto que há um rompimento do vínculo subjetivo entre cidadãos e instituições (CASTELLS, 2018, p. 12). A hipótese do autor é de que a rejeição não é à democracia, mas, sim, às democracias liberais realmente existentes em cada país, em nome de uma democracia real, compreendida como exercício do poder por parte do povo.

Estudioso da globalização, Castells identifica a crescente fragmentação das sociedades nacionais. Para ele, a globalização engendrou uma nova forma de Estado, o Estado-rede: uma “articulação institucional dos Estados-nação, que não desaparecem, mas se transformam em nós de uma rede supranacional para a qual transferem soberania em troca de participação na gestão da globalização” (*Ibidem*, p. 19). Além do distanciamento do Estado de suas atribuições, haveria uma crise identitária, em que os sujeitos se recolhem em identidades próprias para resistir aos fluxos globais de pressão cultural. O resultado desse processo, para o autor, é uma fratura social e cultural. Nesse contexto, a legitimidade institucional se autodestrói no processo político, a partir da corrupção generalizada que é midiaticizada, gerando escândalos e autonomizando a comunicação dos cidadãos. Desse modo, o vínculo subjetivo entre as esferas pessoal e institucional se rompe.

Esse temor pela pressão da globalização estaria na raiz da busca por refúgio no pertencimento nacional, em oposição ao

multiculturalismo e à imigração. Por isso, pode-se pensar nas novas lideranças como fenômenos identitários: o discurso do medo e a prática política propõem o Estado como forma de resolução da suposta ameaça multiculturalista, sustentando discurso nacional, entendido como comunidade cultural de valores supostamente originários.

Outro livro que ganhou espaço no debate público foi *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la* (2019), de Yascha Mounk, alemão de nascença, mas de carreira construída nos Estados Unidos. Para ele, o que o mundo atravessa é uma desconsolidação da democracia, que seria uma cisão entre democracia e liberalismo (MOUNK, 2019, p. 12). Segundo o autor, há uma proliferação de governos autoritários, os quais, ao enfraquecer princípios das democracias liberais como liberdade de imprensa e a possibilidade de vitórias eleitorais das oposições, resultariam em democracias iliberais ou liberalismos antidemocráticos.

Mounk identifica três possíveis origens para a crise. A primeira se relaciona aos meios de comunicação: atualmente, não há freios para a disseminação de ideias extremistas e notícias falsas, facilitando a emergência de movimentos autoritários até então marginais. Outra, a crise econômica: a incapacidade de governos democráticos liberais em solucionar seus problemas materiais teria levado à desconfiança perante o sistema. O terceiro, que ganharia sua atenção detalhada em obras posteriores, é a questão identitária: o enrijecimento das identidades nacionais como reação ao multiculturalismo, particularmente na Europa ocidental e nos Estados Unidos. É possível estabelecer um diálogo entre

Mounk e Castells, a partir da questão da identidade e da influência das mudanças nos meios de comunicação sobre o conflito político.

Como seus pares, Mounk anuncia remédios para a crise – os quais, tal qual aqueles apresentados pelos outros autores, são bastante questionáveis. Para ele, seria necessário disseminar a defesa da democracia como valor moral da sociedade; construir um Estado de bem-estar social atualizado para romper com a estagnação econômica; e construir um tipo novo de patriotismo, inclusivo, frente aos crescentes racismo e xenofobia. Ainda assim, apesar do caráter moralizante de suas afirmações genéricas, o autor tem a vantagem em relação a autores como Levitsky e Ziblatt de não recair nas soluções demofóbicas propostas para preservar a democracia liberal. Aliás, para ele, se os defensores da democracia liberal se portarem como escudeiros do *status quo*, estão fadados ao fracasso nessa missão.

O cientista político polonês Adam Przeworski, em *Crises da democracia* (2020), oferece uma análise a partir de um recorte temporal mais amplo. Diferentemente dos outros autores, Przeworski tem como objeto a(s) crise(s) da democracia, mas investiga seus sintomas, causas e formas de desenvolvimento numa perspectiva ampliada, tratando das transformações da democracia desde as décadas de 1970-1980.

O trabalho de Przeworski é bem mais cuidadoso em expor seus pressupostos teóricos e a metodologia utilizada. Para analisar as crises da democracia, primeiramente ele delimita sua concepção de democracia: “um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover

governos de que não gostem” (PRZEWORSKI, 2020, p. 29). Ou seja, uma definição minimalista de democracia, em que há atributos mínimos – eleições competitivas, direitos liberais de expressão e associação e vigência de um Estado de Direito (*Ibidem*, p. 27) – e se forjam instituições para estruturar, absorver e regular conflitos de acordo com regras (*Ibidem*, p. 178).

As crises, por sua vez, seriam situações em que as instituições não produzem resultados desejados, mas as alternativas não se confirmam; isto é, há uma possibilidade de mudança estrutural, podendo persistir por tempo indefinido (PRZEWORSKI, 2020, p. 35). Especificamente, tomando de empréstimo conceitos de Ginsburg e Huq, o retrocesso democrático é quando há uma decadência gradual dos atributos mínimos citados acima (*Ibidem*, p. 200).

O universo de seu trabalho é restrito aos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Portanto, investiga como a crise se desenvolveu em países em que vigorou um acordo tácito entre as classes sociais que permitiu a estruturação e regulação de seus conflitos. Assim, para Przeworski, as causas principais da crise – que tem de ser considerada em termos de interesses e valores conflitantes (*Ibidem*, p. 27) – são o rompimento desse acordo e as mudanças no padrão de acumulação, que reconfiguraram as relações de produção, identificáveis nos processos de reformas que compõem a chamada globalização (*Ibidem*, p. 136). Sinteticamente, as mudanças acumuladas de 1970-1980 para cá são:

- 1) o declínio das taxas de crescimento de países já desenvolvidos;
- 2) o aumento da desigualdade de renda entre indivíduos e familiar,

bem como o declínio do fator trabalho na indústria; e 3) a queda de empregos na indústria e a ascensão do setor de serviços, sobretudo de empregos com baixos salários nesse setor (*Ibidem*, p. 131)

Em termos políticos, os sinais evidentes de que há uma crise em curso são o desgaste dos sistemas partidários tradicionais, o avanço de propostas autoritárias, racistas e xenofóbicas, além do declínio do apoio à democracia em pesquisas de opinião e aumento do absentismo eleitoral (*Ibidem*, p. 111). Portanto, uma gravitação política à direita – e não uma polarização, como em Levitsky e Ziblatt – acompanhada de crescente descrédito em relação às eleições.

Então, para Przeworski, esses sinais não indicam necessariamente uma tendência aos extremos e nem refluxo do centro. O desgaste se dá em relação aos partidos tradicionais manifestado no declínio do comparecimento às urnas (*Ibidem*, p. 120), e, como exemplificado no caso francês, novos partidos de centro podem substituir os tradicionais e deter o avanço da extrema-direita (*Ibidem*, p. 125). Diferentemente dos autores citados anteriormente, Przewoski não vê simetria entre os diferentes atores políticos considerados extremistas. Ao contrário: ele identifica que, de 1970 para cá, houve uma flutuação ideológica geral para a direita, tanto dos partidos de centro-esquerda como de centro-direita, que caminharam ainda mais à direita (*Ibidem*, p. 113; p. 122). Uma última nota sobre o tema é de que nem sempre há correspondência entre a polarização política geral e sobre temas específicos, que podem abarcar a base social de ambos os

lados, e de que a polarização contemporânea ultrapassa a política e está no conjunto das relações sociais (*Ibidem*, p. 149).

As crises da democracia se desenvolveriam a partir da fraqueza dos mecanismos de freio para governos eleitos (*Ibidem*, p. 204). Isto é, diferentemente da tese de Levitsky e Ziblatt, que responsabiliza os freios pregressos ao momento eleitoral que deveriam deter os populistas demagógicos, Przeworski se atem sobre os freios institucionais aos poderes executivos. Uma vez empossados, presidentes têm a possibilidade de realizar mudanças institucionais que garantam sua perpetuação no cargo. Isso acarreta fissuras na democracia representativa e ainda incita as oposições a também agirem de maneira antidemocrática, já que, na ausência de perspectiva de vitórias futuras, podem desobedecer aos ritos eleitorais (*Ibidem*, p. 193).

A análise de Przeworski, enfim, apresenta qualidades que as anteriores não possuem. Seu instrumental teórico e metodológico é nítido, diferentemente dos outros. Sua proposta de traçar a crise a partir de 1970-1980 desloca o centro do problema das atitudes individuais de alguns líderes políticos para as transformações estruturais nas esferas de produção e reprodução da vida social, flutuações ideológicas e mudanças institucionais. Assim, as crises não seriam um fenômeno estranho, causado apenas pelas lideranças demagógicas, mas a resultante de um longo processo histórico de transformações nos sentidos da democracia. Przeworski também não caricaturiza as diferentes lideranças de esquerda e direita, diferenciando com o diagnóstico simplista dos autores anteriores. Contudo, seu acerto também é seu limite: seu

diagnóstico é intransponível aos países fora da OCDE que também atravessam crises da democracia.

Nota-se que há diferenças substantivas entre as análises. Todavia, à exceção do livro de Castells, há um pano de fundo em comum: uma concepção minimalista de democracia, reduzida ao seu aspecto de competição eleitoral. Assim, com o veremos a seguir, suas leituras sobre os atores emergentes na crise – tratados como autoritários e/ou populistas – carregam traços de similaridade e de diferença.

QUEM EMERGE NA CRISE DAS DEMOCRACIAS? DIFERENTES ENFOQUES

Na bibliografia da criseologia, os líderes autoritários que ascenderam na crise das democracias costumam ser reunidos sob um adjetivo: são populistas. Aqui não há pretensão em apresentar as disputas em torno do conceito, de suas variações teóricas ou de seus usos². Pretende-se, sim, identificar as limitações de seu uso para caracterizar, particularmente, a gama de atores que recebem a alcunha no contexto da crise das democracias.

Levitsky e Ziblatt definem populistas como políticos *antiestablishment*, que afirmam serem os únicos representantes de uma voz do povo, diferentemente da elite corrupta que dominaria os partidos

² O uso do vocábulo é questionado, por exemplo, em: SIMÕES REIS, Guilherme. *Pela democracia, precisamos jogar fora o termo 'populismo'*. Em: La Libertad de Pluma, v. 8, p. 1-8, 2019. No Brasil, particularmente, o uso do termo como vocabulário de acusação no conflito político é problematizado no artigo clássico: FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. Em: FERREIRA (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 59-125, 2001.

estabelecidos. Sua missão seria de devolver o poder ao povo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 32). Para eles, essas lideranças populistas e demagógicas podem ter sua tendência ao autoritarismo medida a partir de quatro indicadores, de maneira bastante simplória, quando: rejeitam discursiva ou praticamente as regras institucionais; negam a legitimidade de oponentes de participar do conflito político; toleram e encorajam a violência; e sugerem a restrição de liberdades civis, sobretudo da imprensa.

Os autores, assim, montam um quadro em que lideranças de matizes ideologicamente opostas, de países com formações sociais e sistemas políticos diversos, atravessando diferentes períodos históricos, sejam identificados como semelhantes: Donald Trump, Hugo Chávez, Rafael Correa, Recep Tayyip Erdogan, Vladimir Putin, Alberto Fujimori e até Adolf Hitler. Evidentemente, há um traço macartista nessa categorização, mas ainda se trata de um problema de (falta de) teoria política.

Runciman, por sua vez, não apresenta uma definição de populismo, mas sim seu objetivo expresso, de resgatar a democracia das elites que a sequestraram (RUNCIMAN, 2017, p. 16), e sua lógica – da teoria da conspiração (*Ibidem*, p. 61, p. 69). O autor aponta que, até aquele momento, Trump não questionava a premissa da democracia representativa – o que atualmente não se pode afirmar, após a invasão de seus apoiadores ao Capitólio. Nesta perspectiva, diferentemente de Levitsky e Ziblatt, o populismo não destrói a democracia, mas é inerente a ela.

Para Runciman, inclusive, os atores populistas disputariam o sentido de democracia com os antipopulistas. Ele analisa que “para muitos populistas, a burocracia insensata não corre o risco de ser invadida por uma ideia terrível a que não tenha meios de resistir. Para eles, a própria burocracia insensata já é a ideia terrível, e a resposta democrática correta é resistir a ela.” (RUNCIMAN, 2017, p. 91, grifo do autor). Ou seja, de um lado, o *status quo* do sistema político usaria as ferramentas institucionais para se proteger, em nome da democracia, como na proposição de Levitsky e Ziblatt, enquanto os populistas, também em nome da democracia, subverteriam esses mecanismos para devolução do poder ao povo.

Portanto, Levitsky e Ziblatt e Runciman convergem na identificação de que a proposição populista mira contra as elites políticas estabelecidas. Porém, o britânico não vê esse embate como entre um polo democrático (positivo) e um autoritário (negativo), mas, sim, entre o *status quo* das democracias liberais e atores que questionam seu ordenamento.

Porém, para Jan-Werner Müller, autor de obra introdutória ao populismo citada por Runciman e Mounk como referência no tema, a rejeição às elites políticas é insuficiente para distinguir o populismo de outros fenômenos. Sua natureza seria definida pelo antipluralismo, que

É uma forma particular de imaginação moralista sobre a política, uma maneira de perceber o mundo político que identifica uma elite moralmente pura e unificada – porém, devo argumentar, definitivamente ficcional – as quais são consideradas corruptas ou, de outro modo, moralmente inferior [...] Para além de serem antielitistas, populistas são sempre antipluralistas; estes afirmam

serem os únicos que representam o povo (MÜLLER, 2016, p. 20, tradução minha)

Ou seja, a lógica populista não se constrói em bases empiricamente perceptíveis do grupo social em questão, mas em uma base moral. Essa moralidade estabelece critérios distintivos para que apenas uma parte do povo seja identificado enquanto tal, diferentemente das elites, ontologicamente inimigas do povo.

Entre os autores, enfim, há uma leitura comum, que é a moralidade como base fundante do populismo: disso, decorrem a caracterização negativa das elites e positiva do povo, utilizadas de maneira instrumental. Müller, que efetivamente se dedica ao tema do populismo, vai além: como os populistas se afirmam como única representação do povo, são necessariamente antipluralistas, e, portanto, atuam contra os pressupostos da democracia liberal.

Castells, pelo seu enfoque na ingerência da globalização sobre a crise política, não se detém tanto sobre a caracterização dos atores emergentes no contexto da crise. Todavia, diferentemente de seus pares, ele reconhece o uso pejorativo do termo populismo, como um vocábulo de acusação do *establishment* político e midiático sobre esses atores. Para o autor, “as emoções coletivas são como água: quando encontram um bloqueio em seu fluxo natural, abrem novas vias, frequentemente torrenciais, até inundar os exclusivos espaços da ordem estabelecida (CASTELLS, 2018, p. 17).

Mounk, coerente com sua leitura da crise da democracia, reconhece a potencialidade do populismo. Em sua definição, o populismo é democrático e iliberal, expressando a frustração do povo –

e seu desejo de inferir sobre o poder – assim como é contrário às instituições liberais (MOUNK, 2019, p. 48). O risco evidente é de que, uma vez eliminada a institucionalidade liberal, os líderes populistas se voltem contra o povo que o elegeu.

A característica central do populismo, para Mounk, é a promessa (não necessariamente efetivada) de expressão à voz do povo, numa estratégia discursiva que delimita quem é esse povo.

O apelo ao povo é tão importante para quem ele exclui quanto para quem ele inclui. Quando os populistas invocam o povo, estão postulando um grupo interno — unido em torno de etnicidade, religião, classe social ou convicção política compartilhada — contra um grupo externo cujos interesses podem ser justificadamente negligenciados. Em outras palavras, estão demarcando as fronteiras do *demos*, defendendo, de modo implícito, que a consideração política é devida a alguns cidadãos, mas não a outros (MOUNK, 2019, p. 56)

Essa operação linguística possibilita a reconstrução da política como uma batalha existencial entre o povo e seus inimigos. Por isso, para Mounk, os populistas de esquerda e de direita se tornariam progressivamente iliberais, pois qualquer dissonância seria encarada como uma traição ao verdadeiro povo (MOUNK, 2019, p. 66). Mounk, portanto, ao delimitar a crise como uma cisão entre democracia e liberalismo, a despeito de seu uso pouco aprofundado do termo populismo, converge em sua localização como uma forma política não antidemocrática, mas antiliberal.

Já no livro de Adam Przeworski, o populismo também aparece como consequência das insatisfações contra as instituições. Segundo o autor, o descontentamento é justo, já que as instituições representativas

foram projetadas para o favorecimento das elites, sobretudo como forma de manutenção de privilégios em termos de propriedade (PRZEWORSKI, 2020, p. 226).

Para o autor, há duas variações de populismo: participativo, que seria a vontade do autogoverno; e delegativo, que seria o desejo de ser bem governado por outros (*Ibidem*, p. 15). A segunda é encarada como um perigo, pois o caminho para o exercício desse bom governo, capaz de implementar a vontade da maioria, é a liberdade irrestrita para que exerça sua governabilidade – como alertou Mounk. Na prática, seria o avanço do Executivo sobre os outros poderes e de mudanças institucionais para sua perpetuação no cargo (PRZEWORSKI, 2020, p. 17). Para Przeworski,

O estado de espírito geral é populista. O populismo é um gêmeo *ideológico* do neoliberalismo. Ambos alegam que a ordem social é criada espontaneamente por um demiurgo: ‘o mercado’ ou ‘o povo’ [...] Nenhum dos dois vê uma função para as instituições: a espontaneidade basta. (*Ibidem*, p. 115, grifo do autor)

Contudo, Przeworski não encara os atores políticos populistas como antidemocráticos. Segundo o autor, são anti-institucionais, pois sua rejeição se dá contra a representativa liberal (*Ibidem*, p. 116). As forças políticas que questionam a democracia, por sua vez, são marginais.

Estas, Przeworski nomeia de direita radical, mesmo que com ressalvas teóricas. Correspondem a partidos nacionalistas, xenofóbicos, com tendência ao racismo e ao impulso repressivo contra o outro, na figura do imigrante, que seria sua pauta de apelo popular (*Ibidem*, p.

156), e defendem a unidade nacional de maneira autoritária (*Ibidem*, p. 117). O autor chama a atenção para a mudança na base social de apoio a esses partidos e movimentos:

Tradicionalmente, esses movimentos eram apoiados pela pequena burguesia – trabalhadores autônomos, pequenos lojistas, artesãos e agricultores –, ao passo que agora eles buscam combinar essa base tradicional com apelos à classe trabalhadora. À medida que os partidos democráticos vão se aburguesando, os partidos de direita se proletarizam. (*Ibidem*, p. 166)

Przeworski identifica que esse apelo à classe trabalhadora se dá através da discursividade contra as elites políticas, consideradas responsáveis pelo seu empobrecimento material, e também por uma reação à multiculturalidade, expressa nesse nacionalismo autoritário. Aqui, seu texto dialoga com as ideias de Castells. Para o autor, por fim, a direita radical não é fascista, pois não tem o ímpeto antidemocrático dos fascistas, entendido como o ensejo de substituição da democracia representativa. O fascismo estaria, nas palavras do autor, sepultado (PRZEWORSKI, 2020, p. 161).

O uso do conceito de populismo em Przeworski, portanto, tem uma diferença substantiva em relação a algumas das anteriores. O autor identifica a possibilidade de que o fenômeno tenha consequências deletérias à democracia, a partir do ensejo do populismo delegativo por prerrogativas autoritárias para o bom governo de seu líder, mas que, ainda assim, não é antidemocrático por definição. Como Mounk (e Runciman, de forma menos explícita), Przeworski identifica que a contradição dos populistas seria com o arcabouço liberal das instituições democráticas.

Contudo, sua caracterização sobre a direita radical é confusa. O autor os considera marginais, o que é facilmente contestável levando em conta apenas os países pertencentes à OCDE: *Rassemblement National* na França, *Alternative für Deutschland* na Alemanha, *Vox* na Espanha são exemplos de partidos da direita radical cada vez mais relevantes em seus países, para além de casos como o *Fidesz*, que governa a Hungria desde 2010, e da existência de um partido neonazista como o *Aurora Dourada* na Grécia.

Extrapolando esse universo, o argumento do autor de que a direita radical só constrói base social a partir da xenofobia não se sustentaria. A plataforma de exclusão violenta de agrupamentos sociais por critérios étnico-raciais é, sim, uma constante, mas não necessariamente sob a forma da xenofobia. Em muitos casos, a sustentação se dá a partir do racismo contra grupos étnico-raciais internos à nacionalidade em questão. Já sua consideração sobre a mudança nessa base social é bastante perspicaz. Por fim, Przeworski apresenta um imperativo epistemológico incompatível com este projeto, de que o ressurgimento ou atualização do fascismo – assim como o comunismo – são impossibilidades categóricas.

Podemos perceber que há similaridades entre as caracterizações sobre os atores emergentes na crise das democracias nessas obras, mas também diferenças substantivas. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que nem todos veem o que chamam de populismo como antidemocrático: pelo contrário, Runciman, Mounk e Przeworski consideram, em diferentes níveis, o populismo como fenômeno próprio

da democracia, mesmo que sua lógica traga perigos a ela. O antipluralismo, sim, aparece como traço distintivo desses atores, o que, portanto, os coloca como antiliberais.

Chama atenção que, à exceção de Przeworski, há uma preferência pela não identificação da ideologia e dos programas políticos desses atores. Enfatizando o elemento discursivo de oposição às elites estabelecidas, igualam-se sob um mesmo signo lideranças distintas em tudo, como Chávez, Putin, Orban e Trump. Isso não se sustenta na realidade: como Przeworski identificou, há uma flutuação geral à direita nas últimas décadas. Essa insistência descritiva parece atender a um fim político, de equiparação dos adversários de um tipo de liberalismo que não mais encontra a aprovação esperada nas sociedades contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos as obras de maior circulação com o tema da crise das democracias e destacamos suas interpretações sobre os atores emergentes na crise. A primeira conclusão é que esses livros são fundamentados numa “reprodução de anglo-eurocentrismo metodológico e de um liberalismo normativo limitado e parcial” (BALLESTRIN, 2022, p. 117). Os autores reconhecem uma crise geral das democracias, mas trabalham com um escopo extremamente reduzido – e, a partir desses casos, enumeram lições pretensamente globais. Também, em sua maioria, tratam questionamentos ao liberalismo político e econômico como questionamentos à democracia

e sugerem o reforço de filtros (antidemocráticos) como forma de combate a essas ações antiliberais.

É necessário ressaltar que, mesmo se tratando de livros que visam um público mais amplo, ainda assim, há problemas sérios de teoria política nesses livros. Utilizar conceitos de forma instrumental não é um problema, mas seus conteúdos têm de ser clarificados aos leitores. Novamente, à exceção de Przeworski, as obras não identificam o sentido de seus conceitos – problema que não ocorre, por exemplo, em livros de intervenção política de autoras de outras vertentes teóricas que se debruçam sobre o *momento populista*, como Mouffe (2018) e Fraser (2022).

Identificamos dois problemas graves nessa bibliografia. Um é a equiparação entre atores políticos opostos, que, não só atende um fim político, como obscurece o fenômeno real: há uma flutuação à direita mundo afora e, hoje, os atores que atentam contra as democracias são de extrema-direita. O foco sobre a discursividade contra as elites políticas estabelecidas enevoa o que é, sim, problemático entre essas lideranças, que é o conteúdo de seus programas políticos. Para tratar disso, obras como as de Enzo Traverso (2021) e Cas Mudde (2022) são mais recomendadas³. Pode-se questionar, inclusive, o uso do termo populismo para caracterização dessa extrema direita.

³ O livro *Como funciona o fascismo*, de Jason Stanley (2018), que também teve grande circulação, se debruça sobre o conteúdo da política fascista, entendida por ele como “qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome” (STANLEY, 2018, p. 14). O autor constrói um trabalho descritivo e comparativo entre as políticas de Trump, Orban e Hitler. Ainda assim, incorre em limitações similares às da bibliografia da criseologia.

O segundo, a falta de problematização sobre o porquê desse modelo de democracia liberal ser questionado, sobretudo em sua dimensão liberal. Quando muito, os autores afirmam que a raiz está na insatisfação econômica; mas não se analisa a fundo os problemas permanentes dessa associação entre democracia e liberalismo. Livros como *Tempo comprado* (STREECK, 2018) e *Nas ruínas do neoliberalismo* (BROWN, 2020) ajudam nesse sentido.

Por fim, evidencia-se que são obras que pouco têm a acrescentar na reflexão sobre o ressurgimento da extrema-direita brasileira. Por conta de seu anglo-eurocentrismo metodológico, como citado acima, o máximo que se consegue produzir de reflexão sobre o caso brasileiro é a emulação que Bolsonaro faz de Trump. Ainda assim, suas trajetórias são substantivamente diferentes. Bolsonaro não é um *outsider*, muito pelo contrário: ele é um político tradicional, que navegou pelo sistema partidário por décadas, como tantos outros fizeram no esteio da redemocratização. A partir do golpe de 2016 (KRITSKI, 2022), a direita brasileira se radicalizou, construindo uma agenda reacionária e questionando a ordem democrática, lançando as bases para um movimento de massas em torno de sua liderança, o que culminou não só em sua eleição, mas em episódios como o 8 de janeiro de 2023. Ou seja, devemos inverter a lógica: aprofundar a análise sobre o caso brasileiro para introduzir outros elementos à leitura geral sobre a crise das democracias.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. *Desigualdades pós-coloniais no processo de desdemocratização global: a ausência do sul no debate sobre a crise das democracias liberais*. Em: *Dissertatio*, v. 12, p. 95-121, 2022.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2020.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHALOUB, Jorge. Os lugares da política na crise da democracia. Em: *Argumentum*, v. 13, n. 2, p. 21-31, 2021.
- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- KRITSKI, Rafael. *O golpe de Estado no Brasil em 2016: uma análise a partir do conflito de classes*. São Paulo: Dialética, 2022.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOUFFE, Chantal. *For a left populism*. Verso, UK, 2018.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- MÜLLER, Jan-Werner. *What is populism? Philadelphia, Pennsylvania (US): University of Pennsylvania Press, 2016*.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2017.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*.
Porto Alegre: L&PM, 2018.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018 [2013].

TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo*. Âyiné, 2021.

CAPÍTULO 5

RESSURGÊNCIA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL DO TEMPO PRESENTE: MARCOS TEMPORAIS, ATORES, IDEOLOGIAS E INIMIGOS POLÍTICOS

Leandro Cabral de Almeida

Nathalia de Carvalho Terra

A ressurgência da extrema direita¹ é um fenômeno político de dimensões globais, que demonstra capacidade organizativa pela atuação de grupos, partidos e movimentos que conseguem constituir uma consistente base eleitoral, garantindo-lhes sucesso em disputas majoritárias e contribuindo para que atores políticos extremistas ocupem posições importantes em parlamentos, congressos e cargos estratégicos na estrutura do Estado. Tal capacidade de incidir na vida política de um país constitui uma das principais ameaças aos regimes democráticos no tempo presente. Diferente dos anos de Guerra Fria, atualmente as democracias não são derrubadas por golpes militares e

¹ Há uma retomada de interesse sobre o tema das extremas direitas (e os fascismos) no final dos anos 1980, resultando em novas abordagens e teorias explicativas, motivadas, sobretudo pela publicação de arquivos com informações sobre o fascismo, que foram organizados durante a Segunda Guerra Mundial por EUA, Inglaterra e URSS. Mas também a abertura de arquivos específicos sobre o fascismo na Alemanha após a reunificação contribuiu significativamente para que novas pesquisas fossem desenvolvidas no campo das extremas direitas e os fascismos. Nesse quadro, a ressurgência de movimentos de massa de inspiração direta e indiretamente fascistas na França, Itália, Alemanha e Rússia, entre outros, impulsionou decisivamente muitos pesquisadores à revisão das perspectivas analíticas sobre os fascismos, especialmente de sua delimitação restrita a um fenômeno histórico (Silva, 2005, p. 113; Silva; Schurster, 2022, p. 86-93,102-104). Assim, compreendemos a ressurgência das extremas direitas e dos fascismos como um fenômeno que vincula o passado ao presente como uma possibilidade que se expressa em formas diversas no tempo presente. Portanto, ao compreender o fenômeno social e político o termo “ressurgência” coloca ênfase sobre as novas aparições de atores políticos, ideias e práticas extremistas que se mantêm periodicamente fora do cenário político e do debate público, mas que retornam à “superfície” ameaçando os regimes democráticos.

ações espetaculares de poder e coerção, com soldados e tanques nas ruas, mas são erodidas pelas ações, discursos e concepções de líderes eleitos.

A “recessão democrática” ou “retrocesso democrático” começa nas urnas, com a mobilização e eleição de autocratas que se empenham ferrenhamente na subversão das instituições democráticas, aparelhando tribunais e agências, comprando a mídia ou constrangendo juridicamente jornalistas e a imprensa livre, revisando regras eleitorais, admitindo posicionamentos negacionistas em questões ambientais e de saúde pública (como Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil, durante a pandemia de Covid-19), atacando as universidades, os cientistas e professores, investindo contra direitos e garantias de minorias sociais, além da disseminação de uma narrativa política baseada numa visão de mundo maniqueísta na qual os opositores políticos são vistos como inimigos que devem ser combatidos, pela ameaça que representam à ordem social, a civilização cristã e aos valores da família tradicional, legitimando apelos autoritários. Na medida em que em suas concepções o mundo vive um franco declínio, ameaçado por imigrantes e refugiados de origem pós-colonial, pelo terrorismo islâmico, pelo avanço de pautas de gênero e que privilegiam as populações LGBTQIA+, pelo aumento espantoso do desemprego e da criminalidade, a extrema direita repercute discursos políticos autoritários e populistas, que muitas das vezes ataca diretamente as instituições, como as reiteradas ações de Jair Bolsonaro, no Brasil, cujo caráter abertamente golpista culminou na gestação (a partir da própria estrutura do Estado) e prática de ataques violentos ao regime democrático, com ameaças de explosivos e ataques

as sedes dos três poderes da república, na insurreição golpista desfechada em 8 de janeiro de 2023 (Diamond, 2015; Levitsky, Ziblatt, 2018; Runciman, 2020; Silva, Schurster, 2023).

A RESSURGÊNCIA DA EXTREMA DIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO INTERNACIONAL

Ainda que se trate de um processo heterogêneo e composto, o ascenso das novas direitas ocupou o cenário político contemporâneo com uma retórica e prática marcadas por perspectivas conservadoras, reacionárias, autoritárias e até mesmo neofascistas (e fascistas), apelando à discursos intolerantes, expressando em alguns países um nacionalismo xenófobo e racista, ou nativista, que volta-se violentamente contra os imigrantes e outras minorias sociais, acenando com uma agenda profundamente conservadora e antidemocrática que, em alguns casos, expressa o interesse em reversão de direitos e garantias já conquistadas (Silva, 2005, p.121-122; Lowy, 2015, p. 653-654; Brown, 2019, p. 20-21).

Na Hungria, Viktor Orbán retornou ao poder em 2010 e segue, desde então, como primeiro-ministro, tendo sido reeleito em 2022 com expressiva maioria dos votos ao seu partido, o Fidesz. Admitindo posições profundamente reacionárias e autoritárias, Orbán empreendeu dura investida contra o parlamento tornando-o uma instituição de fachada que acolhe e aprova acriticamente seus projetos legislativos. O judiciário independente foi subjugado, assim como instituições contramajoritárias de tribunais e autoridades fiscais foram enfraquecidas e aparelhadas. Organizações da sociedade civil e veículos da mídia

também foram alvo dos ataques autoritários de Orbán, enfrentando desde constrangimentos jurídicos à retirada de financiamentos e outros recursos, a fim de inviabilizar suas operações. Associado a empresários que o apóiam, o primeiro-ministro húngaro controla a maioria dos veículos de mídia do país. Orbán engendra ataques aos direitos das mulheres e população LGBTQIA+, impondo censura e perseguição sobre temas de gênero e sexualidade, além de alimentar discursos e práticas violentas contra os imigrantes e refugiados. Suas ações transformaram a Hungria num regime autoritário de extrema direita dentro da União Europeia, instituição criada para evitar a emergência de tais regimes na Europa, evidenciando que o atual quadro de reemergência da extrema direita possibilitou a transformação de partidos da direita tradicional em partidos da direita populista radical, processo que não enfrentou a oposição radical da elite política tradicional, antes, conta com tolerâncias de diversas ordens, alianças e associações (Mudde, 2022, p. 140-141).

Giorgia Meloni foi eleita na Itália em setembro de 2022, quando a coligação de direita liderada pelo partido pós-fascista Fratelli d'Italia obteve mais de 44% dos votos, dando seguimento a ascensão meteórica iniciada em 2018. Desde então, segue numa “guerra cultural”, com intervenções em diversos setores das artes, educação e cultura, impondo uma pauta profundamente moralista, nacionalista e racista, obcecada pela ideia de família, tomada numa perspectiva de ameaça representada por uma “trama globalista” que estaria substituindo os italianos brancos por imigrantes muçulmanos e africanos. Duras medidas anti-imigração

vêm sendo tomadas, intervindo em ONGs que prestam auxílio aos refugiados náufragos no Mediterrâneo e criando inúmeras dificuldades para os imigrantes. Destaca-se ainda os posicionamentos persecutórios para com a população LGBTQIA+, as esquerdas, movimento estudantil, feministas, ativistas ambientais e trabalhadores desfavorecidos. Em sua política econômica e internacional, o governo de Meloni admite continuidade com a orientação do governo de Mário Draghi, com medidas de austeridade e alinhadas aos interesses neoliberais, oposição aos benefícios de bem-estar-social e preservação de relações com a União Européia (Cugnata, 2022; Charbel, 2022).

A Polônia, governada pela extrema-direita desde 2015, reelegera Andrzej Duda, do Partido da Lei e Justiça (PiS), que segue com sua política persecutória contra a comunidade LGBTQIA+, com investidas contra a liberdade de imprensa e ataques ao Judiciário. Recep Tayyip Erdogan, presidente da Turquia, está no poder há 20 anos e foi reeleito em maio (de 2023) para mais um mandato de cinco anos, depois de uma acirrada disputa que o levou ao segundo turno contra Kemal Kılıçdaroğlu, de centro-esquerda.

Na Suécia, a coligação de direita/extrema-direita, liderada pelo partido de origem neonazista Democratas Suecos (SD), venceu as eleições, tornando o SD o segundo maior partido do país, obtendo 20,6% dos votos e 73 cadeiras no Parlamento. Na França, a ameaça de eleição de Marine Le Pen é constante, especialmente com a crise provocada pela Reforma da Previdência de Macron. Na Alemanha, pesquisas indicam crescimento da popularidade do partido de traços

neonazistas Alternativa para a Alemanha (AfD), que vem obtendo bons resultados em eleições municipais e se destacando em alguns estados do leste. Na Espanha, a extrema-direita reunida no Vox busca aproximações com o Partido Popular (PP) na formação do governo após ficar em 3º lugar nas eleições e conquistar 33 cadeiras no Parlamento. Na Finlândia, o líder conservador Petri Orpo, anunciou que organizará um governo de coalizão com a extrema-direita do Partido dos Finlandeses, que alcançou o segundo lugar nas eleições, obtendo 46 assentos no Parlamento. Seu governo anuncia o reforço à posicionamentos ultraconservadores em relação à questão migratória que envolve os países europeus, mas também admite caráter negacionista diante de pautas ambientais². Liderado por André Ventura, o Chega, partido de inspiração fascista, marcadamente conservador, autoritário, nacionalista e ultraliberal, se apresenta como a terceira maior força política de Portugal, elegendo 12 parlamentares para a Assembleia da República³ (Berbuir; Lewandowski; Siri, 2014; Guillot, 2023; Narcizo, 2015; Farinelli, 2023).

² “Finlândia terá governo conservador com a extrema direita”, In: *Jornal Estado de Minas - Internacional*, 15 de junho de 2023. In: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/06/15/interna_internacional,1507981/finlandia-tera-governo-conservador-com-a-extrema-direita.shtml#google_vignette

³ “Extrema-direita de Portugal se aproxima de partidos tradicionais antes de eleição em março, mostra pesquisa”. In: UOL Notícias, 02 de fevereiro de 2024. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/02/02/extrema-direita-de-portugal-se-aproxima-de-partidos-tradicionais-antes-de-eleicao-em-marco-mostra-pesquisa.htm?cmpid=copiaecola>. “Sondagem”, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa); Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), Lisboa, janeiro-fevereiro de 2024. In: https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2024/02/Sondagem-ICS_ISCTE_jan-fev-2024_final.pdf

Na Índia, Narendra Modi, líder do Partido do Povo Indiano (Bharatiya Janata Party – BJB) – o maior partido político do mundo, que abriga grupos extremistas e violentos – segue no poder desde 2014, mobilizando o fundamentalismo religioso e o nacionalismo hindu, numa combinação de nativismo e religião que admite forte teor xenofóbico, especialmente contra muçulmanos, cristãos e paquistaneses. Admitindo uma retórica messiânica e práticas autoritárias, Modi impõe uma agenda econômica neoliberal que tem ampliado o desemprego e a precarização do trabalho (Mudde, Idem, p. 37, 57).

A extrema direita também se conecta com a religião em Israel, onde os seguidores do kahanismo expressam um fundamentalismo religioso atravessado por elementos fascistas, que reivindica a construção de uma nação composta apenas pelos “verdadeiros judeus”. A aliança de Benjamin Netanyahu com os partidos ultranacionalistas Poder Judeu, Partido Sionista Religioso e Noam representa recentemente uma ameaça ainda maior aos palestinos, seus territórios e direitos fundamentais, que vem sofrendo uma investida criminosa, racista, colonialista e genocida do governo de Israel pela política de

ampliação dos assentamentos judaicos via reformas judiciais, repressão brutal do exército e extermínio⁴ (Ibidem, p. 58).

A extrema direita admite posições importantes (e preocupantes) na Bulgária, Estônia, Eslováquia, Dinamarca, Noruega, Holanda, África do Sul, Colômbia, Argentina, entre outros⁵. Nos EUA, ainda que Donald Trump tenha sido derrotado em sua tentativa de reeleição em 2020, seja réu em quatro processos, denunciado por 13 crimes, incluindo associação criminosa e conspiração, e esteja diante do agravamento de sua situação na justiça, sua aprovação é retratada em 57% das intenções de voto dentro de seu partido e a extrema direita estadunidense não dá sinais de desmobilização ou inércia (Paiva, 2023).

No Brasil, Jair Bolsonaro perdeu as eleições de 2022, depois de usar a estrutura do Estado em seu favor e tentar interferir no processo eleitoral. Investigado por muitos crimes, tornou-se inelegível por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. Um conjunto de investigações está em curso para avaliar sua

⁴ Enquanto reviso esse texto, Israel empreende uma ação militar de ocupação que já produziu mais de 100 mil vítimas, com 30 mil mortos, entre os quais se destacam mais de 12 mil crianças assassinadas pelo governo de Benjamin Netanyahu, além de mais de 70 mil feridos e 9 mil desaparecidos (assassinados e enterrados em cemitérios clandestinos sem identificação, sequestrados, soterrados em escombros ou presos). Cerca de 700 mil palestinos correm o risco de morrer de fome por conta da interrupção de ajuda humanitária. Mais de 200 mil casas foram bombardeadas pelo exército de Israel (em Gaza, cerca de 60% das unidades habitacionais), além de 342 escolas, 187 postos de saúde e 24 hospitais. Human Rights Watch, Relatório Mundial-2024, Israel e Palestina. In: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/israel-and-palestine>

⁵ Javier Milei ganhou as eleições na Argentina, com um programa ultraliberal que preconiza abertura comercial extrema, desregulamentação financeira, privatizações, fechamento do Banco Central, a dolarização da economia, entre outras medidas. E na Holanda, o Partido pela Liberdade (PVV), de Geert Wilders, venceu as eleições legislativas nacionais, conquistando 37 dos 150 assentos no Parlamento e obtendo o direito de governar o país. Com uma retórica populista, autoritária e xenofóbica, sua campanha foi baseada nos discursos anti-imigração e contrários à União Européia.

responsabilidade em crimes como uso de documentos falsos, infração de medida sanitária, peculato digital, corrupção de menores, associação criminosa, milícia digital, crime de pandemia, incitação e crime contra o Estado de Direito, corrupção, interferência na Polícia Federal, entre outros.

A extrema direita, ainda que impactada pelos escândalos mais recentes de corrupção envolvendo a família Bolsonaro, segue mobilizada nas redes sociais, defendendo a tese de que todas as investigações e processos em curso são frutos de perseguição (e conspiração) contra o ex-presidente. Mesmo diante do caráter abertamente antidemocrático das manifestações bolsonaristas, antes e depois das eleições, cujo ápice foi a tentativa de golpe de Estado com o ataque a sede dos três poderes da república, em 8 de janeiro de 2023, os seguidores de Bolsonaro nas redes sociais e seus aliados no Congresso continuam propalando a ideia de que a perseguição do STF seria responsável pelas prisões dos envolvidos em tais atos, tratados como supostos “presos políticos”. Não há sinais de que a base eleitoral da extrema direita organizada nas igrejas evangélicas e nos setores mais conservadores entre os católicos, militares, forças de segurança e armamentistas, agentes do agronegócio, empresários e lumpemburguesia⁶ tenha alterado seu posicionamento em relação a Bolsonaro e sua agenda, ainda que esteja em curso o ensaio de

⁶ Demier, Felipe. A lumpemburguesia no poder: a irracionalidade da razão burguesa e o governo Bolsonaro. *Esquerda Online*, 15/03/2019. In: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/15/a-lumpemburguesia-no-poder-a-irracionalidade-da-razao-burguesa-e-o-governo-bolsonaro/> . Maríngoni, Gilberto; Araújo, Arthur. O lumpesinato no poder – Bolsonaro, 100 dias. *Le Monde Diplomatique – Brasil*, 10/04/2019. In: <https://diplomatique.org.br/o-lumpesinato-no-poder/> . Frank, André Gunder, Lumpemburguesia: lumpendesarrollo – dependencia, clase y política en Latinoamérica. Barcelona: Laia, 1979.

uma disputa pelos eleitores afeitos às pautas da extrema direita. Do mesmo modo, não há sinais de que atores políticos extremistas, eleitos em parlamentos ou em cargos executivos, deixem de mobilizar retóricas e práticas políticas violentas e antidemocráticas, contribuindo para a estratégia de permanente mobilização dos grupos de extrema direita nas redes sociais, como forma de angariar apoio, visibilidade, recursos. Por fim, muitos atores políticos associados ao bolsonarismo (e a extrema direita brasileira) direta ou indiretamente continuam experimentando o espaço em debates políticos importantes para o país pelo acesso que lhes concedem em programas de televisão, jornais, podcasts, entre outros, nos quais veiculam publicamente discursos e concepções antidemocráticas, baseadas em intolerância e ódio político, disseminando Fake News e ataques às instituições.

ELEMENTOS DA IDEOLOGIA POLÍTICA DAS EXTREMAS DIREITAS NO MUNDO

Para Cas Mudde (2022), a característica decisiva do atual contexto de reemergência das extremas direitas no mundo é o processo de naturalização e normalização que as envolvem nos sistemas políticos.

A extrema direita não é mais considerada um terreno proibido para a política de hoje como havia sido durante a maior parte do período após 1945 (...). O número de países nos quais a extrema direita é considerada aceitável em coalizões pela direita tradicional e até mesmo por alguns partidos de esquerda, cresce cada vez mais. Além disso, ideias da direita radical, e até mesmo ultraradical, têm sido abertamente debatidas nos veículos tradicionais de opinião pública e os partidos tradicionais têm adotado políticas de direita populista radical, mesmo que em versões mais moderadas. (Mudde, 2022, p. 34-35)

A quarta onda da extrema direita⁷, iniciada nesse novo século, deriva e se alimenta politicamente de uma crise tripla: os ataques terroristas sofridos pelos EUA em setembro de 2001, que alteraram significativamente a geopolítica e a concepção de segurança global, especialmente a percepção dos países ocidentais acerca do terrorismo tomado como uma ameaça global; a crise econômica de 2008, produtora de desemprego em massa e recessão econômica em diversos países do mundo, agravando a pobreza e a desigualdade; e a crise dos refugiados na Europa, que foi aprofundada a partir de então e mobilizada politicamente pelos grupos, movimentos e partidos extremistas (Ibidem, p. 34).

Segundo Brown (2021), o “novo populismo de extrema direita” se beneficiou da agenda cultural promovida previamente pelo neoliberalismo, associando seus princípios econômicos e reformistas, bem como sua visão de Estado, com valores diversos, como o patriotismo, militarismo, racismo, nativismo, bem como os valores da cristandade, da família tradicional, do elitismo. Com a crise de 2008, a

⁷ No final dos anos 1980, a partir do modelo analítico desenvolvido por Klaus Von Beyme (1988), cientistas políticos, sociólogos e historiadores começaram a considerar as “ondas ultradireitistas” para tentar explicar e classificar a evolução da extrema direita desde a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial. A primeira onda abarcaria o período entre 1945 e 1955, marcada pela tentativa de fascistas se inserirem no novo contexto democrático, pela atuação partidária, como o MSI (Movimento Social Italiano) na Itália ou o Partido Nacional Democrático (NPD), ou pelo associativismo e formação de grupos de apoio a ex-combatentes. Entre 1955 e 1980, a segunda onda seria caracterizada pela formação de partidos e movimentos populistas que se opunham à nova ordem que se iniciava no pós-guerra. A terceira onda, ao longo dos anos 1980 e 1990, se destaca pelos resultados eleitoriais que novos partidos de extrema direita conseguiram, a partir do oportunismo em explorar os efeitos da crise econômica e o aumento da imigração. Por outro lado, durante esse período surgiram partidos de extrema direita nos países do leste europeu, especialmente por conta da queda do muro de Berlim e da transição pós-comunista (Mudde, 2022; Forti, 2021);

extrema direita populista não encontrou dificuldades para carrear essa disposição antidemocrática e intolerante para a suposta luta contra o Estado islâmico, os refugiados, o terrorismo, contra o Estado de Bem Estar Social e o governo, por supostamente beneficiarem minorias sociais com as políticas de inclusão liberal promovidas pelas elites globalistas – responsabilizados pela crise que gerava desemprego, empobrecimento e desigualdade nos privilegiados países da Europa (Brown, 2021, p. 12-13).

Ainda que a extrema direita seja composta por grupos e ideias heterogêneos, há traços ideológicos comuns que caracterizam suas mobilizações recentes, como o fascismo, o racismo, o antissemitismo, a xenofobia, a islamofobia, o nativismo, o autoritarismo e o populismo. E que influenciam diretamente as principais bandeiras da quarta onda da extrema direita, resultando na preocupação excessiva com temas da imigração e integração, já que disseminam a ideia de que o Estado e a nação estariam ameaçados pelo fluxo de imigrantes e pelo multiculturalismo, que tenderiam a dissolver a sociedade e a cultura ocidentais, tornando-se necessárias políticas de elevação e preservação da cultura nativa, ou ainda, radicalizando e defendendo um Estado nacional “puro” ou “homogêneo”, como vem sendo delineado em Israel recentemente (Peled-Alhanan, 2019).

Entretanto, a questão dos refugiados também se liga a outra pauta importante para a extrema direita, a segurança, para a qual o estrangeiro (e as minorias) representa a principal ameaça, que deve ser combatida de forma brutal e exemplar, com recrudescimento do

punitivismo e transigência da fiscalização das ações policiais. Para a extrema direita europeia, interromper o fluxo migratório é uma política fundamental para combater a criminalidade. A corrupção é um tema que mobiliza os grupos e partidos de extrema direita pela possibilidade de alimentar seus discursos e estratégias populistas que visam associar a corrupção às elites (políticas e econômicas), acusadas de roubar o povo, de corromper o sistema eleitoral, de influir sobre as opiniões e crenças com doutrinações de diversos tipos. Outro foco de atenção da extrema direita é a política externa, marcada pela desconfiança e hostilidade em relação a organizações supranacionais, como a União Européia (UE) e a Organização das Nações Unidas (ONU), mas também pela propensão a ecoar teorias da conspiração, como a que aponta o financista judeu George Soros como o responsável por um plano contra a Hungria e a Europa cristã, que tinha como objetivo dismantelar as nações ocidentais através do fluxo de imigrantes e refugiados pós-coloniais, reverberando os tangenciamentos entre usos do passado e objetivos políticos presentes.

Nos anos 1930, os nazistas propalavam o temor de que os “inimigos da raça” (os judeus, sobretudo) possuíam força suficiente para destruir a Alemanha como entidade política e como organismo biológico, manifestando um tipo de “desespero cultural” de alguma forma semelhante a alguns discursos da extrema direita atual acerca dos

refugiados e dos perigos da “grande substituição”⁸ (Eatwell, Goodwin, 2020, p. 71-72; Mudde, 2022, p. 45-55; Chapoutot, 2023, p. 255-256).

A extrema direita se tornou uma presença constante nos debates políticos e na comunidade científica nas duas últimas décadas, mobilizando um conjunto de categorias para compreender o fenômeno político que ronda as democracias liberais. A reemergência de movimentos, grupos e partidos que se identificavam com ideias radicais de direita, alcançando uma proporção inédita desde os anos 1930, impeliu debates em torno do termo “fascismos” e da possibilidade de seu emprego para compreender os fenômenos da extrema direita no tempo presente. Por outro lado, há perspectivas que preconizam o uso do termo “pós-fascismo”, com a proposta de compreender a particularidade cronológica da ressurgência da extrema direita em sua quarta onda, mas também deixar marcadas a continuidade e a transformação em relação à experiência histórica dos fascismos. Os debates sobre a extrema direita mobilizam ainda categorias como protofascismo, neofascismo, conservadorismo, populismo, direitas radicais, extrema direita e nova extrema direita. Estudos acadêmicos enfocam, sobretudo, a origem, a base social, as práticas e programas

⁸ A grande substituição é uma teoria da conspiração que retrata a Europa branca e cristã como ameaçada de “apagamento” da linguagem, da cultura, do comportamento, da religião, das leis, dos costumes e da própria liberdade, num processo de “desculturação” gerado pelos fluxos de imigrantes e refugiados de origem pós-colonial, da África e Oriente Médio, sobretudo. Renaud Camus é um escritor francês polêmico cujas ideias conspiracionistas estão sendo compartilhadas por supremacistas brancos dentro e fora da Europa, especialmente por conta de seu livro *Le Grand Remplacement* (A grande substituição), publicado em 2012, cujo teor foi relacionado em diversos ataques extremistas e racistas, como nos atos que ocorreram em Charlottesville, em agosto de 2017, e nos ataques a duas mesquitas na Nova Zelândia, que geraram a morte de 51 pessoas – o autor do massacre publicou na Internet um panfleto denominado “a grande substituição” (Traverso, 2021, p. 98-99; BBC, 2019).

políticos, o desempenho eleitoral, logo privilegiam os partidos mais do que os movimentos sociais e as subculturas da extrema direita (Marchi, Bruno, 2016; Forti, 2021; Traverso, 2021; Silva, Schurster, 2022).

A REORGANIZAÇÃO DAS DIREITAS E DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL – CLASSES DOMINANTES, MILITARES E RELIGIOSOS NAS DISPUTAS HEGEMÔNICAS PELO CONSENSO (MUITO ANTES DE JUNHO DE 2013)

Não há um consenso acadêmico sobre a terminologia adequada para o estudo do fenômeno da ressurgência da extrema-direita, seus partidos, movimentos e subculturas. Mudde (2022) destaca que o termo “extremadireita” abarca dois grupos, a direita radical, que apoia as instituições democráticas, ao menos em tese, e a direita ultraradical, que rejeita os princípios democráticos. É possível que no Brasil as nuances entre um grupo e outro sejam menores, o que tornaria a categoria atrativa para compreender algumas singularidades de nosso país, com uma longa tradição de golpes e rupturas institucionais em nossa breve história republicana, assim como a permanência de uma cultura militarista, autoritária, elitista e antidemocrática. Assim, justifico o uso do termo extrema-direita, especialmente pelo fato dessa categoria admitir uma uniformidade linguística, expressa nos estudos sobre as ondas extremistas de direita desde a derrota do fascismo em 1945, mas também na compreensão das transformações que o fenômeno experimentou nos anos 1980, durante a terceira onda da extrema direita, que revelou uma multiplicidade de atores envolvidos

nesse processo, potencializada se consideramos a atual crise política global e suas múltiplas faces (Marchi, Bruno, 2016, p. 40).

Há um debate recente no Brasil, sobre o conjunto de protestos sociais massivos chamados de Jornadas de Junho (de 2013), do qual despontam interpretações que defendem tais manifestações populares como marco fundamental do processo de ascensão de uma “nova direita” (e reemergência da extrema direita) no país, mas também do processo de deslegitimação do governo Dilma, mobilizada pelos protestos em defesa do impeachment em 2015, assim como do ensejo que levou ao golpe que a afastou do poder em 2016 e culminou na eleição de Bolsonaro em 2018⁹. Por essa perspectiva, as mobilizações populares que despontaram em 2013, reivindicando redução do preço das tarifas dos transportes públicos e acenando com demandas por direitos sociais e melhorias em serviços públicos básicos, apresentariam continuidade com os atos que levaram grupos da direita às ruas, entre 2015 e 2016, exigindo o impeachment de Dilma, bradando louvores à ditadura, reivindicando seu retorno por uma intervenção militar, opondo-se violentamente à esquerda e opositores políticos e admitindo posicionamentos conservadores, reacionários, autoritários, fascistizantes, em alguns momentos, abertamente golpistas. As Jornadas

⁹ Seguindo a análise de Calil (2023), são exemplos de interpretações que associam o avanço das direitas (e extrema-direita), as manifestações pelo impeachment de Dilma, entre 2015 e 2016, e a ascensão do bolsonarismo, com as manifestações de junho de 2013: Emir Sader, A disputa internacional em torno do Brasil, 21/12/2015, em [HTTPS://pt.org.br/emir-sader-a-disputa-internacional-em-torno-do-brasil/](https://pt.org.br/emir-sader-a-disputa-internacional-em-torno-do-brasil/); Catarina Peixoto, Aécio, Bolsonaro, Feliciano: é este o legado de junho?, em Carta Maior, 06/10/2014. <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Aecio-Bolsonaro-Feliciano-este-e-o-legado-de-junho-q4/31935>> .

de Junho de 2013 seriam responsáveis, portanto, pela gestação do “ovo da serpente” que deu origem ao golpe de 2016 e a ascensão da extrema direita no país. Nada mais equivocados (Calil, 2023; Pestana, 2023).

A proposta que nos orienta é contribuir para a compreensão da ressurgência da extrema direita inserindo a análise num contexto histórico um pouco mais amplo, ressaltando o processo de abertura política e redemocratização, nos anos 1980, mas também o movimento de reorganização das classes dominantes e das direitas. Contudo, interessa-nos observar as formas como setores das classes dominantes se mobilizaram para a delimitação de um conjunto de ações político-ideológicas baseadas no emprego de aparelhos privados de hegemonia orientados a difundir concepções e práticas conservadoras, reacionárias, autoritárias, mas também visando a conformação de um consenso em relação a reformas econômicas (neoliberais) e os interesses empresariais sobre a gestão de políticas públicas desde o Estado, difundindo elementos do pensamento liberal conservador, mas também narrativas revisionistas, fake news e teorias da conspiração. Por outro lado, atuavam pragmaticamente mobilizando quadros empresariais para a ação política e disputas eleitorais, fazendo lobby, financiando campanhas a fim de inscrever seus projetos hegemônicos na própria estrutura material do Estado (Casimiro, 2016, p. 407-408; 2018, p. 41-43; 2020, p. 151-153).

Trata-se, portanto, de um longo processo de reorganização da estratégia de ação política das classes dominantes para a atualização de seus mecanismos de dominação de classe. Nesse caso, compreendendo

que no contexto da redemocratização, os mecanismos de coerção (violência) do Estado não poderiam ser empregados massivamente para coibir a organização política da classe trabalhadora em suas lutas por direitos e ampliação da cidadania, para impedir a dinâmica dos movimentos sociais e atuação dos partidos de esquerda junto aos trabalhadores, contendo as lutas de classes, frações das classes dominantes envidaram esforços para articular estratégias e formas de ação política capazes de incidir sobre a organização do “consenso dos governados” – numa alusão a Antonio Gramsci¹⁰. Ou seja, buscava-se criar meios para influir sobre as concepções que circulavam na sociedade, sobre ideias, valores, sobre o senso comum, de modo a refletir em práticas e comportamentos políticos, num trabalho revestido de caráter intelectual e cultural (ideológico).

Assim, é necessário explorar a concepção de Estado do filósofo marxista italiano, sobretudo em suas elaborações teórico-metodológicas dedicadas a dar conta das relações entre Estado e sociedade civil na constituição da hegemonia. Gramsci se dedica a estudar o Estado, interessado em compreender o processo de unificação nacional da Itália a partir do *Risorgimento*, mas, especificamente, as novas formas de

¹⁰ Em textos da juventude, Gramsci emprega o termo “consenso dos governados” com outra perspectiva, para analisar especificamente aspectos da revolução russa, como o investimento do governo em propor o desenvolvimento cultural e a educação do povo, criando condições de participação popular nas decisões e ações governamentais. Realizava-se, na Rússia, portanto, “o governo com o consenso dos governados”, que se expressava na decisão autônoma dos cidadãos (Gramsci, 2004, p. 190). Nos *Cadernos do Cárcere*, o termo aparece associado ao conceito de hegemonia, mas desdobrando-se na distinção entre um consenso que é espontâneo, passivo, e outro, ativo, quando os indivíduos participam da vida estatal e consentem com os governos estabelecidos. Segundo Gramsci caberia aos intelectuais a gestão do consenso para a manutenção/exercício da hegemonia e do governo político (Ibidem, 2007, p. 95, 119, 331).

dominação de classe que se estabeleceram a partir desse processo histórico. Em tal perspectiva, o Estado é considerado “além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”, na fórmula do “Estado ampliado” – como esclarece Mendonça (2014) – na qual o Estado é o conjunto formado pela sociedade política e sociedade civil, formulação que lhe permitiu a superação das limitações impostas pela metáfora da base e superestrutura, iluminando a correlação entre as formas de organização das vontades (individuais e coletivas), a ação, a consciência, enraizadas na vida material, e as instituições de Estado, dedicadas a função de governo, integrando sociedade política e sociedade civil na mesma totalidade (Mendonça, 2014, p. 34).

Gramsci voltava-se para o estudo do Estado, considerando as transformações do capitalismo mundial entre os séculos XIX e XX, a fim de compreender os mecanismos de dominação de classe numa sociedade que se modernizou economicamente, pelo aprofundamento do capitalismo, o que lhe gerou maior complexidade em sua estrutura econômico-produtiva. Por outro lado, implicava em também analisar sua superestrutura, com sua dimensão cultural, ideológica, intelectual, teórica, capaz de contribuir para moldar, significar e assegurar a ordem social que sustentava a manutenção do atraso e da superexploração de amplas camadas da população. Assim, a hegemonia se expressa na totalidade, na unificação entre estrutura e superestrutura, na atividade de produção da vida material, mas também em sua dimensão cultural.

A sociedade política enquanto “aparelhos de governo” carrega a função de administração da vida pública, organizando e conciliando os grupos sociais, por vezes exercendo a coerção sobre os grupos que rejeitam o consenso. A sociedade civil é o conjunto de “aparelhos privados de hegemonia”, ou “aparelhos hegemônicos” – Igreja, associações, sindicatos, partidos, escolas, imprensa – responsáveis pela organização do consenso, pelas vontades coletivas (Ibidem, p. 35). Ou seja, para Gramsci, intelectuais e cultura exercem papéis fundamentais no processo de constituição da hegemonia, como elementos importantes na organização das classes, tanto no sentido de construção e mobilização de novas “vontades coletivas” dirigidas à emancipação, como na composição da dominação ideológica imposta pelas classes dominantes.

Segundo Gramsci,

o exercício ‘normal’ da hegemonia (...) caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública. (Gramsci, 2007, p. 95)

A hegemonia, portanto, não pode depender apenas do poder coercitivo, mas deve engendrar o consenso, que é construído ideologicamente. Antonio Gramsci se dedicou à compreensão do poder material das ideologias e suas relações com as lutas de classes de sua época. Envolvido com as lutas políticas no contexto histórico do período entreguerras que culminaram na derrota das classes trabalhadoras e na ascensão do fascismo, Gramsci procura ressaltar o predomínio

ideológico das classes dominantes sobre as classes subalternas na sociedade civil, de modo a elucidar os mecanismos de uma dominação burguesa que não se assenta apenas na violência da classe dominante ou no poder coercitivo do Estado, mas através de um processo no qual se impõe aos dominados a concepção de mundo das classes dominantes, numa relação de subalternidade. Procurava, com isso, salientar “o complexo de relações ideológicas e culturais, da vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações” para compreender o processo no qual as classes subalternas oferecem consentimento em relação à dominação burguesa (Carnoy, 1988, p. 93-95).

René Armand Dreifuss, em obra clássica sobre o golpe de 1964¹¹, analisou como as elites organizadas em associações de classe, grupos empresariais, escritórios de consultoria, órgãos da imprensa, atuando junto ao complexo IPES/IBAD¹², com o apoio dos EUA, empreenderam uma ampla campanha político-ideológica para dominar o sistema político e intervir na convergência de classe, rompendo com a forma populista de dominação em benefício do bloco de poder multinacional e associado e de seus interesses autoritário-

¹¹ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

¹² O complexo IPES/IBAD – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto de Ação Democrática – eram associações classistas formadas por empresários brasileiros, empresários vinculados ao capital multinacional, diretores de empresas estrangeiras, diretores de empresas multinacionais, intelectuais e militares que compunham um novo bloco em formação. As atividades do complexo eram amplas, mas se baseavam na difusão dos interesses empresariais do grupo, utilizando da propaganda, cursos, publicações, eventos, voltados para produzir o convencimento nos espaços públicos quanto aos seus projetos. No entanto, dedicavam-se, sobretudo a compor uma reação ao avanço das esquerdas no cenário político, assim como conter o movimento de organização dos trabalhadores, difundindo massivamente perspectivas anticomunistas como modo de disseminar o medo e o pânico social (Ramirez, 2005; Dreifuss, 1981).

modernizantes. Segundo Dreifuss (1981), entre 1962 e 1964, segmentos das classes dominantes organizadas produziram uma “mobilização conjuntural para o golpe”, através de uma campanha de desestabilização que envolveu a burguesia, importantes setores das Forças Armadas, boa parte das classes médias, parte da hierarquia eclesiástica, grupos evangélicos, setores empresariais, além de obter a adesão ou passividade das classes subalternas, num esforço para enfraquecer o bloco histórico-populista e o governo de João Goulart, opondo-se às reformas de base, fomentando a insatisfação popular, mas também difundindo concepções favoráveis aos projetos modernizantes que vinculavam burguesia nacional e internacional no quadro de crise de hegemonia em curso nos anos pré-1964. Tratava-se de um “sincronizado assalto à opinião pública” para justificar a derrubada de um presidente legitimamente eleito e a instalação de uma ditadura militar no país, abrindo espaço para a imposição de um projeto econômico modernizante e conservador profundamente impopular, excludente, violento, subalterno que aprofundou as desigualdades no país, ampliou a superexploração e fortaleceu a acumulação capitalista (Dreifuss, 1981, p. 229-230).

Segundo Casimiro (2016), no contexto de redemocratização dos anos 1980, as classes dominantes puderam contar com o aprendizado que a experiência de 1964 produziu, com a expansão de aparelhos privados de hegemonia e suas relações com o Estado, descortinando a necessidade de ampliar a sua esfera de atuação para além dos circuitos típicos das classes dominantes, visando incidir sobre a opinião pública,

de modo geral, mas também influir sobre a gestão de políticas públicas, sobretudo quando relacionadas aos seus interesses econômicos ou dos grupos multinacionais associados. Os aparelhos hegemônicos da burguesia organizados na sociedade civil estabeleceram uma relação de complementaridade com o Estado no processo de estruturação e atualização da dominação burguesa no Brasil. Portanto, no quadro de reconfiguração do bloco de poder aberto pela redemocratização, era fundamental às classes dominantes a contenção da mobilização das forças populares, da classe trabalhadora organizada e dos movimentos sociais, além de incorrer sobre a reconfiguração do Estado e sua estrutura material apresentando seus projetos hegemônicos (e interesses particulares) como supostamente interessantes ao conjunto da sociedade brasileira (Casimiro, 2016, p. 403).

Em 1980, a criação da CEDES (Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais) possibilitou organização de empresários de grandes grupos econômicos do setor industrial, do agronegócio e do setor financeiro, aliados a grupos políticos conservadores, que se dedicavam à organização do consenso interno entre as burguesias e grupos empresariais e a penetração de seus interesses na estrutura do estado, através de lobby, financiamento de campanhas, proposição de políticas públicas e lançando candidatos. Em 1983, a organização do Instituto Liberal atendia aos mesmos objetivos de influência sobre o Estado e a sociedade civil, assim como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o Instituto de Estudos para o

Desenvolvimento Industrial e o Instituto Atlântico, organizados nos anos 1990. Da mesma forma, na criação entre as décadas de 2000 e 2010 do Grupo de Líderes Empresariais, do Instituto Millenium, do Instituto Mises Brasil, do Movimento Brasil Competitivo, do Estudantes pela Liberdade ou Movimento Brasil Livre, o que assistimos é o processo de organização das classes dominantes e das direitas num processo de reestruturação de sua ação política e ideológica, pela multiplicação de aparelhos privados de hegemonia, de modo a inscrever seus projetos na reorganização do Estado, organizando campanhas, fazendo lobby, de modo a influir na composição da Assembleia Nacional Constituinte, nos anos 1980, mas também difundindo suas concepções, valores e práticas para o conjunto da sociedade, propondo relativo consenso em relação as reformas neoliberais, sobretudo a partir dos anos 1990, sedimentando a opinião pública com posicionamentos favoráveis à expropriação de direitos sociais conquistados historicamente (Casimiro, 2016; 2018).

No bojo desse processo de organização das classes dominantes ganha destaque a articulação de uma burguesia emergente que busca sua expansão e internacionalização, para a qual a institucionalidade do Estado figura como instrumento para a construção de seus projetos hegemônicos. Identificada com a “nova direita”, esse segmento das classes dominantes se articulou com setores da burguesia industrial e do agronegócio, adotando um discurso moralista e reacionário, ultraliberal na economia e profundamente conservador nos costumes, como estratégia de incidência sobre outros estratos sociais, explorando o

sentimento antipetista e o discurso anticorrupção, largamente propalado por veículos da mídia, com propostas de caráter populista que simplificam a complexidade dos problemas sociais, especialmente após a eleição de 2014 e o agravamento da conjuntura de crise econômica que assolava o país.

A delimitação de uma estratégia de ação política e ideológica pelas classes dominantes, largamente mobilizada pelas “novas direitas” através dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia na forma de institutos, fundações, movimentos, *thinks tanks*, veículos de mídia e redes sociais, permitiu a defesa de seus interesses no âmbito do Estado e a disseminação de matrizes do pensamento liberal-conservador, de elementos da doutrina libertariana derivada da chamada “escola econômica austríaca”, enaltecendo os valores do mercado e rejeitando formas de solidariedade social (Miguel, 2018, p. 19). No entanto, as “novas direitas” que se organizaram ao longo desse processo não são compostas apenas por agentes econômicos e representantes do capital, mas englobam também militares e fundamentalistas religiosos, sobretudo.

Segundo Rocha (2021), desde meados dos anos 1980, militares articularam um “movimento subterrâneo” que se opunha à política de distensão implementada pelo general Ernesto Geisel e encarava com profundo desconforto o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Esse movimento culminou na saturação do debate público com perspectivas anticomunistas, mobilizando anacronicamente imagens ameaçadoras típicas dos tempos de Guerra Fria, reforçando

autoritarismos e nostalgias do período ditatorial, contribuindo para a profusão de negacionismos e revisionismos históricos, especialmente sobre os terríveis anos pós-1964.

Nesse período, militares da ativa, da reserva e civis se organizaram para discutir o papel político das Forças Armadas e dos militares diante do processo de redemocratização e da *Nova República*. Afastados do centro do poder, ressentidos com a perda de prestígio no meio civil e com a redução de suas funções, prerrogativas e orçamento, especialmente com o fim da Guerra Fria e da experiência comunista na URSS e nos países do leste europeu, os militares se empenharam na criação de entidades para discutir e protestar contra o *status* que os militares estavam tendo na nova conjuntura¹³. Opunham-se a perda de privilégios e funções no Estado, aos escândalos de corrupção no Congresso e governo, mas também criticavam a publicação de trabalhos históricos sobre a memória dos tempos de ditadura, elaborando contraposições revisionistas sobre o período, divulgando concepções salvacionistas das Forças Armadas a fim de justificar o golpe militar e a ditadura instaurada em 1964. Por conseguinte, mobilizaram-se para

¹³ Alguns grupos optaram por radicalizar a oposição à abertura do regime e ao processo de redemocratização já no final dos anos 1970, como o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Grupo Secreto (entre outros), responsáveis por empregar ações terroristas com atentados à bomba como forma de protesto (para culpabilizar as esquerdas e interromper o processo de abertura), dentre os quais se destacam o ataque ao Riocentro em 1981, que acabou dando errado e vitimando os próprios responsáveis pelo crime, o sargento Guilherme P. do Rosário e o capitão Wilson D. Machado, o atentado à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no centro do Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1980, que matou a secretária da entidade, a senhora Lyda Monteiro da Silva, e a carta-bomba que explodiu na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, também em 27 de agosto, que feriu gravemente o Sr. José Ribamar Sampaio de Freitas, chefe de gabinete do vereador do PMDB, Antonio Carlos de Carvalho (Santos, 2022 ; Farias, 2022; Argolo, Ribeiro, Fortunato, 1996).

organizar grupos de estudos e de discussão, grupos de pressão política, criando publicações, revistas, boletins, livros, cartas e manifestos para divulgar as suas visões dos fatos.

A questão da memória sobre o regime de 1964 constitui um tema que mobiliza os militares desde esse período, motivando iniciativas de revisão histórica como a criação dos grupos Guararapes, Inconfidência, Independente 31 de março, Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA), entre outros. Trata-se de um movimento de oficiais, militares da reserva e civis, cuja maioria participou da quebra da institucionalidade democrática em 1964, e que passava, a partir da redemocratização, a disputar o espaço público, numa batalha pela memória, com a construção de uma narrativa falseada sobre o período histórico encerrado em 1985 (Santos, 2008).

O jornal *Letras em Marcha*, criado em 1970, gradualmente se tornou a “caixa de ressonância da extrema-direita militar”, divulgando textos sobre as tradições das Forças Armadas, com perspectivas anticomunistas da política, reativando a ideia de que o país vivia uma ameaça comunista, que agora se infiltrava na grande imprensa e no sistema educacional, com o objetivo de justificar sua campanha e valorizar a ação dos militares em 1964. Na mesma linha, a revista *Ponto de Vista*, criada em 1985, admitia perspectiva anticomunista, criticando a ação dos partidos de esquerda e elaborando propostas para influir sobre o legislativo. O jornal *Ombro a ombro* divulgava uma série de manifestos dos grupos de pressão política organizados por militares da reserva de extrema-direita, defendendo a manutenção do status militar,

anistia aos militares envolvidos em crimes durante a ditadura e empreendendo ataques a esquerda. O grupo de pressão Guararapes, criado em Fortaleza, em oposição ao governo Collor, defendeu publicamente o fechamento do Congresso durante o período de impeachment – crise vista como uma oportunidade para novas intervenções militares na política (Santos, 2021, p. 105-107).

No final dos anos 1990, o grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA) se organizou a partir da iniciativa de militares da ativa e da reserva, junto com alguns civis, como uma reação aos trabalhos realizados pela entidade Tortura Nunca Mais e a implementação de medidas políticas voltadas para a memória do Golpe de 1964, com investigações sobre os crimes praticados pela ditadura militar, reconhecimento da morte de pessoas consideradas desaparecidas desde esse período, concedendo indenizações às vítimas (e familiares) da repressão e tortura impostas pelo regime. Assim, militares buscavam disputar a arena do debate público com a construção de uma narrativa histórica, na qual a violência dos grupos de esquerda é posta em destaque, alegando que a ditadura salvou o país da “ameaça subversiva” e difundindo a ideologia anticomunista, a fim de convencer a população da legitimidade das ações dos militares durante o período e evitar punições aos envolvidos em crimes de tortura e morte, entre outros (Rocha, 2015).

Nesse processo, os militares engendraram um trabalho editorial que culminou na publicação de diversas obras voltadas à divulgação da perspectiva revisionista e negacionista da história iniciada em 1964. O

general Leônidas Pires Gonçalves requisitou ao comando do Centro de Informações do Exército (CIE), um dos mais temidos órgãos de repressão da ditadura militar, a elaboração de um livro que deveria ter o título de *Terrorismo Nunca Mais*, com o objetivo de divulgar a visão militar sobre a ditadura. Redigido entre 1985 e 1988, a obra teve sua publicação vetada, passou a circular em versões mimeografadas e clandestinas, e apenas em 2007 foi autorizada a publicação, que ocorreu inicialmente pela internet, ganhando formato de livro apenas em 2012. Intitulado *Orvil* (“livro” ao contrário), a obra revisionista dos militares pretendia reescrever a história recente, falseando-a, com a expectativa de influir sobre o imaginário das futuras gerações. Ao apresentar os comunistas como responsáveis por uma conspiração internacional que empreendeu três tentativas de tomada do poder (nos períodos de 1922-1954, 1955-1964 e 1970-1973), o *Orvil* procurava salientar a permanente ameaça dos comunistas, apontando para o ano de 1974 como o marco para a delimitação de uma nova tentativa de tomada de poder, agora com uma nova estratégia: tendo em vista a derrotar militar, a esquerda comunista procurava se infiltrar em instituições culturais, no sistema educacional, na imprensa, para incidir sobre a opinião pública, sobre as mentalidades, para corroer as estruturas do Estado democrático, seguindo a tática gramsciana de luta por hegemonia (Rocha, 2021, p. 270-272).

Seguindo essa perspectiva, o coronel Brilhante Ustra, torturador homenageado por Bolsonaro no Congresso, foi responsável pela publicação de duas obras com o mesmo teor revisionista: *Rompendo o*

silêncio e Verdade sufocada – ambas publicadas em 1987, constituem “livros de cabeceira” de Jair Bolsonaro¹⁴. Outras obras de mesmo caráter foram publicadas¹⁵, difundindo concepções que alcançaram ampla circulação e adesão através das redes sociais, propaladas nos canais de Olavo de Carvalho e em plataformas como a produtora/empresa *Brasil Paralelo* (Rocha, 2021; Santos, 2021).

A partir dos anos 1990, grupos religiosos, sobretudo evangélicos (parcelas das denominações tradicionais e segmentos neopentecostais) e setores mais conservadores da Igreja Católica, passaram também a se organizar em prol de maior incidência de seus interesses sobre o mundo da política, investindo e se mobilizando em campanhas de candidatos religiosos ou indicados por lideranças e pastores, além do exercício de pressão política na defesa de uma agenda moral conservadora. Admitindo expressivo crescimento demográfico entre os anos 1970 e 1980, tais grupos deram início ao movimento de intervenção política oficial atuando na campanha para a Assembleia Constituinte, em 1986, defendendo de modo intransigente a “moralidade da família tradicional”.

Em artigo clássico publicado em 1987, Antonio Flavio Pierucci buscou compreender as ideias e valores políticos da direita no contexto da redemocratização, salientando que sua característica mais evidente é

¹⁴ Paula, Chico de. *O que os livros de cabeceira de Bolsonaro e Haddad tem a noz dizer*. Biblioio, 26/10/2018. In: <https://biblioio.info/o-que-os-livros-de-cabeceira-de-bolsonaro-e-haddad-tem-a-nos-dizer/>. Acesso em 20/02/2024.

¹⁵ Coutinho, Sérgio Avellar. *Revolução gramscista no Ocidente*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2012. Paola, Heitor de. *O eixo do mal Latino-Americano e a nova ordem mundial*. São Paulo: Ed. É realizações, 2008. Maciel, Lício. *Guerrilha no Araguaia: relato de um combatente*, Salto: Editora Schoba, 2ª Ed., 2011 (1ª Ed., 2008, Editora Corifeu).

o “sentimento de ameaça”, representada pela criminalidade, pelos crescentes problemas sociais, pelos imigrantes que chegavam às cidades (internos, como os nordestinos, mas também estrangeiros, como os asiáticos), pelas mulheres, homossexuais, jovens, drogas, pornografia. Em sua perspectiva,

abandonados e desorientados em meio a uma crise complexa, geral, persistente, que além de econômica e política é também cultural, eles se crispam sobre o que restam de sua identidade em perdição, e tudo se passa como se tivessem decidido jogar todas as trunfos na auto-defesa. “Legítima defesa” poderia muito bem ser um termo-chave do seu vocabulário. A autodefesa, que é a *prima facie* a proteção de suas vidas, de suas casas e bens, da vida e da honra de seus filhos (suas filhas!), sua família, é também a defesa dos seus valores enquanto defesa de si diante da inversão de valores em curso. (Pierucci, 1987, p. 26)

O sentimento de insegurança descrito por Pierucci (1987) é um elemento significativo para compreendermos a crescente atuação dos setores evangélicos na política institucional. As transformações sociais que se desenvolviam desde o contexto da redemocratização eram interpretadas como a ruína da própria identidade dos grupos religiosos. Não se tratava apenas de mudanças políticas que estavam em curso, mas de uma ameaça às famílias e seus valores. Ao longo desse processo, a agenda moral religiosa encontrou ressonância em outros grupos da extrema-direita, como os grupos mobilizados em torno dos temas da segurança pública e segmentos religiosos atuantes em veículos da mídia tradicional (Almeida, 2020).

A mobilização do “conservadorismo moral” na política brasileira possui raízes mais longevas, anteriores a atuação dos evangélicos como

uma “religião pública”, remetendo à tradição católica, sobretudo em sua relação com o Estado, impactada especialmente após a Proclamação da República. A onda conservadora em curso em muitos países do mundo, não só no Brasil, coloca em destaque o protagonismo de grupos religiosos evangélicos, tradicionais e neopentecostais, mas também de setores mais conservadores da igreja católica. Tais grupos compuseram um expressivo contingente que se alinhou à extrema direita e ao Bolsonarismo. Acionados pelo sentimento de “ameaça” e “medo”, envolvendo especialmente a chamada “pauta dos costumes”, compartilham a visão de mundo maniqueísta da extrema direita na qual sua “identidade moral” se encontra em decadência. O que os impele a uma “guerra cultural” contra supostos comunistas, petistas e a esquerda, de modo geral, responsabilizados pela decadência moral e corrupção da sociedade brasileira. Mas também contra os intelectuais das universidades associados ao “marxismo cultural” para engendrar uma ampla doutrinação de esquerda da sociedade, assim como os professores partidários de uma suposta “ideologia de gênero” e educação ideológica. Ou ainda os defensores de pautas que privilegiam direitos da população LGBTQIA+, políticas sociais para a redução da desigualdade, entre tantas outras supostas ameaças que os mobilizam, expressando concepções e comportamentos políticos perenes na história brasileira contemporânea.

A presença de evangélicos no meio político é notada antes mesmo da redemocratização. Na posse do general Ernesto Geisel, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Humberto de

Souza Melo, membro da Igreja Batista, teria destacado que já era hora dos pastores orientarem os votos dos membros de suas igrejas e que os evangélicos deveriam assumir cargos importantes no governo para defender os direitos dos cristãos. No editorial do jornal *Estandarte* (da Igreja Presbiteriana), de setembro de 1978, há uma convocação de seus fiéis à ação política concreta, pleiteando inclusive a candidatura de membros e lideranças da igreja. Já não era suficiente orar, mas deveriam agir, pois ainda que a “comunidade cristã” não constituísse um partido político, deveria agir como tal e interferir nos negócios do Estado. Entre 1984 e 1985, a igreja Assembleia de Deus se mobilizou no mesmo sentido, defendendo que seus membros votassem em candidatos evangélicos, visando à eleição de deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, mas também alcançar posições importantes na estrutura do Estado. Ou seja, o que observamos desde meados dos anos 1980 é a transformação da compreensão das igrejas evangélicas em suas relações com o poder e a política, com o fim da ideia de que os evangélicos evitavam se envolver com política (Almeida, 2016, p. 79-83).

Aspectos teológicos sustentam muitas diferenciações doutrinárias e práticas entre as igrejas evangélicas, no entanto há elementos comuns que os aproximam desde esse período, como a influência do fundamentalismo religioso norte-americano, especialmente do sul dos Estados Unidos, que contribuiu para o desenvolvimento de concepções e práticas intolerantes, tanto no âmbito religioso quanto no político. Por outro lado, há de se destacar uma forma específica de compreender a política que os evangélicos

compartilham. Diante da posição historicamente hegemônica da igreja católica no Brasil, era necessário aproveitar os próprios espaços criados pela secularização do Estado e pela recente redemocratização para a conquista de posições importantes da estrutura política do país. Assim, compreendia-se objetivamente que a política deveria ser útil à “obra de deus”, auxiliando-os em suas atividades religiosas, desdobrando-se na busca por apoios que lhes facilitasse a construção de templos, o acesso a concessões de rádio e TV, garantindo-lhes benefícios fiscais e influenciando sobre legislações que tangenciasse o conservadorismo moral. Os evangélicos buscaram e estabeleceram uma representatividade político-partidária (Borges, 2007, p. 302).

A extrema direita bolsonarista mobilizou uma “teologia do poder autoritário”, ou um “crisofascismo”, uma prática expansionista dos movimentos religiosos fundamentalistas que buscou e conseguiu inserção nos espaços de poder, mobilizando discursos conservadores em defesa de uma suposta “família tradicional”, ameaçada pelas recentes transformações políticas e sociais, culminando no desenvolvimento de uma política de intolerância e ódio que se dissemina através das grandes corporações religiosas católicas e evangélicas, com acesso a emissoras de rádio e TV, com a publicação de jornais e livros, que tendem a colaborar com a construção de uma visão de mundo baseada numa divisão maniqueísta da sociedade na qual o “outro” é visto como uma ameaça, amplificada pela produção industrial de Fake News, com vasta capilaridade nas igrejas evangélicas, que reforçava o antigo

ressentimento de minoria religiosa com teorias da conspiração de atos persecutórios contra religiões cristãs no Brasil (Oliveira, Py, 2022).

CONCLUSÃO

Na medida em que mobilizam estratégias e discursos populistas, a extrema direita difunde a compreensão de que a sociedade se encontra dividida entre o povo puro e a elite corrupta, mas também estabelece a ideia de que o líder é a representação máxima do povo, que o personifica e expressa a vontade geral. Ainda que isso implique numa delimitada compreensão de povo (o “verdadeiro povo”), quando a parte se considera o todo, numa construção fictícia e autoritária que se apresenta de maneira homogênea - embora englobe grupos diversos e exclua outros - mas que se constituem, líder e povo, como resultados de uma visão de mundo na qual pairam ameaças de inimigos políticos ao povo, à nação e ao Estado, o que aproxima a extrema direita atual tanto do populismo quanto do fascismo (Muller, 2017; Mudde, Kaltwasser, 2017; Stanley, 2018; Finchelstein, 2019; Chapoutot, 2023; Eatwell, Goodwin, 2020).

Para a extrema direita, essa confrontação dialética entre “nós” e “eles” reforça e dá sentido aos elementos que compõem sua identidade, mobilizados pela sensação de insegurança e ameaça representada pelos “inimigos do povo”, que devem ser combatidos. Ao elencar seus inimigos políticos, a extrema direita revela os contornos da forma como compreendem o próprio papel político, indicando elementos que lhe caracterizam. Aproveitando-se do contexto de grave crise política e econômica global, a extrema direita construiu discursivamente a sua

representação do “outro” como inimigo e sua autoimagem como “o povo”, legítimo, composto por “cidadãos de bem” guiados pelo líder carismático e infalível (Finchelstein, 2020, p. 130-132).

Segundo Finchelstein (2019), a insistência num líder mítico, numa delimitada e excludente forma de compreender o povo e a ideia de uma constante ameaça de um inimigo político e existencial são óbvias ligações entre o fascismo e formas de populismo de direita no tempo presente. Durante os anos 1930 e 1940, de ascensão dos fascismos e guerra, a ideia extremista de inimigo político produziu um dos eventos mais terríveis de negação da alteridade e exacerbação da violência política, o extermínio de milhões de judeus, além de ciganos (povos sinti e roma), poloneses, população LGBTQIA+, deficientes físicos, comunistas, outros opositores políticos e minorias, no holocausto (Finchelstein, 2019, p. 37).

Segundo Traverso (2021), para os fascistas os judeus encarnavam uma “visão mítica de uma espécie de ‘antirraça’, um corpo estranho cuja intenção era ‘corromper a nação’”, era o “inimigo específico” que o fascismo deveria combater. Atualmente, os inimigos políticos da extrema direita não são apenas os comunistas, os judeus, os povos romani e sinti, ou os homossexuais (ainda que o anticomunismo, o antisemitismo, a romafofia e a homofobia integrem os discursos de grupos de extrema direita e se manifestem em muitos países europeus), mas o “terrorista islâmico” é o que atemoriza o imaginário dos extremistas, especialmente nos países europeus (Ibidem, p. 48-49). No entanto, essa imagem do islã como uma ameaça é facilmente projetada

nos imigrantes e refugiados de origem pós-colonial. Os fluxos migratórios vindos de países do Norte da África e do Oriente Médio e os conflitos e impasses das instituições comunitárias europeias para criar consensos e ações eficazes para lidar com a questão alimentaram a desconfiança e ressentimento de amplos estratos sociais, que foram seduzidos pelo discurso da extrema direita de que os refugiados, muçulmanos, não-brancos, sobretudo, representam uma ameaça a cultura e civilização européia. No bojo desse processo, a população LGBTQIA+, outras minorias sociais e as elites corruptas que supostamente controlam o Estado e as beneficiam com suas políticas multiculturalistas também são vistos como inimigos políticos.

A ressurgência da extrema direita é um fenômeno em transição, um movimento que está se transformando e admite heterogêneos traços ideológicos, formas de organização, práticas, abrangência, pautas, lideranças, relevância política e sucesso eleitoral distintos. No Brasil do tempo presente, a reemergência da extrema direita admite singularidades nacionais e históricas. A presença de atores extremistas, de concepções e práticas conservadoras, reacionárias, intolerantes, antidemocráticas, (neo)fascistas é o desdobramento de um processo mais longo e complexo do que as explicações que defendem as Jornadas de Junho de 2013 como o marco para a gestação do “ovo da serpente” podem elucidar. Pelo menos desde a redemocratização, aparelhos privados de hegemonia mobilizados pelas classes dominantes propagam interpretações e visões de mundo conservadoras, reacionárias e antidemocráticas. A ofensiva político-ideológica da extrema-direita

ganhou ressonância ampla na sociedade brasileira, sobretudo após as manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, ainda que as bases sociais desse processo vincule passado e presente no movimento de reorganização das classes dominantes e avanço contra as instituições democráticas que se seguiu com o golpe de 2016.

A extrema direita no Brasil não compartilha alguns elementos que identificam grupos extremistas na Europa, como a islamofobia e a hostilidade contra os refugiados, visto não ser um problema latente em nossa sociedade, por questões geográficas e históricas, sobretudo. A Europa recebe imensos fluxos de imigrantes e refugiados de origem pós-colonial. Entretanto, compartilhamos elementos presentes no universo ideológico da extrema direita estadunidense, como o racismo e o apelo a discursos sobre segurança pública baseados na violência policial, armamentismo e punitivismo. Mas diferente da maioria dos países europeus, o anticomunismo desempenhou um papel importante na identificação da extrema direita brasileira, cuja reemergência foi marcada por um gradual processo de mobilização da “arraigada tradição” anticomunista, cujas raízes remontam os anos 1920, o período entre 1935 e 1937 e entre 1961 e 1964, especialmente, mas que agora, num contexto pós-guerra fria, opera uma modulação dos discursos identificando o “perigo vermelho”, o comunista, com um arco mais amplo de “ameaças”, como os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e boa parte do espectro político à esquerda, se vertendo a compreender também defensores de pautas progressistas, como as

políticas voltadas à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, a preocupação com as questões ambientais, ou a defesa de uma agenda política de justiça social, como o programa de cotas para ingresso nas universidades públicas, ou mesmo o programa de distribuição de renda, o Bolsa Família, tomadas como expressões de ideias comunistas. Compreendidos como ameaças provenientes de um mundo em transformação (ou em declínio), essa construção político-ideológica foi mobilizada para ativar o medo como afeto político disposto para impulsionar e legitimar um processo de desumanização, desqualificação, criminalização do “outro”, o “inimigo” que deve ser combatido e destruído, (em muitas perspectivas, não apenas simbolicamente). A suposta ameaça que representam engendra capacidade para arregimentar identificações com valores comuns, especialmente dispostos sob uma visão de mundo maniqueísta, na qual figura de um lado o “inimigo”, o “comunista-petista-esquerdista” e do outro o “cidadão de bem” – a “nação escolhida”, o “povo verdadeiro” da extrema direita brasileira (Miguel, 2018; 2020; Solano, 2018; Vaggione, Machado, Biroli, 2020; Motta, 2020).

No Brasil, a ascensão da extrema direita evidenciou a mobilização de concepções, memórias e discursos ideológicos nos quais convergem usos do passado e objetivos políticos presentes, como as referências à ditadura civil-militar, os apelos autoritários de boa parte da população (eleitora de Bolsonaro), os discursos de ódio, o apreço pela violência policial, as homenagens a torturadores e militares envolvidos com o golpe de 1964. Mas também há referências ao passado, ainda que

mítico, por parte dos eleitores religiosos da extrema-direita que, aturdidos pelo “desespero cultural” de um mundo em transformação que os “ameaça” e “aliena”, depositam no líder político a confiança de travar uma “guerra cultural” pela defesa dos princípios e valores tradicionais da religião, da pátria e da família. Por outro lado, a extrema direita também mobiliza a tradição das direitas da pauta anticorrupção, que em tempos recentes volta-se contra o Estado e as políticas públicas, demonizando-as como responsáveis pela crise econômica e acenando com a defesa das reformas neoliberais como alternativa para a má gestão, a corrupção e a recessão econômica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aldroado José Silva. “*Pelo Senhor, marchamos!*” - os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016.
- ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos á direita. In: *Horizonte antropológico*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, set./dez. 2020.
- ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia, Fortunato; MACHADO, Luiz Alberto. *A direita explosiva no Brasil* : a historia do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- BBC. Quem é Renaud Camus, polêmico escritor homossexual cujas teorias inspiraram grupos de supremacia branca. In: *BBC News Brasil – BBC Mundo*, redação, 11 de agosto de 2019. In: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49313166>
- BERBUIR, Nicole; LEWANDOWSKI, Marcel; SIRI, Jasmin. The AfD and its sympathisers: finally a right-wing populist movement in

Germany? In: *German Politics*, Nov. 2014, Londres, Ed. Routledge. (DOI: 10.1080/09644008.2014.982546).

BORGES, Thiago Daher Padovesi. *Representação partidária e a presença de evangélicos na política brasileira*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CALIL, Gilberto. Junho de 2013 como marco do avanço da direita: uma falácia insustentável. In: FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe (Orgs.). *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CHAPOUTOT, Johann. *A revolução cultural nazista*. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2023.

CHARBEL, Pedro. *A extrema direita na Itália: uma entrevista com David Broder*. Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. <

<https://flcmf.org.br/a-extrema-direita-na-italia-uma-entrevista-com-david-broder/>> In: *Controvérsia – Internacional*, 27/12/2022.
<https://controversia.com.br/2022/12/27/a-extrema-direita-na-italia-uma-entrevista-com-david-broder/>

CUGNATA, Giuseppe. *Sobre a reconfiguração da extrema direita em Itália*. In: *Esquerda.net*, 05/05/2022. <https://www.esquerda.net/artigo/sobre-reconfiguracao-daextrema-direita-em-italia/84101>

DIAMOND, Larry. Facing up to democratic recession. In: *Journal of democracy*, v. 26, n. 1, 2015.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. São Paulo: Editora Record, 2020.

FARIAS, José Airton. A extrema-direita explosiva: anticomunismo e atentados na distensão da ditadura civil-militar. In: *Revista Locus*, v. 28 n. 2 (Dossiê: Fascismos, 100 anos depois), 2022.

FARINELLI, Victor. Extrema direita aceita acordo que permite governo conservador na Espanha. *Brasil de Fato*, 7 de agosto de 2023. In: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/07/extrema-direita-aceita-acordo-que-permitiria-novo-governo-conservador-na-espanha>

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

FINCHELSTEIN, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas*. São Paulo: Vestígio, 2020.

FORTI, Steven. *Derechas 2.0 – Qué es e cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI/Ciencias Sociales: España Editores, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUILLOT, Jaume Duch. Presidência sueca do Conselho da UE: as expectativas dos eurodeputados. *Parlamento Europeu*, Artigo, 19 de janeiro de 2023. In: https://www.europarl.europa.eu/pdfs/news/expert/2023/1/story/20221206STO61304/20221206STO61304_pt.pdf
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Danniell. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.124, 2015.
- MARCHI, Ricardo; BRUNO, Guido. A extrema-direita europeia perante a crise dos refugiados. In: *Relações Internacionais, Dossiê Populismos e migrações*, n. 50, 2016.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo*, v. 2, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, Esther Solano (org.). *O ódio como política – a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) - 2ª ed.* –Niterói: Eduff, 2020.
- MUDDE, Cas. *A extrema-direita hoje*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2022.
- MUDDE, Cas. KALTWASSER, Cristobal Rovira. *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press, 2ª ed., 2017.

- MÜLLER, Jan-Werner. O que é o populismo? Alfragide – Portugal: Texto Editores, 2017.
- NARCIZO, Makchwell Coimbra. *A extrema direita francesa em reconstrução: Marine Le Pen e a desdemonização do Front National [2011-2017]*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História (PPGHI). Universidade Federal de Uberlândia, 2019.
- PAIVA, Pedro. Nova pesquisa coloca Donald Trump 10 pontos a frente de Joe Biden. *Brasil de Fato, Internacional*, 25 de set. 2023. In: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/25/nova-pesquisa-coloca-donald-trump-10-pontos-a-frente-de-joe-biden> . 4º indiciamento: Trump enfrenta 13 acusações na Geórgia com pena mínima de 5 anos de prisão. *Brasil de Fato, Internacional*, 15 de ago. 2023. In: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/15/4-indiciamento-trump-enfrenta-13-acusacoes-na-georgia-com-pena-minima-de-5-anos-de-prisao>
- PELED-ALHANAN, Nurit. *Ideologia e propaganda na educação: a Palestina nos livros didáticos israelenses*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- PESTANA, Marco Marques. Junho pra toda obra: evolução da conjuntura e leituras petistas de junho de 2013. In: FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe (Orgs.). *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.
- PIERUCCI, Antonio Flavio. As bases da nova direita. In: Novos Estudos CEBRAP, Nº 19, dezembro de 1987, pp. 26-45.
- RAMÍREZ, Hernán. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio – crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

- ROCHA, Luzimary dos Santos. Terrorismo Nunca Mais. “A farda não abafa o cidadão no peito do soldado”. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 6, n.2, 2015.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema-Direita, volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Militares e o pensamento de extrema direita. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl (org.). *A república sitiada – militares e o bolsonarismo no Brasil*. Recife: EDUPE, 2022.
- SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. *Agenda Conservadora, Ultraliberalismo e Guerra Cultural: Brasil Paralelo e a Hegemonia das Direitas no Brasil Contemporâneo (2016–2020)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE): Marechal Cândido Rondon, 2021.
- RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX, volume 2: O tempo das crises – revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. SCHURSTER, Karl. *Passageiros da tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente*. Recife, PE: CEPE, 2022.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. SCHURSTER, Karl. *Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*. 1. ed. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2023.

- SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismo de direita. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). *Análise*, n. 42, 2018.
- STANLEY, Jason. Como funciona o fascismo – a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.
- TRAVERSO, Enzo. As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.
- VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: Biroli BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos (org.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Amanda Rangel Bittencourt é advogada, graduada em Direito, pela Universidade Veiga de Almeida (UVA-RJ). Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF). Email: bittencourt1-amanda@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2233529979712283>.

Graciella Fabrício da Silva é professora de História da rede estadual do Rio de Janeiro, servidora da Secretaria de Estado de Educação. É bacharela e licenciada em História (UFRJ), além de mestre e doutora em História (UFF). É autora do livro *Neoliberalismo, crise da educação e ocupações de escolas no Brasil*, publicado pela editora Appris, em 2022, fruto de sua tese de doutorado sobre o tema, defendida em 2021.

Heriton Vinícios Serrão Silva é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Email: heritonvinicios@live.com.

Marcello Amorim Vieira é graduado em Direito, pela Universidade Vila Velha (UVV), e em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrando em Ciências Jurídicas e

Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF). Membro do Grupo de Inovação e Pesquisa Empírica no Direito (GIPED-UFF), do Laboratório de História das Interações Político-institucionais (HISPOLIS-UFES) e do Centro de Estudos Constitucionais Comparados (CECC-UnB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: marcello.amorim@outlook.com. Link para o acesso do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1598456592601113>.

Nísia Martins do Rosário é professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no curso de Comunicação Social e no Programa de Pós Graduação em Comunicação. Doutora em Comunicação Social pela PUC/RS (2003), mestre em Semiótica pela Unisinos (1997) e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. Vice-presidente da COMPÓS (2019-2021), coordenadora do GP Semiótica da Comunicação da INTERCOM (2019/2020), coordenadora o Programa de Pós-graduação em Comunicação PPGCOM/UFRGS (2015-2016). Coordena o Núcleo de Pesquisa Corporalidades. Membro dos grupos de pesquisa GPESC (Grupo de pesquisa semiótica e cultura da comunicação) e PROCESSOCOM (Processos comunicacionais: epistemologia, midiatização, mediações e recepção) o qual é organizador da REDE AMLAT (Rede Temática Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina). Participa da

Red Iberoamericana de Investigación en Comunicación y Feminismo para la Justicia Social (IBERFEMCOM). A ênfase de suas investigações é Comunicação Visual, atuando principalmente nos seguintes temas: corporalidades, gênero, imagem, linguagens, semiótica, cultura e metodologia.

Rafael Polari de Alverga Kritski é doutorando e mestre em Ciência Política pela (UFF), onde também se graduou em Ciências Sociais, bacharelado e licenciatura. Foi professor substituto do Departamento de Ciências Sociais de Campos da UFF e professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Autor de “O golpe de Estado no Brasil em 2016: uma análise a partir do conflito de classes” (Dialética, 2022). Membro do Laboratório de Estudos Republicanos da UFF (LER-UFF). E-mail para contato: rafaelkritski@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2780856112014182>.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Leandro Cabral de Almeida

Doutor e Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Mestre em Ciência Política pelo PPGCP-UFF. Pesquisador do Laboratório de Estudos Republicanos (LER-UFF) e do Laboratório de Ensino de História (LEH-UFF), atuando na linha de pesquisa História pública e Educação. Professor de História no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC/SEEDUC-RJ). Pesquisa o fenômeno da ressurgência da extrema direita no Brasil e no mundo, com enfoque, sobretudo na dimensão das ideologias políticas e suas mobilizações no tempo presente.

Nathalia de Carvalho Terra

Mestranda em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Graduada em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Graduanda em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisa reprodução e sexualidade no capitalismo a partir das relações entre centros e periferias. Possui interesse em Pensamento Social e Político, Marxismo, Conservadorismos, Gênero e Sexualidade na América Latina.



